



**COLEGIADO TERRITORIAL DO PORTAL DO SERTÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
NÚCLEO DE EXTENSÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

**PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO – PTDRSS
DO PORTAL DO SERTÃO**

**FEIRA DE SANTANA – BA
ABRIL – 2017**



**COLEGIADO TERRITORIAL DO PORTAL DO SERTÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
NÚCLEO DE EXTENSÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

**PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO – PTDRSS
DO PORTAL DO SERTÃO**

**FEIRA DE SANTANA – BA
ABRIL – 2017**

Ficha catalográfica

Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Portal do Sertão, Feira de Santana – BA, CODETER Portal do Sertão, UFRB, CNPq, MDA, 2017.

PTDRSS – CODETER Portal do Sertão, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2017.

1. Desenvolvimento Territorial. 2. Desenvolvimento Rural. 3. Gestão Social. 4. Políticas Públicas e Agricultura.

Núcleo Diretivo do Colegiado Territorial do Portal do Sertão – 2015/2017

Coordenação Geral – Dinorah Lobo dos Santos Souza / CEDITER

Coordenação Administrativa e Financeira – Elcio Piaggio / STR - Ipecaetá

Secretaria Executiva – Isabel de Jesus / ACOMAQ - Comunidade Quilombola

Coordenação de Política Pública Rural – Edineide Xavier / CAR - Feira de Santana

Coordenação de Política Pública Urbana – Edilza Reis / BAHIATER

Suplente - Izabel Santos Pereira /ASCORTAPA – Antônio Cardoso

Conselho Fiscal do Colegiado Territorial do Portal do Sertão – 2015/2017

Terezinha Lima Oliveira – APAEB Feira

Jônatas Cerqueira Melo – UNISAN - Santánopolis

Eraldo Carneiro de Miranda – Banco do Nordeste

Suplentes:

Maria Lourdes Alcântara – STR Terra Nova

Ana Paula de Novais Assis - MST

Edifrâncio de Jesus Oliveira – Prefeitura Municipal de Santa Bárbara

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Silvio Luiz de Oliveira Soglia - Reitor

Georgina Gonçalves - Vice-Reitora

Tatiana Ribeiro Velloso – Pró-Reitora de Extensão/ Coordenadora do NEDET/UFRB

Daciane de Oliveira Silva – Docente CCAAB/UFRB – NEDET/UFRB

Julianna de Andrade Pereira – Bolsista CNPq - NEDET/UFRB - Gestão Social

Reginaldo Dias dos Santos – Bolsista CNPq - NEDET/UFRB – Inclusão Produtiva

Izabel Santos Pereira – Bolsista PIBEX/PROEXT/UFRB – Assessoria às Mulheres Rurais

Emanuela Silva Terra Nova – Bolsista CNPq – Iniciação Extensionista

Colaboradores/as

Thaise Lima Pinto – Bahia Produtiva - CAR

Hygor da Silva Almeida – Secretaria de Cultura - SECULT

Kássia Aguiar Rios - UFRB

Adriana Silva Barbosa – Prefeitura Municipal de Santa Bárbara

Instituições Apoiadoras

Coordenação Estadual dos Territórios - CET

Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN

Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR

Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar - SETAF Portal do Sertão

Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

Organizadoras da Sistematização do PTDRSS

Tatiana Ribeiro Velloso

Julianna de Andrade Pereira

Dinorah Lobo dos Santos Souza

Nacelice Barbosa Freias

Este PTDRSS teve o apoio técnico e financeiro do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB da Chamada CNPq/MDA/SPM-PR – Nº 11/2014 - Apoio à Implantação e Manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial - NEDET

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Distribuição em percentual dos habitantes entre a zona urbana e rural dos municípios do Território do Portal do Sertão - 2010

Gráfico 2. Renda média *per capita* em reais dos municípios do Portal do Sertão - 2010

Gráfico 3. Índice de Gini dos municípios do Portal do Sertão – 2010

Gráfico 4. Percentuais da População dos municípios do Portal do Sertão em situação de extrema pobreza e em vulnerabilidade à pobreza - 2010

Gráfico 5. Número de ocorrências de violência no Portal do Sertão de acordo com a tipologia, no período de 2012 a 2015

Gráfico 6. Taxa de analfabetismo dos municípios do Território do Portal do Sertão – Bahia para população com idade superior a 15 anos nos anos de 2000 e 2010

Gráfico 7. Percentual de Escolas do Campo fechadas por município do Portal do Sertão no período de 2007 a 2014

Gráfico 8. Percentual da população com Ensino Superior por município do Portal do Sertão – 2010

Gráfico 9. Número de projetos de investimentos financiados pela CAR, no período de 1996 a 2015

Gráfico 10. Situação dos projetos de investimentos da CAR nos municípios do Portal do Sertão – 2016

Gráfico 11. Número de DAP Pessoa Física Ativa distribuída pelos municípios do Portal do Sertão – Abril de 2017

Gráfico 12. Percentuais de compras de produtos da agricultura familiar do PNAE - 2016

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1. O Território do Portal do Sertão – composição de municípios e localização no estado da Bahia – 2007

Figura 2. Distribuição dos biomas da Caatinga e da Mata Atlântica nos municípios do Portal do Sertão - BA

Quadro 1. Composição do Colegiado Territorial do Portal do Sertão – CODETER por representação do Poder Público e da Sociedade Civil – 2015/ 2017

Quadro 2. Famílias cadastradas no Programa Bolsa Família e valor nominal total do repasse, valor médio por família e percentual da população em relação à estimativa de pobreza no município beneficiada do Território de Identidade Portal do Sertão – Bahia – Março de 2017

Quadro 3. Estrutura fundiária do Território do Portal do Sertão – 2006

Quadro 4. Comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares do Portal do Sertão – 2016

Quadro 5. Relação, localização, valor e situação dos projetos de investimentos do PROINF do Ministério do Desenvolvimento Agrário – 2007 a 2015

Quadro 6. Diagnóstico da Dimensão Socioeconômica do Território do Portal do Sertão

Quadro 7. Diagnóstico do desenvolvimento sustentável do Território do Portal do Sertão na Dimensão sociocultural e Educacional

Quadro 8. Diagnóstico da Dimensão Ambiental do Território do Portal do Sertão

Quadro 9. Diagnóstico do desenvolvimento sustentável do Território do Portal do Sertão na Dimensão Político-Institucional

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|-----------|---|
| ACOMAQ | Associação Comunitária de Maria Quitéria |
| ACUP | Associação Comunitária União e Progresso |
| AMA | Associação dos Moradores do Alecrim e Adjacências |
| APA | Área de Preservação Ambiental |
| APAEB | Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Feira de Santana |
| ARCMA | Associação Comunitária Rural de Massaranduba e Adjacência |
| ASCOMBAC | Associação dos Moradores do Bairro do Cemitério |
| ASCORTAPA | Associação Quilombo do Tabuleiro de Paus Altos e Adjacências |
| ATER | Assistência Técnica e Extensão Rural |
| BAHIATER | Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| BNB | Banco do Nordeste do Brasil |
| CAE | Conselho Municipal de Alimentação Escolar |
| CATRUFs | Centro de Apoio dos Trabalhadores Rurais da região de Feira de Santana |
| CAR | Companhia de Ação Regional |
| CDA | Coordenação de Desenvolvimento Agrário |
| CEB | Comunidade Eclesial de Base |
| CEDRS | Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável |
| CEDITER | Comissão Ecumênica dos Diretores da Terra |
| CEF | Caixa Econômica Federal |
| CEFIR | Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais |
| CET | Coordenação Estadual de Territórios |
| CMDS | Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável |
| CNPq | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| COAFASB | Cooperativa Mista de Agricultores Familiares e Produtores de Leite de Santa Barbara |
| CODETER | Colegiado Territorial |

| | |
|----------|---|
| CONTAG | Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura |
| COOBAFFS | Cooperativa de Beneficiamento e Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar de Feira de Santana |
| COOPAFAC | Cooperativa Agropecuária dos Agricultores Familiares de Conceição da Feira |
| COOPREDE | Cooperativa Rede de Produtoras da Bahia |
| COOPSER | Cooperativa de Consultoria, Pesquisa e Serviços de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável |
| CUT | Central Única dos Trabalhadores |
| DAP | Declaração de Aptidão |
| DATASUS | Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde |
| EMBASA | Empresa Baiana de Águas e Saneamento |
| EBDA | Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola |
| EFA | Escola Família Agrícola |
| FETAG | Federação dos Trabalhadores da Agricultura |
| FETRAF | Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar |
| FIEB | Federação das Indústrias do Estado da Bahia |
| FNDE | Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação |
| GTT | Grupo de Trabalho Territorial |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| ICMS | Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços |
| IDASB | Instituto de Desenvolvimento do Associativismo e Cooperação Solidária |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano |
| IFBA | Instituto Federal da Bahia |
| IPAES | Instituto de Planejamento e Assessoria para Empreendimentos Sociais |
| IICA | Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura |
| IMA | Instituto do Meio Ambiente |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| INEMA | Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos |
| INGÁ | Instituto de Gestão das Águas e Clima |

| | |
|---------|--|
| IPEA | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada |
| MDA | Ministério do Desenvolvimento Agrário |
| MDS | Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome |
| MEC | Ministério da Educação |
| MINC | Ministério da Cultura |
| MOC | Movimento de Organização Comunitária |
| MST | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra |
| NEDET | Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial |
| PAA | Programa de Aquisição de Alimentos |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PNAD | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| PNAE | Programa Nacional de Alimentação Escolar |
| PPA - P | Plano Plurianual Participativo |
| PBF | Programa Bolsa Família |
| PIBEX | Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária |
| PNAA | Programa Nacional de Acesso à Alimentação |
| PROEXT | Pró-Reitoria de Extensão |
| PROINF | Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais |
| PRONAF | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar |
| PTDRSS | Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário |
| REFAISA | Rede de Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semi-Árido |
| SDR | Secretaria de Desenvolvimento Rural |
| SDT | Secretaria de Desenvolvimento Territorial |
| SEBRAE | Sistema Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa |
| SECULT | Secretaria de Cultura |
| SEI | Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia |
| SEMA | Secretaria de Meio Ambiente |

| | |
|-----------|--|
| SEMARH | Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos |
| SEPLAN | Secretaria de Planejamento |
| SESAB | Secretaria da Saúde do Estado da Bahia |
| SETAF | Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar |
| SETRE | Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte |
| SGE | Sistema de Gerenciamento Estratégico |
| SINDICAME | Sindicato dos Camelôs de Feira de Santana |
| SINTRAF | Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar |
| SPM | Secretaria de Políticas para as Mulheres |
| SSP | Secretaria de Segurança Pública |
| STR | Sindicato dos Trabalhadores Rurais |
| SUDENE | Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste |
| SUTRAG | Superintendência de Políticas Territoriais e Reforma Agrária |
| UAMAC | União das Associações do Município de Antônio Cardoso |
| UEFS | Universidade Estadual de Feira de Santana |
| UFRB | Universidade Federal do Recôncavo da Bahia |
| UNICAFES | União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária da Bahia |
| UNISAN | União das Associações Rurais e Urbanas do Município de Santanópolis |
| UNISOL | Central de Cooperativa e Empreendimentos Solidários da Bahia |
| ZEE | Zoneamento Ecológico Econômico |

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

CAPÍTULO I

- 1.1. Histórico do Território
- 1.2. Caracterização do Território
- 1.3. Dimensões do Desenvolvimento – Limites e Potencialidades
 - 1.3.1. Dimensão Socioeconômica
 - 1.3.2. Dimensão Ambiental
 - 1.3.3. Dimensão Sociocultural e Educacional
 - 1.3.4. Dimensão Político-Institucional

CAPÍTULO II

- 2.1. Matriz de Objetivos, Estratégias e Metas
 - 2.1.1. Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Sócioprodutiva
 - 2.1.2. Estrutura Fundiária e Acesso a Terra
 - 2.1.3. Formação Cidadã e Organização Social
 - 2.1.4. Infraestrutura e Serviços Públicos

CAPÍTULO III

- 3.1. Instrumentos Estratégicos da Gestão do Desenvolvimento

REFERÊNCIAS

ANEXO

APÊNDICE

APRESENTAÇÃO

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PTDRSS do Portal do Sertão se constitui como principal instrumento de planejamento de longo prazo do Colegiado Territorial – CODETER do Portal do Sertão para o período de 2017 a 2026. Este plano, enquanto instrumento norteador de estratégias e de intervenções no Território, foi traduzido em ações prioritárias que possibilitem a transformação da realidade social, cultural, política, econômica e ambiental do Portal do Sertão.

O PTDRSS abrange os eixos de desenvolvimento sustentável e solidário que integram as dimensões sócio-econômicas, sociocultural, educacional, ambiental e político-institucional, cada qual com estratégias e metas prioritárias voltadas para o desenvolvimento econômico e ambiental com inclusão sócio-produtiva, estrutura fundiária e acesso à terra, formação e organização social e infraestrutura e serviços públicos. As estratégias e metas buscam maior efetividade para as relações entre a sociedade, o ambiente e a economia, voltadas para a cidadania e a justiça social no contexto da participação social e da inclusão social e econômica com respeito à cultura e ao meio ambiente.

As ações deste Plano estão voltadas para a estruturação e o fortalecimento do Território do Portal do Sertão. Entende-se aqui Território enquanto espaço apropriado e lugar de relações sociais e de ação e poder e de *identidade* do lugar, da convivência e da vivência como referência do cotidiano dos sujeitos sociais. Esses sujeitos tomam o *território* como base de organização que configura um espaço geográfico como resultado de relações sociais, que através de um conjunto de municípios constrói uma referência de escala voltada para a governança de ações públicas (VELLOSO, 2013).

O Território passa a ser entendido de *conhecimento vivo*, compartilhado e conectável, que Milton Santos (2007, p.13) defende que “é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas”. O Território é, portanto, considerado como formas, objetos e ações do espaço humano – é o *território usado* – formado por lugares (SANTOS, 1994).

A construção deste PTDRSS foi resultado de discussão e de intervenções das políticas territoriais pelo Colegiado Territorial - CODETER Portal do Sertão, voltado para a promoção da sua missão de *contribuir para o desenvolvimento sustentável e solidário do Território Portal do Sertão, priorizando o fortalecimento da cidadania, a inclusão social e a melhoria*

da qualidade de vida, por meio da articulação dos sujeitos e das políticas públicas, apoiando e incentivando ações e projetos referenciais.

Este Plano foi sistematizado a partir da retomada do PTDRSS – 2012 (não concluído), a partir do CODETER do Portal do Sertão e apoio do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Esta retomada foi realizada a partir de princípios democráticos e participativos, com a realização de oficinas e reuniões, em 2016, e de sistematização de documentos gerados a partir das atividades do Colegiado Territorial do Portal do Sertão (Anexo 1).

Foram realizadas oficinas e reuniões para a atualização do diagnóstico e da construção de estratégias e metas que refletiam o conhecimento acumulado, as trajetórias, as experiências e as expectativas de transformação da realidade do Portal do Sertão, com prioridades que orientem as ações e as intervenções das organizações que compõem o CODETER, bem como as políticas públicas. Este exercício não pretende exaurir a complexidade do enfrentamento dos desafios e das potencialidades, mas de efetivar um planejamento participativo de modo a contribuir na construção de uma agenda estratégica.

Este Plano está organizado em três capítulos: o primeiro trata do Diagnóstico da realidade do Portal do Sertão que aponta para os resultados que se pretendem alcançar, tratando do desenvolvimento sustentável e solidário, nas dimensões socioeconômicas, socioculturais educacionais, ambientais, políticos institucionais. O diagnóstico foi resultado da sistematização documental das atividades realizadas pelo CODETER, com atualização a partir das oficinas realizadas em 2016 no Portal do Sertão. Para tanto, apresenta-se uma caracterização da realidade do Portal do Sertão com dados secundários.

O segundo capítulo relaciona o diagnóstico apresentado com os objetivos, as estratégias e as metas prioritárias que possam contribuir para a superação dos desafios/ limites e otimização das oportunidades/ potencialidades existentes no Portal do Sertão, com a apresentação de prioridades.

E por fim, o terceiro capítulo que apresenta a gestão do Plano que se constitui em processos de avaliação e de monitoramento voltadas para a atualização do PTDRSS durante o período de 2017 a 2026, de maneira que considere a dinâmica histórica de compromissos e de responsabilidades dos sujeitos que compõem o Território do Portal do Sertão e de atualização dos dados secundários como forma de acompanhamento.

CAPÍTULO I

1.1. HISTÓRICO DO TERRITÓRIO

O *Território do Portal do Sertão* tem na sua denominação a identidade da “entrada principal” para o “Sertão”. A palavra *Sertão* derivada do latim *sertanus* que significa área deserta ou desabitada, que ainda deriva *sertum* que significa bosque, e que tem origem no período colonial. No período colonial ocorreu a interiorização realizada pelos portugueses, entre os séculos XVI e XVII, voltada para o desbravamento do semiárido e expansão da pecuária – esta região foi denominada de *Sertão*.

O “Sertão”, portanto, teve a sua formação territorial vinculado ao processo de colonização de base mercantilista, voltada para acumulação primitiva do capital, dedicada predominantemente à pecuária (FREITAS, 2014). Assim, a denominação do Sertão no Portal refere a predominância de sua área no semiárido¹, no bioma da Caatinga, mas, entretanto, existem áreas localizadas na Mata Atlântica, caracterizando uma diversidade climática. A prevalência no semiárido atribui à existência de um território que ocorrem a escassez e a distribuição irregular das chuvas, o que provocam as estiagens que são denominadas de *secas*.

A história de ocupação do Território do Portal do Sertão tem dois fenômenos marcantes: o primeiro, agrário a partir do povoamento no período da colonização pela pecuária, no desbravamento do sertão e da cana-de-açúcar na Mata Atlântica, voltada para a ocupação de propriedades com grandes áreas e o mercado externo; e o segundo, posteriormente com o processo de ocupação que “transforma uma área essencialmente rural dedicada predominantemente à pecuária, em espaço urbano de significativa importância nacional (FREITAS, 2014, p. 2009).

Pode-se observar, portanto, que a história de formação do Território do Portal do Sertão tem-se características rurais de povoamento caracterizado por grandes propriedades voltadas para a pecuária e para a cana-de-açúcar, respectivamente na Caatinga e na Mata Atlântica. Como prevalece a Caatinga, historicamente as estiagens que originam o fenômeno climático das *secas* influenciaram a trajetória histórica de ocupação deste território que historicamente foi tratado como causa dos *infortúnios* da pobreza e das desigualdades sociais.

¹ A região semiárida foi instituída pela Lei 7.827/89, área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, e em 1994 foi ampliada pela Resolução 10.929/94 que incorporou o parte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, correspondendo a 12,6% do território nacional.

Neste contexto, as ações públicas foram voltadas principalmente na concepção de “combate à seca”, através de obras de infraestrutura, principalmente hídricas para acumulação da água e de construção de estradas.

Outra característica marcante na história de formação do Território do Portal do Sertão, por um lado, é a prevalência rural na maior parte dos municípios, mas, por outro, a transformação deste espaço com a constituição do município de Feira de Santana. Essa constituição prevaleceu características urbanas, a partir do século XVII, da cidade comercial com mercado de negociação de compra e venda de gado.

A trajetória histórica de formação do Território do Portal do Sertão é importante para compreender a sua ocupação, com as suas contradições marcantes de *ruralidades* dentro da *urbanização* com expressivo traço comercial, a partir da centralidade do município de Feira de Santana. Esse contexto denota o desafio de compreender as aparentes contradições, de um lado, com a expressão urbana do município de Feira de Santana como cidade de importância comercial e industrial que centraliza as atenções e os dados do Portal do Sertão, e por outro, da existência do rural no contexto histórico de desigualdades agrárias nos seus municípios.

Essa trajetória contribuiu para a formação da *Identidade* do Portal do Sertão, nos seus desafios e nas suas potencialidades, com a existência de sujeitos que construíram e que constroem o Território e suas territorialidades. Neste contexto, o Território do Portal do Sertão foi constituído em 28 de julho de 2005, inicialmente formado por um Conselho Territorial – CODES com a representação das Prefeituras Municipais e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Desde então, ocorreram eventos territoriais, como Conferências Territoriais, Oficinas, Seminários, Capacitações, Audiências Públicas, Assembleias e Plenárias (Anexo 1 e 2).

Em 2007, foi realizado o primeiro Plano Plurianual Participativo – PPA – P – 2007 a 2011 do Território do Portal do Sertão, iniciativa do Governo do Estado da Bahia para proporcionar diálogo entre o Estado e a sociedade na construção de políticas públicas. A segunda escuta social ocorreu em 2011, para o exercício de 2012 a 2015, com a criação de Grupo de Trabalho Territorial – GTT formado por representações do CODETER para o seu acompanhamento.

Em 2008, ocorreu o apoio à política territorial do Portal do Sertão, a partir de um edital do Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ² em parceria com a Secretaria de

² O INGÁ foi criado pela Lei Estadual 11.050 de 06/06/2008 e substituiu a Superintendência de Recursos Hídricos - SRH. Em 2011, houve uma junção do INGÁ e do Instituto do Meio Ambiente – IMA na estrutura da

Planejamento – SEPLAN do Governo do Estado, com a distribuição em seis lotes formados pelos territórios do estado da Bahia. No caso do Portal do Sertão, o lote com os territórios do Portal do Sertão, Metropolitana de Salvador, Recôncavo da Bahia e Litoral Norte/ Agreste Baiano foi de responsabilidade do Centro de Apoio ao Trabalhador Rural de Feira de Santana – CATRUFs. Este projeto possibilitou a contratação de articuladores territoriais, regionais e estaduais, além da realização de oficinas voltadas para o apoio ao Processo de Desenvolvimento dos Territórios de Identidade da Bahia e de Elaboração e Gestão do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável³. Este projeto configurou a tentativa de descentralização das atividades nos territórios “a fim de qualificar a sociedade civil organizada para que ela pudesse entender a política e se posicionar ativamente diante dela” (FLORES, 2014, p. 55).

A sede do CODETER – Portal do Sertão fica na estrutura da Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural - BAHATER⁴, em Feira de Santana, desde junho de 2011. Em 2015, ocorreu a reformulação do Estatuto do CODETER – Portal do Sertão que possibilitou a integração de outras organizações da sociedade civil e do poder público que atuam no Território do Portal do Sertão, conforme Quadro 1. Essa reformulação ocorreu a partir do Núcleo Diretivo do CODETER – 2012/2014 com o apoio do NEDET/UFRB, com ações de mobilização e articulação nos municípios, com realização de reuniões para esta nova composição.

Quadro 1. Composição do Colegiado Territorial do Portal do Sertão – CODETER por representação do Poder Público e da Sociedade Civil – 2015/ 2017

| MUNICÍPIO | SOCIEDADE CIVIL | PODER PÚBLICO |
|------------------|--|--|
| Água Fria | Assentamento Menino Jesus | Prefeitura Municipal |
| | Sindicato dos Pequenos Produtores Rurais | |
| | Cooperativa de Produtores Rurais da Agricultura Familiar | |
| Amélia Rodrigues | Associação Grupo de Capoeira Raízes Baiana | Prefeitura Municipal – Secretaria de Cultura |
| | Associação Comunitária Rural dos Moradores do Povoado Rio Seco | |
| | Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais | |

Secretaria do Meio Ambiente – SEMA que deu origem ao Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA.

³ Foram realizadas Oficinas Territoriais sobre Gestão Social do Desenvolvimento, Planejamento do Desenvolvimento Territorial, Construção Participativa do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Reuniões Territoriais de Planejamento e Monitoramento de Atividades, de Articulação e Negociação de Políticas Públicas e de Apoio ao Processo de Elaboração e Gestão de Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável.

⁴ A BAHATER foi criada em dezembro de 2014 em substituição a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA como órgão do Governo do Estado da Bahia responsável pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER.

| | | |
|----------------------|--|---|
| Anguera | Associação Comunitária Rural João de Barro | Prefeitura Municipal |
| | Sindicato dos Trabalhadores Rurais | |
| Antonio Cardoso | União das Associações do Município de Antônio Cardoso – UAMAC | Prefeitura Municipal - Departamento de Cultura |
| | Sindicato dos Trabalhadores Rurais | |
| | Associação Quilombo do Tabuleiro de Paus Altos e Adjacências – ASCORTAPA | |
| Conceição da Feira | Associação Umbanda Caboclo Gentil | Prefeitura Municipal – Secretaria Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente |
| | Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares | |
| | Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – CMDS | |
| | Cooperativa Agropecuária dos Agricultores Familiares de Conceição da Feira - COOPAFAC | |
| Conceição do Jacuípe | Associação dos Produtores Orgânicos de Conceição do Jacuípe | Prefeitura Municipal – Secretaria de Agricultura |
| | Associação dos Pequenos Aquicultores e Piscicultores de Conceição do Jacuípe | |
| | Associação dos Moradores do Bairro do Cemitério – ASCOMBAC | |
| Coração de Maria | Sindicato dos Trabalhadores Rurais | Prefeitura Municipal - Secretaria de Agricultura |
| | Associação Comunitária da Santa Rosa | |
| | Associação Quilombola Engenho da Raiz Mangalô | |
| Feira de Santana | Associação Comunitária de Maria Quitéria – ACOMAQ | Prefeitura Municipal - Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer |
| | Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Feira de Santana – APAEB | |
| | Cáritas Arquidiocesana de Feira de Santana | |
| | Comissão Ecumênica dos Diretores da Terra – CEDITER | Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR |
| | Cooperativa de Beneficiamento e Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar de Feira de Santana – COOBAFFS | |
| | Movimento de Organização Comunitária – MOC | BAHIATER |
| | Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar | |
| | Sindicato dos Camelôs de Feira de Santana – SINDICAME | Banco do Nordeste do Brasil S/A – BNB |
| | Centro de Apoio dos Trabalhadores Rurais da região de Feira de Santana - CATRUFs | |
| | Instituto de Planejamento e Assessoria para Empreendimentos Sociais – IPAES | |
| | Instituto de Desenvolvimento do Associativismo e Cooperação Solidária – IDASB | |
| | Sistema Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa - SEBRAE | |
| | Cooperativa de Consultoria, Pesquisa e Serviços de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável – COOPSER | Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB |
| | União de Cooperativas da Agricultura Familiar e | Instituto Federal da |

| | | |
|------------------------|---|--|
| | Economia Solidária da Bahia - UNICAFES | Bahia – IFBA Campus Feira de Santana |
| | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST | |
| | Associação Comunitária União e Progresso - ACUP | |
| | Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia – FETAG | |
| | Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do estado da Bahia - FETRAF | |
| | Associação dos Moradores do Alecrim e Adjacências – AMA | Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS |
| | Cooperativa Rede de Produtoras da Bahia – COOPREDE | |
| | Central de Cooperativa e Empreendimentos Solidários - UNISOL Bahia | |
| Ipecaetá | Sindicato dos Trabalhadores Rurais | Prefeitura Municipal – Secretaria de Agricultura |
| | Associação Comunitária Rural da Fazenda Poções | |
| | Igreja - Capela São Luiz de Gonzaga | |
| Irará | Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – CMDS | Prefeitura Municipal – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente |
| | Associação Comunitária Rural de Massaranduba e Adjacência – ARCMA | |
| | Sindicato dos Trabalhadores Rurais | |
| | Associação Rural da Baixinha | |
| Santa Barbara | Sindicato dos Trabalhadores Rurais | Prefeitura Municipal – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente |
| | Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – CMDS | |
| | Cooperativa Mista de Agricultores Familiares e Produtores de Leite de Santa Barbara - COAFASB | |
| | Associação Comunitária da Chapada | |
| Santanópolis | Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – CMDS | Prefeitura Municipal – Secretaria de Agricultura |
| | União das Associações Rurais e Urbanas do Município de Santanópolis – UNISAN | |
| Santo Estevão | Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares | Prefeitura Municipal – Secretaria de Ação Social |
| São Gonçalo dos Campos | Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais | Prefeitura Municipal |
| Tanquinho | Sindicato dos Trabalhadores Rurais | Prefeitura Municipal |
| Teodoro Sampaio | Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais | Prefeitura Municipal – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agricultura |
| | Associação Samba Chula União Teodoreense | |
| | Associação Comunitária do Canto Escuro | |
| | Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – CMDS | |
| Terra Nova | Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais | Prefeitura Municipal |
| | Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda Cana Brava 1 | |
| | Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais | |

Observa-se no Quadro 1 que a composição do CODETER – Portal do Sertão abrange sociedade civil e poder público das esferas municipais e estaduais, em que prevalece as organizações da sociedade civil, com a participação de 65 entidades: 22 associações comunitárias da agricultura familiar e da cultura, abrangendo mulheres e quilombolas; 2 uniões de associações; 16 sindicatos, com presença marcante da categoria dos trabalhadores rurais, mas também dos camelôs de Feira de Santana e 1 Pólo Sindical e as 2 Federações dos Trabalhadores Rurais e da Agricultura Familiar; 5 Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável; 1 Assentamento de Reforma Agrária (o único do Portal do Sertão formalizado) e o MST; 6 Cooperativas da Agricultura Familiar e as 2 Centrais das Cooperativas e Empreendimentos Solidários; Cáritas Brasileira e 1 Igreja Católica; e 4 organizações não governamentais (ONGs), inclusive 2 delas que foram selecionadas para a Chamada Pública de Assistência Técnica e Extensão – ATER; e a presença do SEBRAE que é uma organização pára-estatal.

No caso do poder público, são 23 organizações que participam: 17 Prefeituras Municipais, mas que no período de 2015/2016 a participação nas atividades ocorreu por parte de 12 Prefeituras Municipais; 3 Instituições de Ensino Superior Públicas, UEFS, UFRB e IFBA (que abrange também o Ensino Médio); Banco do Nordeste; e as instituições estaduais BAHATER e CAR.

A composição do CODETER – Portal do Sertão é diversificada e ampliada, com a presença de organizações que exercem atividades em dimensões políticas, econômicas, culturais e institucionais, foi resultado dos esforços da mobilização e da articulação realizada pelo Núcleo Diretivo do CODETER – Portal do Sertão com apoio do NEDET/UFRB, com destaque para as organizações rurais. Prevaecem as organizações rurais, por um lado, por conta da trajetória de mobilização e de participação a partir dos Territórios Rurais da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA a partir de 2003 no Brasil e que em 2007 deram origem aos Territórios de Identidade no estado da Bahia; e por outro, pela presença marcante do processo de organização deste segmento no Portal do Sertão, que reflete ainda a *ruralidade* deste território.

A partir da organização do CODETER, foi possível neste período organizar as seguintes Câmaras Técnicas: Agricultura Familiar e Agroecologia; Educação e Diversidade; Juventude; Cultura e Comunicação; Pesca, Meio Ambiente e Aquicultura; Mulheres e Diversidade Sexual; Economia Solidária e Mercados, Mercado Informal e Organização Produtiva. Foram incorporadas outras organizações no processo de construção do PTDRSS (Anexo 3).

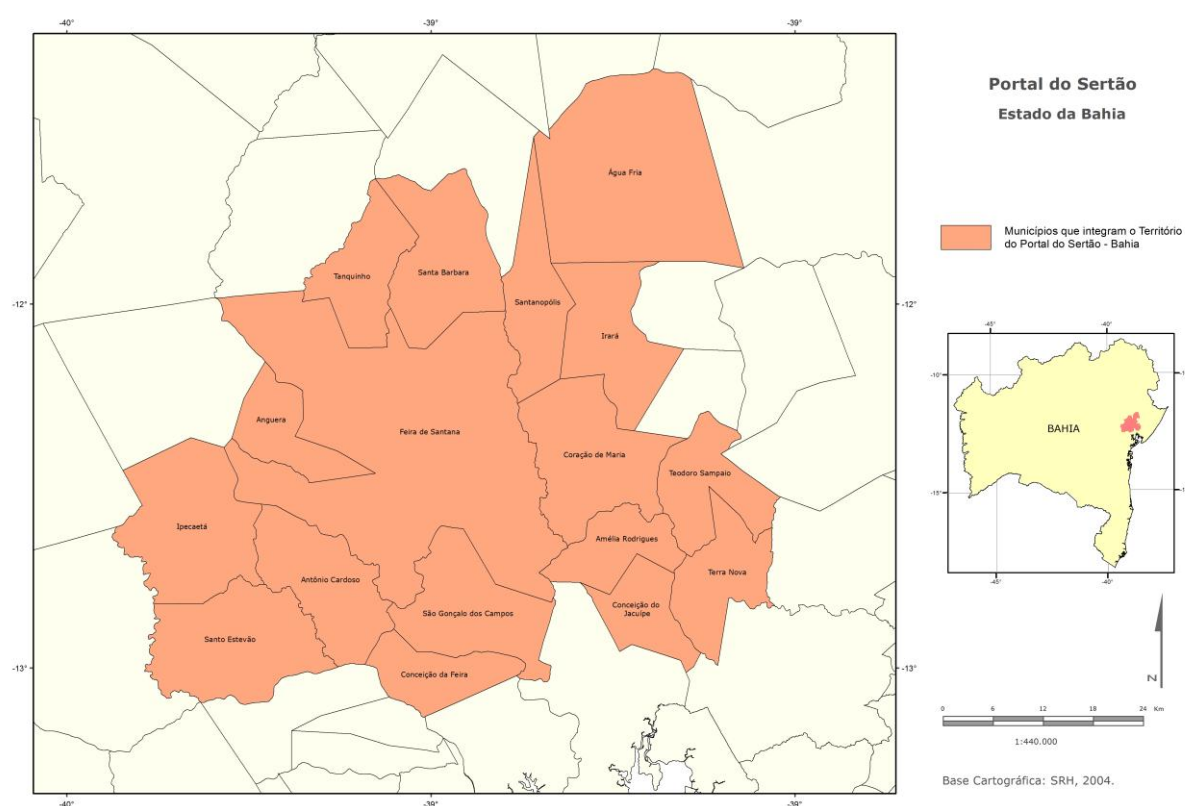
O desafio, entretanto, reside na manutenção da participação destas organizações, principalmente devido à rotatividade de suas representações, em que há necessidade de recomeçar a mobilização e a articulação destes sujeitos para a participação no espaço territorial, seja do poder público, a exemplo da renovação das Prefeituras Municipais, seja da sociedade civil com a incorporação de outras representações.

A abordagem territorial, a partir da trajetória dos modelos de desenvolvimento e da realidade agrária e sua importância enquanto propulsor do desenvolvimento rural, é um processo em construção de protagonismo e de participação dos sujeitos sociais na definição dos papéis das instituições na mediação da escala territorial, enquanto uma *nova regionalização*, que supere os limites apresentados nos contextos das escalas nacionais, estaduais e municipais (VELLOSO, 2013). Constitui-se, portanto, um processo de aprendizagem no participar e no protagonizar em *rede*, buscando construir unidade na diversidade e na centralidade em princípios de defesa e de respeito à cultura, à diversidade, à cidadania e à vida.

1.2. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

O Território do Portal do Sertão está localizado no estado da Bahia, possui extensão territorial de 5.811,58 km² e é formado por 17 municípios: Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio e Terra Nova, conforme a Figura 1.

Figura 1. O Território do Portal do Sertão – composição de municípios e localização no estado da Bahia – 2007

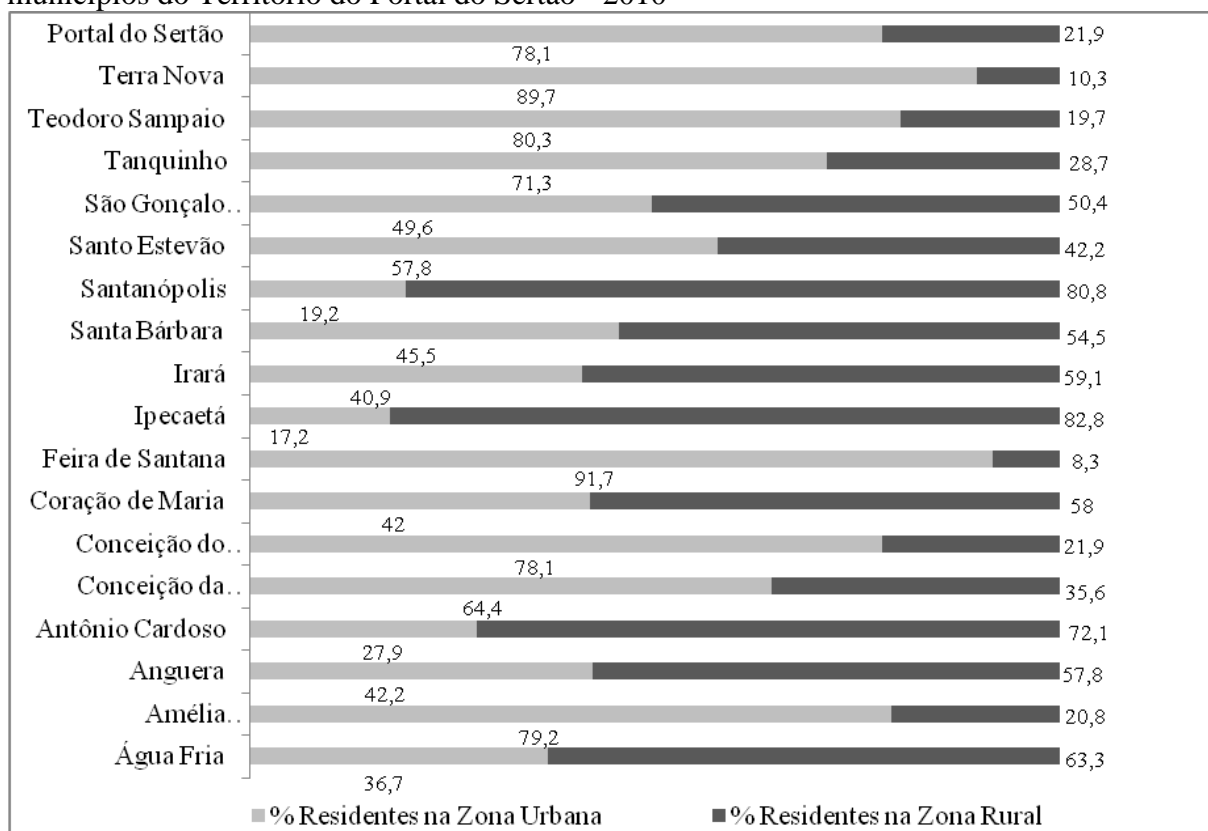


O Território do Portal do Sertão possui 872.780 habitantes, sendo que em Feira de Santana tem a concentração de 63,8% desta população, com 556.642 habitantes (IBGE, 2010). No Quadro 2, observa-se que os municípios do Portal do Sertão, em sua maioria, têm sua população concentrada na zona rural e que compartilham dilemas e possibilidades da economia agrícola, como principal setor gerador e concentrador de riquezas, apresentando-se em menor proporção no município Feira de Santana, cujos setores secundários e terciários são desenvolvidos como principais setores da economia.

A população total do Território do Portal do Sertão é de 872.780 habitantes e 78,1% residem na zona urbana, influência principalmente do município de Feira de Santana que 91,7% da população residem na zona urbana e que possui 556.642 habitantes que representam 63,8% da população do território. Entretanto, a população que reside na zona rural de Feira de Santana representa 8,3% (46.007 habitantes), mas que coloca o município com o maior número de pessoas residentes no campo *per capita* do estado da Bahia. No Gráfico 1, observa-se que os municípios de Água Fria, Anguera, Antônio Cardoso, Coração de Maria, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis e São Gonçalo dos Campos possuem a maior parte de sua população residindo no campo.

O número de pessoas do Portal do Sertão que está ocupada com as atividades agrícolas corresponde a 117.511 pessoas (13,5%), e se constituem como principal atividade para a maior parte da população rural dos municípios de Água Fria, Antônio Cardoso, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santanópolis, Santo Estevão, Tanquinho, Teodoro Sampaio e Terra Nova (IBGE, 2010).

Gráfico 1. Distribuição em percentual dos habitantes entre a zona urbana e rural dos municípios do Território do Portal do Sertão - 2010



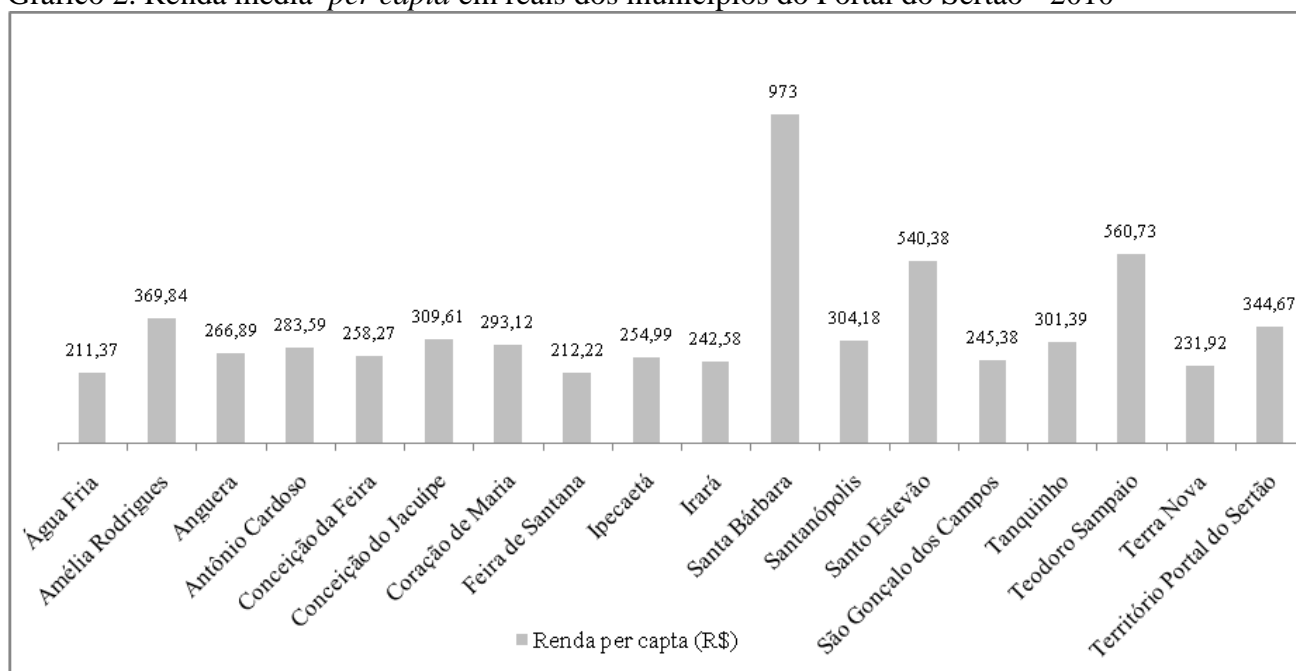
Fonte: IBGE (2010).

Alguns autores consideram que para refletir o espaço rural na realidade brasileira, as relações campo e cidade e a delimitação rural e urbana são inter-relacionadas e contínuas. A relação contínua refere-se a complementaridade nas dimensões geográfica e territorial, social e econômica e não como mundos que se opõem (SILVA, 1997).

Mota e Schmitz (2002, p. 398) afirmam que o mundo rural tende a diversificação, que não se restringe a agropecuária, muito embora, essa atividade ainda predomina, e que, portanto, tratar do rural não é “reportar-se apenas a um espaço geográfico, mas às relações que são desenvolvidas ali e como estão inseridas em um todo envolvente”.

Neste contexto, analisar a distribuição de renda no Portal do Sertão precisa se considerar a história de formação e de ocupação, bem como da constituição da relação do campo e da cidade. A renda *per capita* média, apresentada no Gráfico 2, dos municípios do Portal do Sertão demonstra a existência de pessoas na extrema pobreza ou em vulnerabilidade à pobreza.

Gráfico 2. Renda média *per capita* em reais dos municípios do Portal do Sertão - 2010

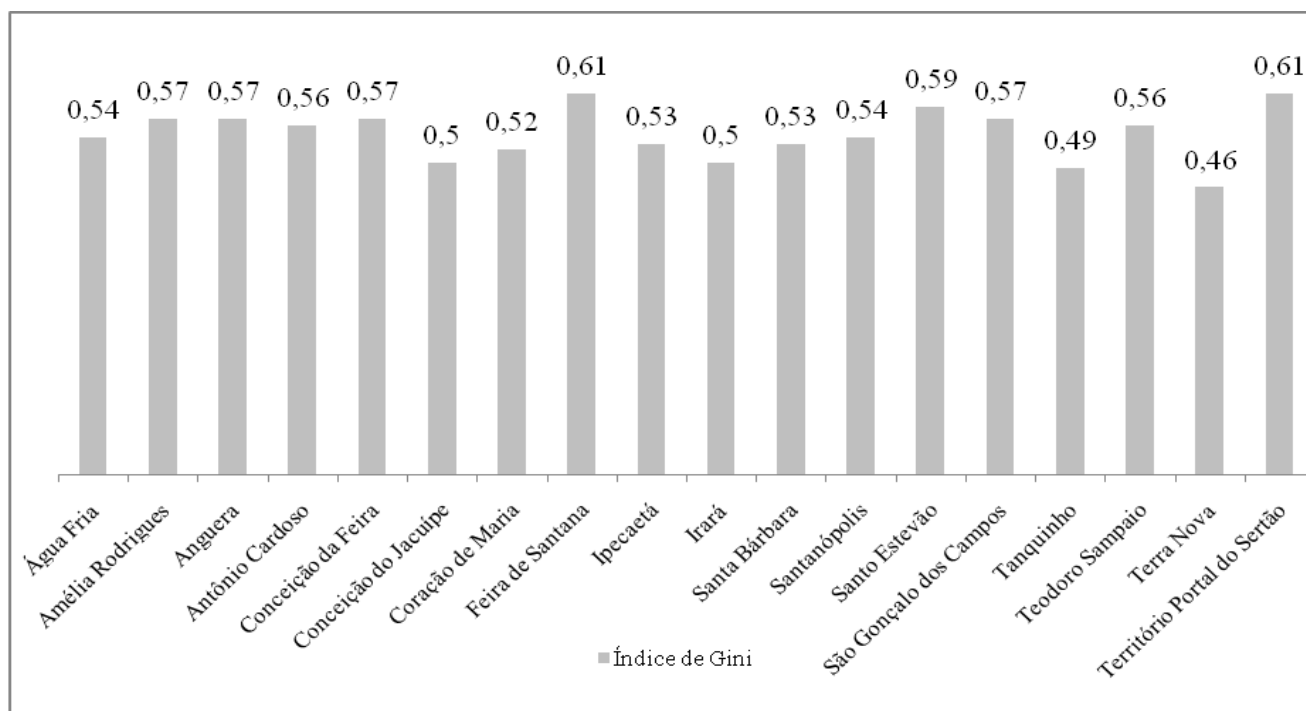


FONTE: SEI (2010)

O município de Santa Bárbara (R\$ 973,00) tem a maior renda média *per capita* do Portal do Sertão, e em seguida Teodoro Sampaio (R\$ 560,73) e Santo Estevão (540,38). Os outros municípios estão entre R\$ 369,84 e R\$ 211,37 de renda média *per capita*, sendo os menores valores para os municípios de Água Fria (R\$ 211,37) e Feira de Santana (R\$ 212,22).

No Gráfico 3, constata-se a existência de desigualdades sociais inerentes a distribuição de renda, a partir do índice de Gini. Este índice representa o grau de concentração de renda, que aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, calculados a partir da renda *per capita* por domicílio, ou seja, o valor zero representa o valor de igualdade em que todos têm a mesma renda. Observa-se que o município de Feira de Santana possui maior desigualdade de renda, em que prevalece o mesmo índice do Território do Portal do Sertão.

Gráfico 3. Índice de Gini dos municípios do Portal do Sertão – 2010



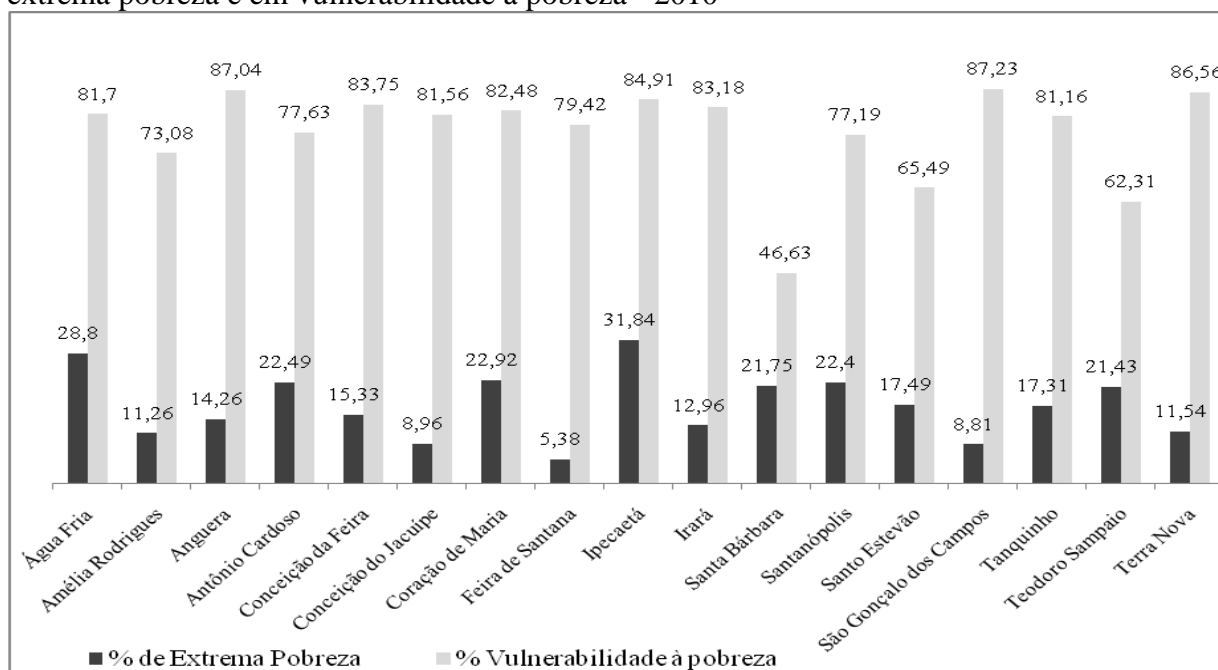
FONTE: SEI (2010)

A desigualdade da renda do Portal do Sertão reflete os desafios para superação da baixa renda *per capita* e da existência de pessoas em condições de extrema pobreza e em situação de vulnerabilidade à pobreza. Os municípios com menores níveis de renda *per capita* são Água Fria e Feira de Santana; com maiores percentuais de pessoas na extrema pobreza, estão os municípios de Ipecaetá, Água Fria, Coração de Maria, Antônio Cardoso, Santanópolis, Santa Bárbara e Teodoro Sampaio. Neste contexto, verifica-se que Santa Bárbara classifica-se entre estes maiores percentuais no Portal do Sertão de pessoas na extrema pobreza, mas é o município com maior renda *per capita* (IBGE, 2010).

Verifica-se alto percentual de pessoas na condição de vulnerabilidade à pobreza, acima de 80%, em 10 municípios: São Gonçalo dos Campos, Anguera, Terra Nova, Ipecaetá,

Conceição da Feira, Irará, Coração de Maria, Água Fria, Conceição do Jacuípe e Tanquinho (Gráfico 4). Esta situação justifica a abrangência e a ampliação do Programa Bolsa Família⁵ - PBF no Portal do Sertão, como uma política de transferência de renda com objetivo de reduzir a pobreza. Segundo o IPEA, a cada real transferido às famílias do Programa, o município tem o acréscimo de um real e setenta e oito centavos no Produto Interno Bruto (PIB). Assim, evidencia-se nos municípios do Portal do Sertão a importância do PBF, por um lado, de transferência de renda para as pessoas que estão em situação de extrema pobreza, e por outro, de recursos que impactam na economia local.

Gráfico 4. Percentuais da População dos municípios do Portal do Sertão em situação de extrema pobreza e em vulnerabilidade à pobreza - 2010



Fonte: IBGE (2010)

Busca-se com este programa melhorar a qualidade de vida através da transferência de renda para as famílias em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade à pobreza. No Portal do Sertão, conforme Quadro 2, são 83.048 famílias que acessam o PBF, com o repasse de R\$ 14.066.274,00, em que 26,33% deste valor são destinados para as famílias do município de Feira de Santana, mas que, entretanto, possui 38,7% das famílias do Portal do Sertão. Como consequência, observa-se que em Feira de Santana o valor médio do PBF é o menor do Portal

⁵ A Lei n. 10.836/2004 cria o Programa Bolsa Família que unifica o Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA, o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Cadastro Único do Governo Federal. É um Programa de Transferência direta de renda para brasileiros em situação de extrema pobreza, com renda familiar *per capita* inferior a 85 reais mensalmente ou pobres com renda mensal de 85,01 a 170 reais, identificadas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (MDS, 2017).

do Sertão com R\$ 115,26 e percentual da população à estimativa de pobreza com apenas 13,01%.

Quadro 2. Famílias cadastradas no Programa Bolsa Família e valor nominal total do repasse, valor médio por família e percentual da população em relação à estimativa de pobreza no município beneficiada do Território de Identidade Portal do Sertão – Bahia – Março de 2017

| Municípios | Nº de Família | Valor Repassado Total | Valor Médio/Família | % da população à estimativa pobreza |
|------------------------|---------------|-----------------------|---------------------|-------------------------------------|
| Água Fria | 2.629 | R\$ 548.233,00 | R\$ 208,53 | 38,89 |
| Amélia Rodrigues | 3.095 | R\$ 473.506,00 | R\$ 152,99 | 74,45 |
| Anguera | 1.628 | R\$ 287.814,00 | R\$ 176,79 | 37,34 |
| Antônio Cardoso | 1.925 | R\$ 444.756,00 | R\$ 231,04 | 43,82 |
| Conceição da Feira | 3.444 | R\$ 650.013,00 | R\$ 188,74 | 40,31 |
| Conceição do Jacuípe | 3.883 | R\$ 674.364,00 | R\$ 173,67 | 32,53 |
| Coração de Maria | 4.607 | R\$ 931.965,00 | R\$ 202,29 | 48,35 |
| Feira de Santana | 32.137 | R\$ 3.703.963,00 | R\$ 115,26 | 13,01 |
| Ipecaetá | 2.377 | R\$ 529.330,00 | R\$ 222,69 | 37,58 |
| Irá | 5.679 | R\$ 1.495.176,00 | R\$ 263,28 | 48,74 |
| Santa Bárbara | 4.186 | R\$ 973.072,00 | R\$ 232,46 | 51,09 |
| Santanópolis | 1.209 | R\$ 318.591,00 | R\$ 263,52 | 34,69 |
| Santo Estevão | 7.421 | R\$ 1.535.110,00 | R\$ 206,86 | 37,06 |
| São Gonçalo dos Campos | 3.981 | R\$ 665.881,00 | R\$ 167,26 | 29,86 |
| Tanquinho | 1.285 | R\$ 253.032,00 | R\$ 196,91 | 37,69 |
| Teodoro Sampaio | 1.465 | R\$ 223.565,00 | R\$ 152,40 | 39,38 |
| Terra Nova | 2.097 | R\$ 357.903,00 | R\$ 170,67 | 38,86 |
| Portal do Sertão | 83.048 | R\$14.066.274,00 | R\$ 196,00 | 40,00 |

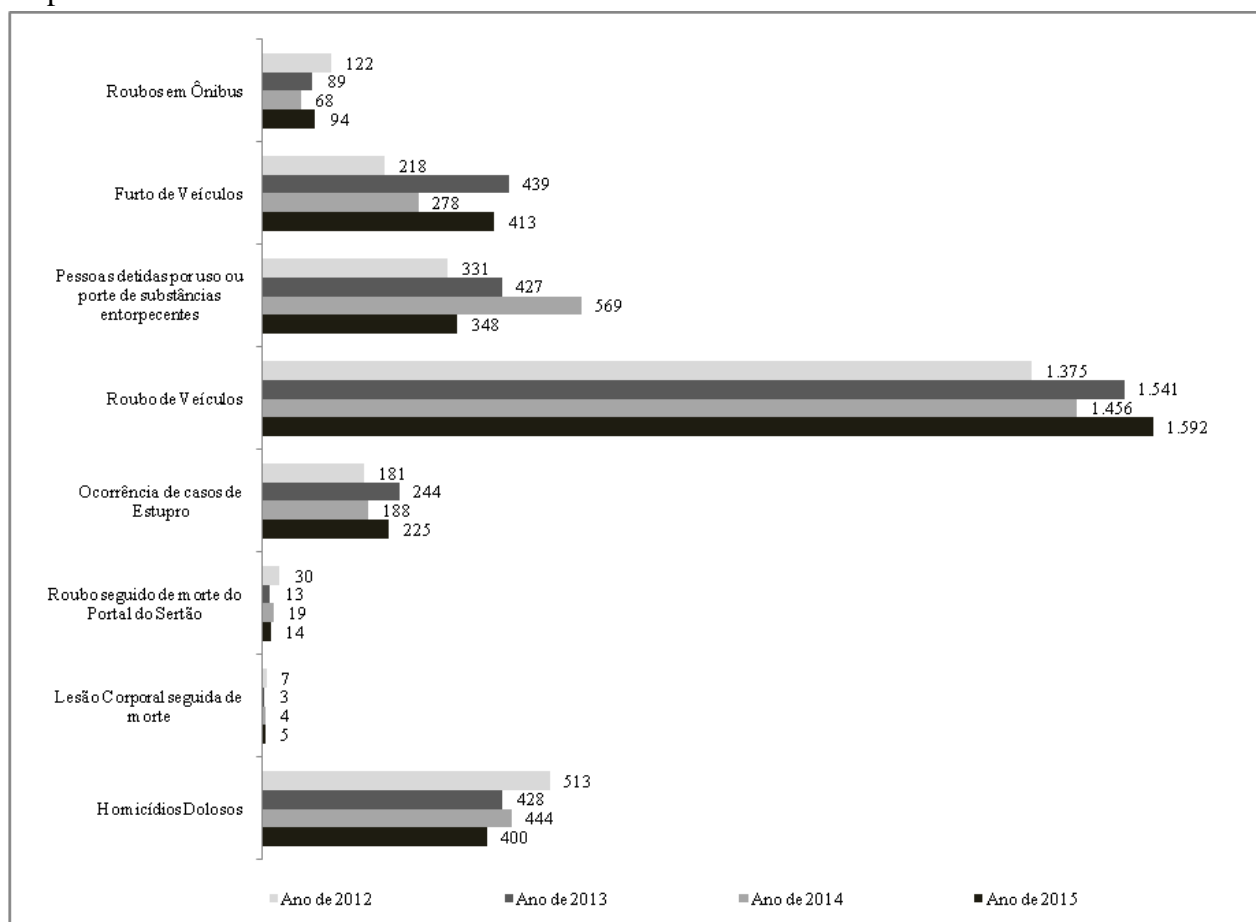
Fonte: Adaptado do MDS – CadÚnico (2017).

No Quadro 2, constata-se que o PBF não atinge toda a população com estimativa à pobreza. A situação que tem a melhor abrangência é o de Amélia Rodrigues com 75,45%, seguido de Santa Bárbara com 51,09%. Os outros municípios a abrangência é inferior a 50% da população com estimativa à pobreza.

Isso evidencia a necessidade de ampliação do PBF, como também de promoção de práticas que contribuam para a inclusão social e econômica. Estas práticas devem ser compreendidas no âmbito das causas das desigualdades sociais existentes no Portal do Sertão. Evidencia-se não apenas um quadro de concentração de renda, mas como também dos meios de produção e da estrutura fundiária do Território do Portal do Sertão. Esta condição foi herdada historicamente na formação deste território, em que se tem como consequência o aumento da exclusão social que provoca o desemprego e o aumento da violência.

Diversos fatores geram violência, mas alguns autores destacam a desigualdade social. No Portal do Sertão o índice de violência é expressivo, conforme Gráfico 5.

Gráfico 5. Número de ocorrências de violência no Portal do Sertão de acordo com a tipologia, no período de 2012 a 2015



Fonte: SSP (2016).

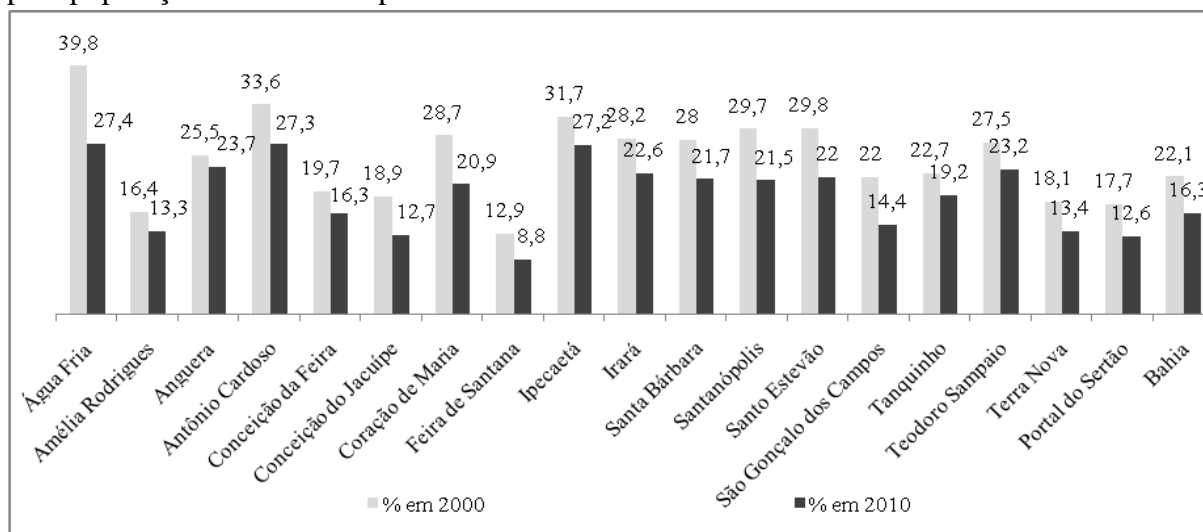
É importante considerar que a maior incidência de violência está concentrada no município de Feira de Santana. Em seguida, verificam-se incidências de homicídios dolosos em São Gonçalo dos Campos, Santo Estevão e Amélia Rodrigues; ocorrência de estupros em Conceição do Jacuípe, Tanquinho e Santa Bárbara; roubos e furtos de veículos em Amélia Rodrigues, Conceição do Jacuípe, Santo Estevão e São Gonçalo dos Campos; e pessoas detidas por uso ou porte de substâncias entorpecentes em São Estevão, São Gonçalo dos Campos, Irará e Amélia Rodrigues.

Aspectos Educacionais

O Portal do Sertão nos anos de 2000 a 2010 registrou diminuição no índice de analfabetismo, respectivamente de 17,7% para 12,6%, conforme Gráfico 6, para a população com idade superior a 15 anos. Essa diminuição foi registrada em todos os municípios. A condição de taxa de analfabetismo no Portal do Sertão está melhor condição quando

comparado a realidade do estado da Bahia, respectivamente com percentuais maiores de 22,1% e 16,3%. O município de Feira de Santana tem o melhor índice com 8,8%; e os piores índices, estão nos municípios de Água Fria, Antônio Cardoso e Ipecaetá, respectivamente, 27,4%, 27,3% e 27,2%. Portanto, ainda é um desafio para o Portal do Sertão a superação de níveis ainda elevados de analfabetismo para população com idade superior a 15 anos.

Gráfico 6. Taxa de analfabetismo dos municípios do Território do Portal do Sertão – Bahia para população com idade superior a 15 anos nos anos de 2000 e 2010



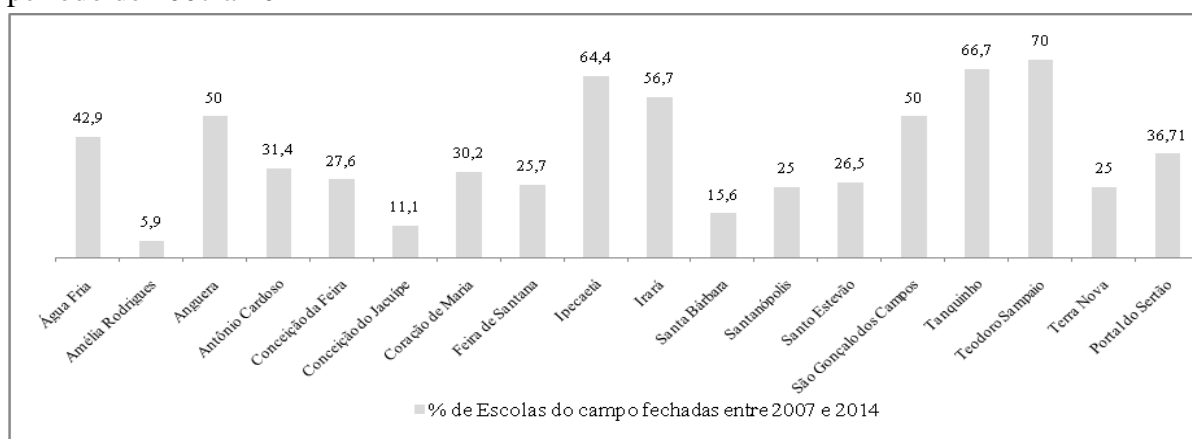
Fonte: IBGE (2000; 2010).

Na mesma tendência do estado da Bahia que em 2010 o acesso à educação na faixa etária dos 6 aos 14 anos subiu para 96,9%, no Portal do Sertão entre 2000 e 2010 foi de 95% para 97,6% (IBGE, 2000; 2010). Todos os municípios do Portal do Sertão para esta faixa etária têm a taxa de escolarização superior a 95%, com melhores resultados para os municípios de Amélia Rodrigues, Santa Bárbara e Santanópolis, respectivamente com 99,2%, 99% e 99%. Na faixa etária de 15 aos 17 anos, os índices avançaram no Portal do Sertão entre os anos de 2000 a 2010: de 83,4% para 87,4%, enquanto a média do estado é de 83,7%. Entretanto, um dos problemas apresentado para esta faixa etária está na evasão escolar que, em 2010, tem o resultado de 39,2%, enquanto a média do estado é de 38%, mas que mesmo com este resultado foi um avanço considerando que em 2000 apenas 21,1% permaneciam na escola (IBGE, 2000; 2010).

No período de 2007 a 2014, houve fechamento de 239 escolas no campo no Território do Portal do Sertão. Os municípios que tiveram o maior percentual de fechamento de Escolas do Campo foram Teodoro Sampaio (70%), Tanquinho (66,7%), Ipecaetá (64,4%), São Gonçalo dos Campos (50%) e Anguera (50%), conforme Gráfico 7. Quando analisados estes

dados com o número de habitantes na zona rural, se observa, por exemplo, Ipecaetá que tem 82,8% de sua população no campo teve um percentual elevado de fechamento de escolas do campo neste período. Assim como os municípios de Anguera (57,8%) e São Gonçalo dos Campos (50,4%) que ainda possuem uma população rural marcante. Os menores percentuais de escolas do campo fechadas foram nos municípios de Amélia Rodrigues (5,9%), Conceição do Jacuípe (11,1%) e Santa Bárbara (15,6%).

Gráfico 7. Percentual de Escolas do Campo fechadas por município do Portal do Sertão no período de 2007 a 2014

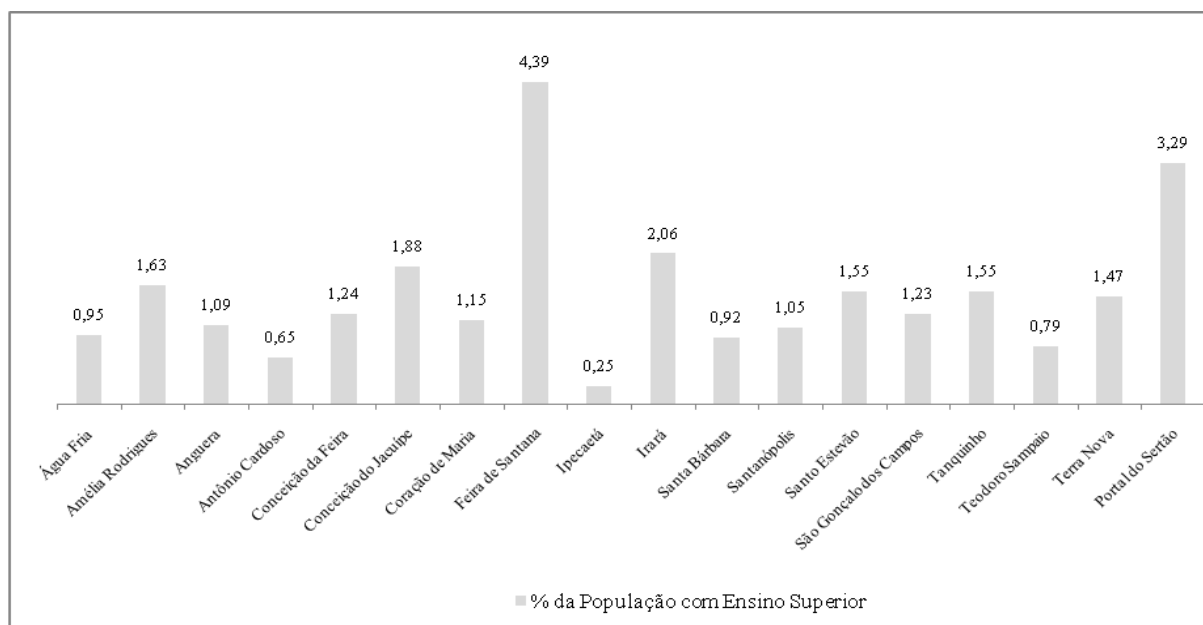


Fonte: INEP (2016)

O fechamento das Escolas do Campo no Território do Portal do Sertão pode ser analisado pela ausência de políticas públicas que compreendam as diversidades sociais, políticas, culturais e econômicas do campo como espaço de territorialização da vida pelas condições materiais e imateriais dos agricultores familiares. Outra questão é a presença de transporte escolar de alunos do campo para a cidade que motiva a nucleação e a concentração de escolas na cidade. E por fim, as condições de funcionamento das Escolas do Campo sejam de infraestruturas precárias, sejam de ausência de pessoal capacitado para a educação do campo, como forma de negação de direitos e de condições dignas de vida no campo.

Com relação ao nível superior no Território do Portal do Sertão, segundo Gráfico 8, o número de pessoas com nível superior do Portal do Sertão é de 3,29%. Os municípios com menores percentuais com pessoas com nível superior são Ipecaetá (0,25%), Antônio Cardoso (0,65%), Teodoro Sampaio (0,79%), Santa Bárbara (0,92%) e Água Fria (0,95%); e o maior percentual está em Feira de Santana (4,39%).

Gráfico 8. Percentual da população com Ensino Superior por município do Portal do Sertão - 2010



Fonte: Adaptado do IBGE (2010)

Entretanto, sabe-se que o ensino superior na Bahia ocorreu um crescimento em relação a oferta de vagas, a partir da ampliação de número de vagas e de estabelecimentos educacionais. Mesmo com esta consideração, é importante verificar que há necessidade de melhorias no acesso e nas condições da educação no Portal do Sertão, conforme Gráfico 8.

Saúde

No Portal do Sertão a dimensão da saúde chama atenção para os dados de mortalidade infantil antes de completar o primeiro ano de vida: no ano de 2000 apresentou 13.200 mortes, e em 2010 este resultado subiu para 16.100 mortes, mesmo considerando que em 2010 o índice do estado da Bahia foi de 18.000 mortes. Nos dados de mortalidade de crianças até o quinto ano de vida, houve também aumento de 15.800 em 2000, para 18.800 para 2010, mas também inferior aos dados da Bahia que em 2010 apresentava-se de 20.700 crianças (IBGE, 2000; 2010).

Com relação a incidência de doenças, houve redução de tuberculose de 432 incidências em 2001 para 313 casos em 2015. A hanseníase aumentou no Portal do Sertão de 84 registros em 2001 para 88 no ano de 2015. Os dados mais críticos referem-se aos registros de dengue na população, com registro de incidência em todos os municípios do Portal do Sertão no período de 2001 a 2015. Em 2015, teve o total de 4.346 registros, sendo que 2.838 casos foram em Feira de Santana que equivale a 65,3% desta doença do Portal do Sertão.

Entretanto, os anos mais críticos foram 2013, 2009 e 2002, respectivamente com 5.697, 5.028 e 5.198 casos, em que Feira de Santana também predominou com a incidência da doença, respectivamente com 87,15%, 93,86% e 74,84% dos casos do Portal do Sertão (DATASUS, 2016).

A partir de 2015 foram notificados casos de doenças *Zika Vírus* e *Chikungunya*, doenças adquiridas através do mosquito *Aedes aegypti*, mesmo vetor da dengue. A dengue e a *Chikungunya* possuem sintomas e sinais parecidos, sendo que a *Chikungunya* tem como sintomas dores e inchaço nas articulações das pessoas. Em 2015, no Portal do Sertão foram registrados 3.288 casos de *Zika Vírus*, sendo 1.523 em Feira de Santana, 683 em Irará, 384 em Conceição da Feira, 218 em Terra Nova, 130 em Coração de Maria e 112 em São Gonçalo dos Campos, que totalizam 93% dos casos do território (DATASUS, 2016).

Em 2015, a *Chikungunya* teve o registro de 5.093 casos no Portal do Sertão, sendo 4.107 em Feira de Santana, 176 em Coração de Maria, 174 em Anguera, 144 em Santa Bárbara e 125 em Amélia Rodrigues, que totalizam 92,8% dos casos do Portal do Sertão (DATASUS, 2016).

A única forma de evitar dengue, *Zika Vírus* e *Chikungunya* é o combate do mosquito *Aedes aegypti*, com eliminação de focos nas casas, no trabalho e nas áreas públicas, ao mesmo tempo da garantia de saneamento básico às famílias e descarte de resíduos sólidos em locais apropriados. Segundo IBGE (2010), no Portal do Sertão o número de domicílios particulares permanentes é de 237.695, sendo 196.943 situados na zona urbana e 40.752 na zona rural, em que 105.821 domicílios possuem rede geral de esgoto ou pluvial ou fossa séptica na zona urbana (53,73%) e 2.933 na zona rural (7,20%). Ou seja, na zona urbana ainda tem a situação de 46,27% dos domicílios possuírem outro tipo de esgotamento e na zona rural o resultado é de 92,8%. Esses dados demonstram a necessidade de ampliação do esgotamento sanitário para os domicílios particulares no Portal do Sertão na zona urbana e principalmente para a zona rural.

Segundo o IBGE (2010), no Portal do Sertão existe coleta de lixo em 81,4% dos domicílios particulares permanentes. Nos domicílios situados na zona urbana a coleta é de 96,9% dos domicílios e na zona rural de apenas 20,8%. O serviço de coleta diretamente realizado pela limpeza predomina na zona urbana, mas que ainda assim existe necessidade de ampliação. A zona rural é onde o lixo tem outra forma não especificada de destino.

Para atendimento à população, no Portal do Sertão, segundo o IBGE (2010), existem 1.314 leitos públicos e 411 leitos particulares, concentrados no município de Feira de Santana, respectivamente 1.003 (76,33%) e 370 (90%). Leitos públicos existem em quase todos os

municípios do Portal do Sertão, com exceção dos municípios de Antônio Cardoso, Teodoro Sampaio e Terra Nova. No caso de leitos privados, além de Feira de Santana, existem nos municípios de Santo Estevão (23) e Conceição do Jacuípe (18).

O número de médicos no Portal do Sertão é de 1.046, em 2010, com concentração no município de Feira de Santana 83,75%, em seguida em Conceição de Jacuípe com 3,44%, Santo Estevão com 2,2%, Amélia Rodrigues com 1,53% e Coração de Maria com 1,15% do total de médicos. Esta dinâmica é semelhante ao número de enfermeiros, em 2010, com o total de 933 no Portal do Sertão, com concentração em Feira de Santana com 78,35%, em seguida, Santo Estevão com 2,9%, Conceição do Jacuípe com 2,35% e São Gonçalo dos Campos com 2,25% (IBGE, 2010). Portanto, existem médicos e enfermeiros em todos os municípios do Portal do Sertão, considerando o número não suficiente para atendimento da população dos municípios do Portal do Sertão.

E por fim, na área da saúde é importante constatar na zona rural os casos de notificação por utilização de agrotóxicos: em 2000, no Portal do Sertão foi de 241, com ocorrência em todos os municípios, principalmente em Feira de Santana com 199 e Santo Estevão com 11 notificações; em 2010, o número de ocorrências diminuiu para 120, aos quais os municípios de Água Fria, Tanquinho, Teodoro Sampaio e Terra Nova não tiveram notificações, prevalecendo as notificações em Feira de Santana com 76, São Gonçalo dos Campos com 12 e Irará com 8 notificações.

Portanto, ocorreu diminuição de notificações de utilização inadequada de agrotóxicos em Feira de Santana e Santo Estevão, mas com aumento nos municípios de São Gonçalo dos Campos e Irará. Estes dados remetem duas hipóteses: a primeira, de fato ocorreu a diminuição na utilização de agrotóxicos sem receituário agrônomo; e a segunda, da fiscalização ter diminuído entre 2000 a 2010 para verificação das condições de utilização de agrotóxico no Portal do Sertão, considerando que neste mesmo período o estado da Bahia teve um aumento de 1.463 para 3.528 notificações, respectivamente.

Estrutura fundiária e acesso a terra

No Quadro 3, verifica-se a estrutura fundiária dos municípios do Portal do Sertão em que 1.598 agricultores não possuem terra. Existem 39.067 estabelecimentos rurais em uma área de 321.092 hectares no Portal do Sertão.

Quadro 3. Estrutura fundiária do Território do Portal do Sertão – 2006

| Municípios | Sem área | Menos de 02 ha | | 02 ha a menos de 10 ha | | 10 ha a menos de 100 ha | | 100 ha a menos de 1000 ha | | Maior que 1000 ha | |
|------------------------|----------|----------------|-----------|------------------------|-----------|-------------------------|-----------|---------------------------|-----------|-------------------|-----------|
| | | Nº Estab. | Área (ha) | Nº Estab. | Área (ha) | Nº Estab. | Área (ha) | Nº Estab. | Área (ha) | Nº Estab. | Área (ha) |
| Água Fria | 23 | 851 | 928 | 773 | 4.051 | 508 | 16.900 | 26 | 4.965 | 2 | - |
| Anguera | 57 | 337 | 320 | 294 | 1.415 | 199 | 5.871 | 27 | 5.564 | - | - |
| Amélia Rodrigues | 128 | 312 | 258 | 157 | 600 | 33 | 1.032 | 14 | 2.805 | - | - |
| Antônio Cardoso | 104 | 868 | 718 | 424 | 1.868 | 148 | 4.194 | 37 | 9.137 | 1 | 0 |
| Conceição da Feira | 40 | 575 | 545 | 278 | 1.257 | 97 | 2.390 | 15 | 1.799 | - | - |
| Conceição do Jacuípe | 1 | 411 | 276 | 143 | 583 | 82 | 2.565 | 21 | 3.981 | 1 | - |
| Coração de Maria | 26 | 2.148 | 1.713 | 777 | 3.184 | 271 | 8.061 | 31 | 8.261 | 2 | - |
| Feira de Santana | 160 | 6.156 | 4.579 | 1.951 | 8.198 | 582 | 17.595 | 119 | 29.127 | 1 | - |
| Ipecaetá | 223 | 5.608 | 1.421 | 1.331 | 6.140 | 540 | 12.434 | 47 | 12.082 | 2 | - |
| Irará | 27 | 2.136 | 1.869 | 791 | 3.322 | 205 | 5.313 | 9 | 1.664 | - | - |
| Santa Bárbara | 56 | 494 | 486 | 500 | 2.430 | 323 | 9.423 | 45 | 10.541 | 1 | - |
| Santanópolis | 24 | 955 | 856 | 614 | 2.907 | 283 | 7.543 | 23 | 6.306 | - | - |
| Santo Estevão | 575 | 2.722 | 1.977 | 1.058 | 4.577 | 245 | 6.049 | 33 | 7.860 | - | - |
| São Gonçalo dos Campos | 104 | 627 | 536 | 433 | 1.911 | 208 | 6.450 | 42 | 7.182 | - | - |
| Tanquinho | 26 | 174 | 170 | 246 | 1.097 | 152 | 5.489 | 55 | 12.246 | - | - |
| Teodoro Sampaio | 24 | 88 | 64 | 108 | 616 | 138 | 4.333 | 38 | 10.845 | - | - |
| Terra Nova | - | 7 | 8 | 30 | 184 | 56 | 1.815 | 26 | 8.206 | 2 | - |
| Portal do Sertão | 1.598 | 24.469 | 16.724 | 9.908 | 44.340 | 4.070 | 117.457 | 608 | 142.571 | 12 | - |

Fonte: Censo Agropecuário - IBGE (2006).

A partir do Quadro 3, verifica-se que 62,6% dos estabelecimentos que possuem menos de dois hectares que ocupam 7,6% da área; 25,4% dos estabelecimentos entre dois e dez hectares que ocupam 13,8% da área; 10,4% dos estabelecimentos entre dez e cem hectares que ocupam 36,6% da área; e 1,6% dos estabelecimentos entre cem e mil hectares que ocupam 44,4% da área. Observa-se que apenas 12 estabelecimentos (0,3%) ocupam uma área maior que mil hectares, e que, entretanto, não há dados da área ocupada (IBGE, 2006). Segundo o MDA (2015), no Portal do Sertão existem 32.194 número de estabelecimentos da agricultura familiar e 98.669 agricultores familiares, ou seja, 82,4% dos estabelecimentos do Portal do Sertão são da agricultura familiar.

Os dados fundiários mostram que prevalece no Portal do Sertão os minifúndios, considerando que o módulo fiscal em Água Fria, Antônio Cardoso e Anguera é de 60 hectares; Ipecaetá, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estevão e Tanquinho é de 50 hectares; Amélia Rodrigues, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Feira de Santana, Irará, São Gonçalo dos Campos, Teodoro Sampaio e Terra Nova é de 30 hectares; e apenas Coração de Maria que o módulo fiscal é de 15 hectares (INCRA, 2013).

No Portal do Sertão existe apenas um assentamento de Reforma Agrária, situado no município de Água Fria – o assentamento de Menino Jesus. São 207 famílias assentadas em 13.010 hectares (INCRA, 2015). Conforme o Quadro 4, são 13 comunidades quilombolas⁶ certificadas pela Fundação Cultural Palmares, mas sem a regularização fundiária das mesmas, nos municípios de Água Fria, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Feira de Santana, Irará e São Gonçalo dos Campos. Existem ainda outras comunidades do Portal do Sertão em processo de certificação.

Quadro 4. Comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares do Portal do Sertão – 2016

| Município | Comunidades Quilombolas Certificadas |
|------------------------|---|
| Água Fria | Curral de Fora |
| Antônio Cardoso | Paus Alto e Gavião |
| Conceição da Feira | Bete I e Gameleira |
| Feira de Santana | Matinha dos Pretos e Lagoa Grande |
| Irará | Tapera Melão, Baixinha, Massaranduba, Olaria e Pedra Branca |
| São Gonçalo dos Campos | Bete II |

Fonte: Fundação Cultural Palmares (2016)

Segundo o INCRA (2016), o Decreto nº 4.887 de 20/11/2003 regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. A Fundação Cultural Palmares do Ministério da

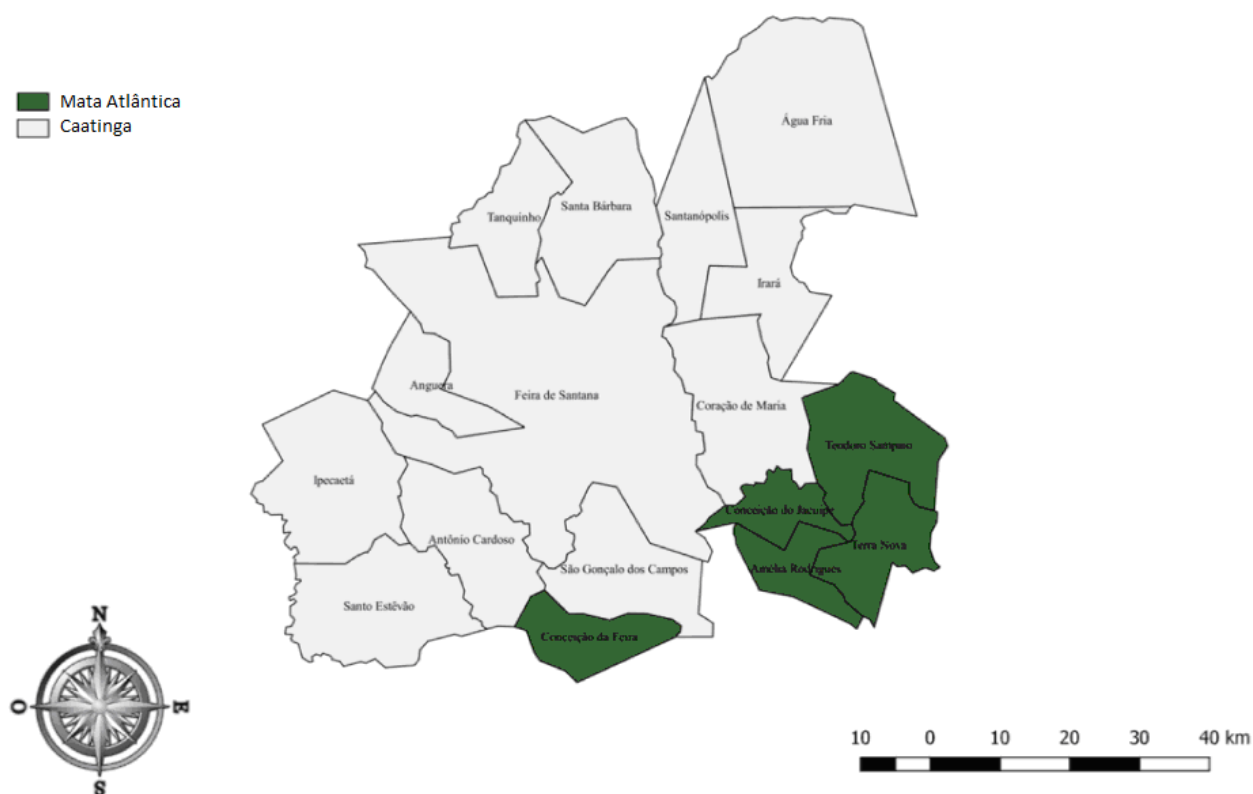
⁶ Conforme o artigo 2º do Decreto 4.887/2003, “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

Cultura é responsável pela certificação das comunidades quilombolas através de emissão de uma certidão sobre essa autodefinição⁷ e ficou transferida do Ministério da Cultura para o INCRA a competência para a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como a determinação de suas demarcações e titulações.

Aspectos ambientais e econômicos

O Território do Portal do Sertão está situado em áreas sob influência predominante de clima semiárido, semiárido a subúmido e úmido a subúmido, respectivamente com precipitações anuais de 400 a 850 mm, 500 a 700 mm e 1.300 a 2.000 mm (ZEE, 2013). O índice pluviométrico além de baixo se apresenta de forma irregular em um curto período de tempo, com períodos de estiagem, principalmente nas áreas de clima semiárido, semiárido a subúmido em 12 municípios do Portal do Sertão, com registro de dois biomas: Caatinga e Mata Atlântica (Figura 2).

Figura 2. Distribuição dos biomas da Caatinga e da Mata Atlântica nos municípios do Portal do Sertão - BA



⁷ É a própria comunidade que se autoreconhece “remanescente de quilombo”, com amparo legal dado pela Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, cujas determinações foram incorporadas à legislação brasileira pelo Decreto Legislativo 143/2002 e Decreto Nº 5.051/2004 (INCRA, 2016).

Os principais recursos hídricos de superfície do Portal do Sertão são os rios Paraguaçu, Jacuípe, Pojuca e Subaé, com importância para abastecimento humano de água no estado da Bahia. O substrato geológico de constituição do Portal do Sertão é o Cristalino, característico da região semiárida, com alto teor de sais. Aliado as altas temperaturas, a evaporação da água da superfície torna a água *salobra*.

O Portal do Sertão possui uma vegetação diversificada da caatinga, mas também com culturas produzidas pelos agricultores familiares, com destaque para mandioca, o milho e o feijão e para as culturas permanentes de origem nativa, o caju, a pinha e o umbu. Em períodos chuvosos, estão presentes áreas de cultivo de fruticultura e olerícolas (PTDRSS, 2012).

A pecuária é outra atividade presente no Portal do Sertão, com destaque para a bovinocultura, como também a ovinocultura e a caprinocultura (PTDRSS, 2012). Na história de ocupação do Portal do Sertão, a atividade da bovinocultura simboliza a cultura sertaneja, de origem extensiva em grandes parcelas de terra, enraizada a partir da herança do período colonial. Esta atividade, entretanto, apresenta-se limitada por conta das longas estiagens pela necessidade de água e de alimentação para as exigências da criação de bovinos, em particular para corte (produção de carne).

Os sistemas produtivos representativos do Portal do Sertão são: apicultura e meliponicultura, mandiocultura, milho e feijão, fruticultura e hortaliças, cana-de-açúcar, caprino-ovinicultura, suinocultura, pesca e aquicultura, avicultura integrada e bovinocultura. Todos estes sistemas produtivos são relacionados a agricultura familiar, com exceção da cana-de-açúcar e da bovinocultura e da avicultura integrada.

Na fruticultura existe o destaque para a produção de abacaxi no município de Coração de Maria. Em Amélia Rodrigues, Conceição da Feira, Teodoro Sampaio e Terra Nova produzem banana, coco da baía e laranja. Esta última também tem destaque em Água Fria e Iará. E maracujá é produzido em Amélia Rodrigues, Conceição da Feira e Teodoro Sampaio.

O cultivo da cana de açúcar, em grandes parcelas de terras e na produção patronal, está concentrado nos municípios de Amélia Rodrigues, Terra Nova e Teodoro Sampaio.

Segundo o IBGE (2010), o Portal do Sertão tem 295,5 mil cabeças de gado, de prática de pecuária extensiva. O município de Feira de Santana destaca-se por concentrar em torno de 23% da quantidade de bovinos, em contraste com Amélia Rodrigues que aparece como o menos expressivo, com 6.884 cabeças. Entre as criações confinadas, a avicultura integrada tem destaque com 11,8 aves, sendo Feira de Santana, Conceição de Feira e São Gonçalo dos Campos os municípios mais expressivos com 57% dos animais registrados no Portal do Sertão. Existem criações de suínos (257,1 mil cabeças) e ovinos (263,5 mil que ocorrem em todos os municípios, com destaque para

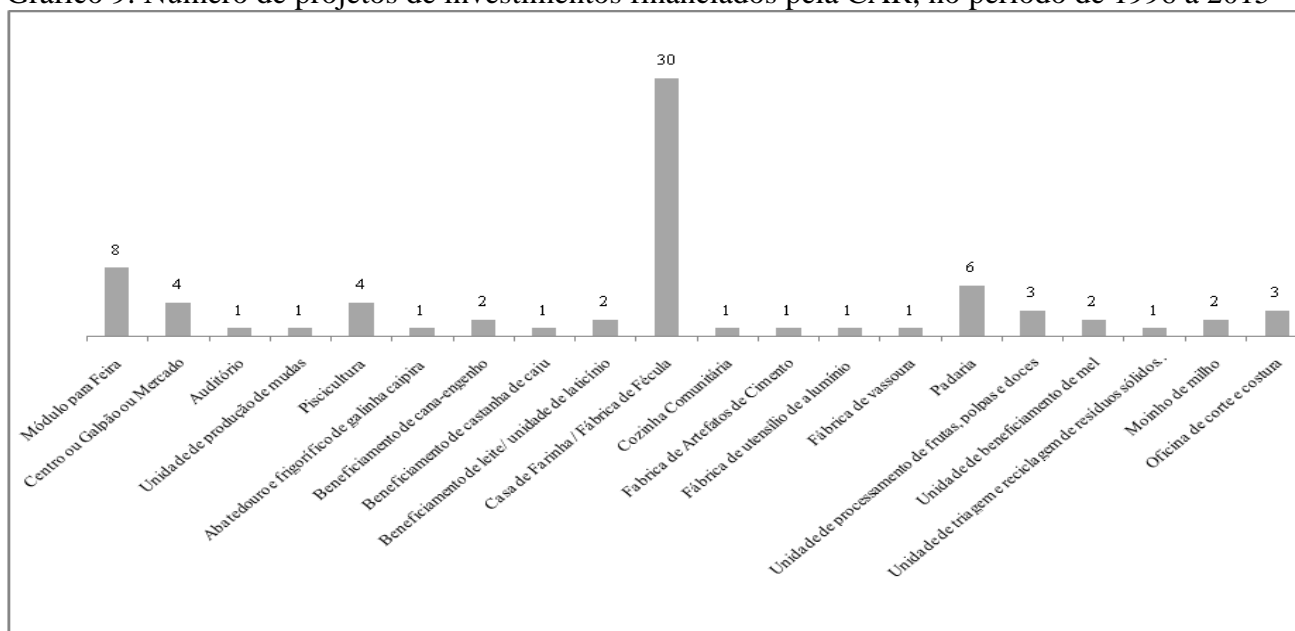
Feira de Santana que tem 27% e 26% do total dos respectivos segmentos. A caprinocultura intensiva também ocorre no Portal do Sertão com 51.301 animais. Existe registro relacionado à extração de madeira em tora para papel e celulose apenas no município de Água Fria (ZEE, 2013).

O Portal do Sertão tem diversas rodovias estaduais e federais e sua localização o tornam como referência comercial e de serviços. Especificamente, registra-se em Feira de Santana a presença de indústrias, localizadas no Centro Industrial do Subaé. Segundo a FIEB (2012), existem 784 indústrias no Portal do Sertão, em que a maior parte está concentrada no município de Feira de Santana. Os segmentos que se destacam são os de produtos têxteis, de vestuário e artefatos de couro. Outros segmentos estão presentes como os voltados para a construção de edifícios, rodovias e ferrovias, recuperação de materiais plásticos e a fabricação de produtos de metal, a extração de pedra, areia e argila, de fabricação de artefatos de borracha e de material plástico; de minerais não metálicos; metalurgia e fabricação de produtos de metal.

No Portal do Sertão existem poucas áreas legalmente protegidas, com apenas uma Área de Preservação Ambiental – APA Lago de Pedra do Cavalo, com abrangência nos municípios de Conceição da Feira, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Antônio Cardoso e Feira de Santana, em uma área de 33.052 hectares. Segundo o Grupo de Pesquisa Geografar (2017), existem associações de pescadores em quatro comunidades pesqueiras artesanais nos municípios de Feira de Santana e Antônio Cardoso, em torno do Lago de Pedra do Cavalo.

No Portal do Sertão existem unidades de beneficiamento da agricultura familiar (agrícolas e não agrícolas) sob financiamento público do estado da Bahia através da CAR e do governo Federal pelo MDA. Na Figura 9, apresentam-se os tipos de projetos de investimentos financiados pela CAR, no período de 1996 a 2015, entre os quais prevalecem as unidades de beneficiamento.

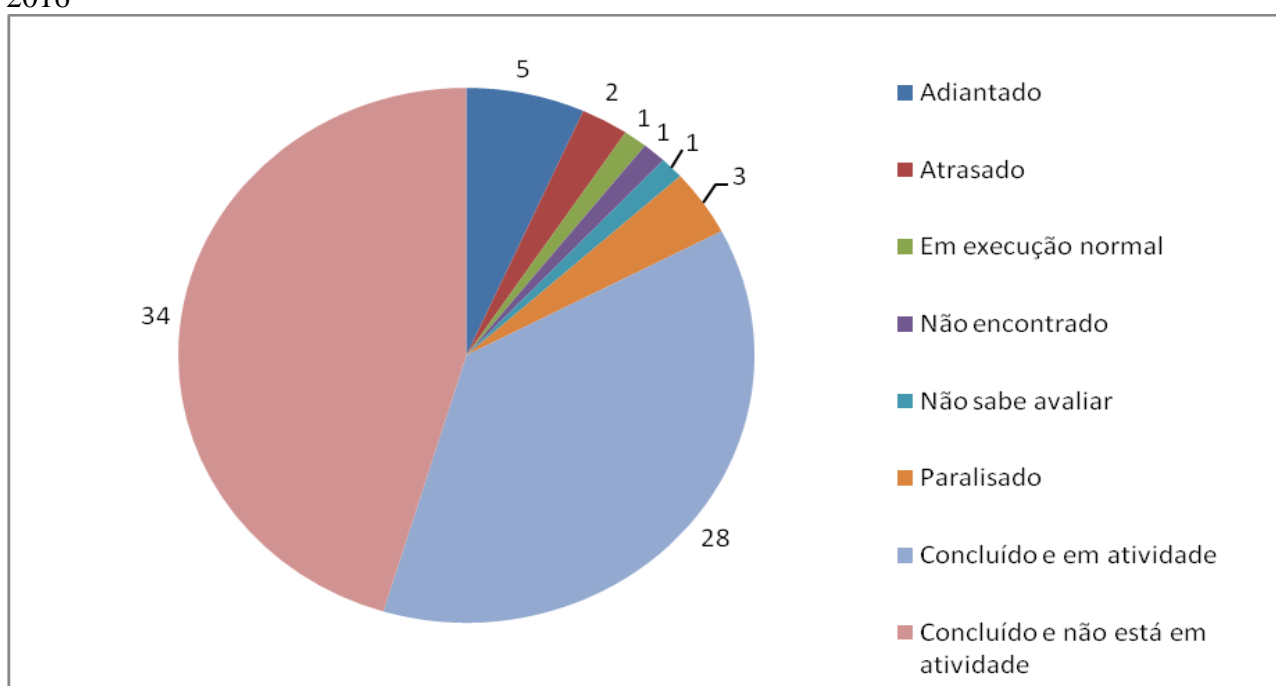
Gráfico 9. Número de projetos de investimentos financiados pela CAR, no período de 1996 a 2015



Fonte: Trabalho de Campo (NEDET/UFRB, 2016)

Foram 75 projetos de investimentos da CAR no período de 1996 a 2015 no Portal do Sertão: 58 unidades de beneficiamento, 4 mercado/centro/ galpão de armazenamento ou comercialização, 1 auditório, 4 unidades de produção para piscicultura e 8 módulos para feira (boxes de comercialização). Segundo o Gráfico 9, as unidades de beneficiamento prevalecem as Casas de Farinha/ Fábrica de Fécula com 30 unidades e em seguida as padarias com 4 unidades. No Gráfico 10 verifica-se a situação dos projetos de investimentos da CAR nos municípios do Portal do Sertão, a partir de visitas de campo.

Gráfico 10. Situação dos projetos de investimentos da CAR nos municípios do Portal do Sertão - 2016



Fonte: Trabalho de Campo (NEDET/UFRB, 2016)

No Gráfico 10, observa-se que 28 projetos de investimentos foram concluídos e estão em atividade, enquanto 34 foram concluídos e não estão em funcionamento. Existem 11 projetos de investimentos em construção: são 5 que estão adiantados no seu cronograma de execução; 3 paralisados; 2 projetos atrasados; e 1 em execução normal. Na pesquisa de campo, tem um investimento que não foi localizado e outro que o representante da organização não sabe avaliar.

Constatou-se que dos 34 projetos de investimentos que foram concluídos e não estão em atividade, destes: 13 casas de farinha; 6 padarias; 2 módulos para feira (box) e 1 galpão de comercialização; 3 unidades de produção de piscicultura; 2 unidades de engenho; 2 oficinas de corte e costura; 1 fábrica de artefatos de cimento; 1 fábrica de utensílios de alumínio; 1 unidade de beneficiamento de caju; 1 moinho de milho; e 1 fábrica de vassoura. Estes dados chamam atenção

para as casas de farinha e as padarias, que foram construídas no período de 1995 a 1999, e apresentam-se com defasagem das suas estruturas.

Quando verifica-se os projetos de investimentos realizados no Portal do Sertão pelo Programa de Infraestrutura – PROINF do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, conforme Quadro 5, no período de 2007 a 2015, observa-se que a maior parte dos projetos foi concluída.

Quadro 5. Relação, localização, valor e situação dos projetos de investimentos do PROINF do Ministério do Desenvolvimento Agrário – 2007 a 2015

| Ano | Município | Objeto | Valor | Situação |
|------|------------------|--|------------|--------------------|
| 2007 | Irará | Apoio ao beneficiamento de mandioca | 125.000,00 | Concluída |
| 2010 | Irará | Construção do centro de Formação e Conhecimento da Escola Família Agrícola | 95.000,00 | Concluída |
| | | Aquisição de retroescavadeira | 180.000,00 | Concluída |
| | Anguera | Aquisição de tratores agrícolas para apoio a agricultura familiar | 130.000,00 | Concluída |
| 2012 | Irará | Reforma e modernização do mercado público Municipal de Carnes | 784.000,00 | Atrasada |
| | | Aquisição de três caçambas basculantes de 10m ³ | 700.000,00 | Paralisada |
| 2014 | Feira de Santana | Aquisição de veículos para fortalecimento da agricultura familiar | 424.565,00 | Em execução normal |

Fonte: CGMA/SDT/MDA (maio/2015) e Trabalho de Campo (NEDET/UFRB, 2015)

Os investimentos de infraestruturas produtivas para a agricultura familiar no Portal do Sertão, portanto, foram executados pelo Governo do Estado no período de 1996 a 2015 pela CAR, e a partir de 2007 pelo PROINF⁸ do MDA.

Observa-se que os investimentos foram voltados para os sistemas da mandioca, milho, cana-de-açúcar, avicultura (galinha caipira), frutas, piscicultura, leite (bovinocultura), castanha de caju e mel; unidades de comercialização e armazenamento; e atividades não agrícolas (vassoura, cimento, resíduos sólidos, corte e costura).

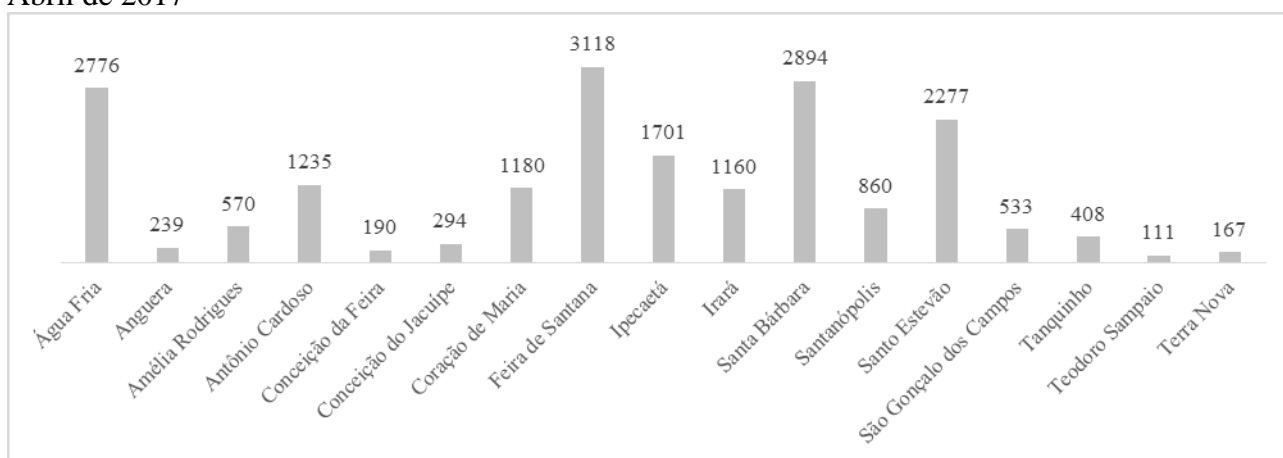
A situação destes investimentos é objeto de acompanhamento, no sentido de construir elementos referenciais de gestão associativa voltado para a sustentabilidade econômica, cultural, ambiental, política e social da agricultura familiar. Entre as possibilidades, é importante destacar o

⁸ Segundo o MDA (2015), existem recursos do PROINF para atividades de capacitação a partir de 2002 para organizações que estão localizadas em Feira de Santana, mas, que, entretanto, estas atividades foram realizadas em outros Territórios Rurais.

mercado institucional com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE⁹ e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA¹⁰.

Estes investimentos são estratégias para o avanço no sistema produtivo, no sentido de agregar valor aos produtos, mas principalmente de fortalecimento da agricultura familiar através da geração de trabalho e renda. Entretanto, para o acesso às políticas públicas, os agricultores familiares devem possuir a Declaração de Aptidão – DAP ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar¹¹ – PRONAF de pessoa física. Observa-se no Gráfico 11 o número de agricultores familiares com Declaração de Aptidão – DAP Ativas, que totaliza 19.713 DAPs de Pessoa Física no Portal do Sertão.

Gráfico 11. Número de DAP Pessoa Física Ativa distribuída pelos municípios do Portal do Sertão – Abril de 2017



Fonte: SIATER/MDA (Abril de 2017)

A DAP Jurídica é emitida para as organizações coletivas da agricultura familiar – associação ou cooperativa. Para esta emissão, estas estruturas devem possuir no mínimo 60% de sua base

⁹ O PNAE é uma política pública, a partir da Lei nº 11.947 de 16/06/2009, que determina que, no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE deve ser destinado para compra de produtos alimentícios da agricultura familiar ou de suas organizações. Prioriza-se assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas e que deve ser realizada por Chamada Pública.

¹⁰ O PAA foi criado em 2003 pelo Governo Federal para combater a fome e a pobreza a partir do fortalecimento da agricultura familiar voltado para o desenvolvimento local e para a segurança alimentar e nutricional. Este programa possui diversas modalidades e favorece a aquisição direta de produtos da agricultura familiar ou de suas organizações.

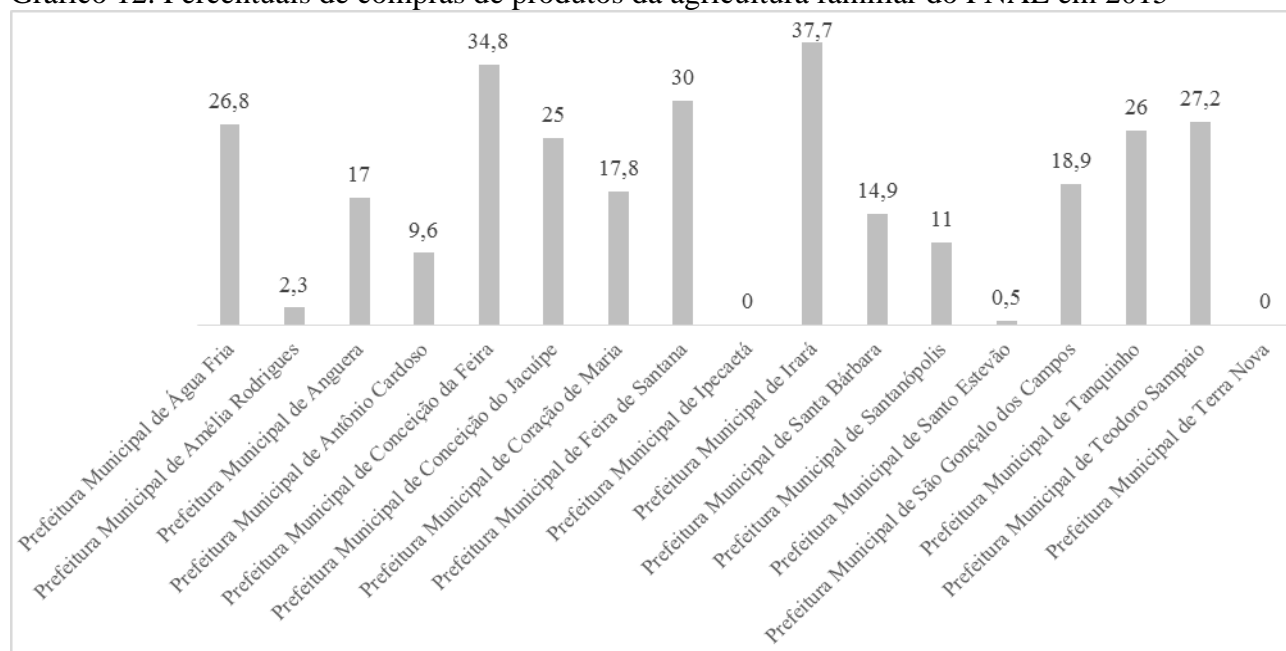
¹¹ A Lei Nº 11.326 de 24 de julho de 2006 estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. No primeiro Artigo, estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. E no terceiro Artigo, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; e IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

social com DAP Física. No Portal do Sertão, em abril de 2017, constata-se 25 DAPs Jurídicas ativas em dez municípios do Portal do Sertão: são 10 DAPs Jurídicas em Feira de Santana; 3 DAPs Jurídicas em Água Fria; 2 DAPs Jurídicas respectivamente nos municípios de Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe e Santanópolis; e uma DAP Jurídica, respectivamente nos municípios de Amélia Rodrigues, Irará, Santa Bárbara e São Gonçalo dos Campos (SIATER/MDA, 2017).

Observa-se que o município de Feira de Santana possui o maior número de organizações (associações / cooperativas) da agricultura familiar com DAP Jurídica ativa do Portal do Sertão. Verifica-se, por tanto, por um lado, a necessidade de ampliação do número de DAPs Jurídicas e Físicas nos municípios do Portal do Sertão, e por outro, a aquisição de DAPs Jurídicas em sete municípios. A DAP Jurídica é estratégica para facilitar que as organizações da agricultura familiar consigam garantir o acesso às políticas públicas, principalmente de acesso ao mercado institucional, na garantia da escala e da regularidade do abastecimento com os produtos dos agricultores familiares.

Uma das políticas de acesso ao mercado institucional é o PNAE. Verifica-se no Gráfico 12 que apenas as Prefeituras Municipais de Irará, Conceição da Feira e Feira de Santana adquiriram o mínimo de 30% de produtos da agricultura familiar, em 2015. Ou seja, a maior parte dos municípios do Portal do Sertão descumpre a Lei nº 11.947 de 16/06/2009, e existem alguns que não adquiriram nenhum produto em 2015, como os municípios de Ipecaetá e Terra Nova ou ainda Santo Estevão com 0,5% e Amélia Rodrigues com 2,3% de compras de produtos da agricultura familiar.

Gráfico 12. Percentuais de compras de produtos da agricultura familiar do PNAE em 2015



Fonte: FNDE (2017)

O PNAE deve garantir a alimentação escolar de todos os alunos da educação básica matriculados nas escolas públicas e filantrópicas. Deve estar em consonância com as necessidades nutricionais dos alunos durante as atividades escolares. Os recursos para efetivação do PNAE é passado diretamente do FNDE para os estados e municípios, a partir do censo escolar do ano anterior, com fiscalização em âmbito municipal¹². Portanto, é uma das políticas públicas da agricultura familiar que existem desafios de superação no Portal do Sertão.

A caracterização do Território do Portal do Sertão foi um momento de compreender a sua formação histórica e suas estruturas sociais, econômicas, políticas, culturais e institucionais, compreendendo que o município de Feira de Santana exerce um papel de polarização e de centralização territorial, mas que não anula a diversidade e a potencialidade existentes no Portal do Sertão. Para complementação desta leitura, voltada para o planejamento territorial de desenvolvimento sustentável e solidário, apresentam-se o diagnóstico realizado pelos sujeitos do Portal do Sertão, de maneira multidimensional a partir de seus limites e potencialidades nas dimensões socioeconômicas, socioculturais educacionais, ambientais e político-institucionais.

¹² Em cada município existe o Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE que é um órgão colegiado, de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento das políticas de alimentação escolar nos municípios.

1.3. DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO – LIMITES E POTENCIALIDADES

1.3.1. Dimensão Socioeconômica

A dimensão socioeconômica abrange a organização social e econômica dos territórios, segundo suas potencialidades, capazes de dinamizarem o desenvolvimento e gerar as competências sistêmicas voltadas para a sustentabilidade. Portanto, esta dimensão caracteriza-se por dois processos: a organização social das potencialidades do território e a reestruturação social das atividades produtivas da intersectorialidade socioprodutiva predominante.

Quadro 6. Diagnóstico da Dimensão Socioeconômica do Território do Portal do Sertão

| LIMITES | POTENCIALIDADES |
|---|--|
| Insuficiência de Políticas Públicas de convivência com o Semiárido | Localização geográfica que facilita a logística entre os municípios Aptidão do território em desenvolver atividades das cadeias produtivas da Caprinovinocultura, Pesca e Aquicultura, Mandiocultura, Apicultura e Meliponicultura, Aves e Hortaliças |
| Insuficiência de Política específica para a geração de trabalho e renda para juventude, mulheres, deficientes e população em situação de rua | |
| Dificuldade de organização coletiva dos trabalhadores para geração de trabalho e renda | |
| Burocratização do processo de certificação dos produtos da Agricultura Familiar | |
| Ausência de sensibilização nas escolas, comunidades e gestores públicos para o cardápio escolar voltado à Segurança Alimentar e Nutricional e às especificidades das comunidades quilombolas e tradicionais | |
| Ausência de Assistência Técnica Agroecológica | |
| Uso excessivo de agrotóxico na agricultura | |
| Ausência de efetivação na Política de Distribuição das Sementes | |
| Ausência de retorno de estudos e análises do solo | |
| SETAF desestruturado (insuficiência de carros e recursos) | |
| Dificuldade para emissão e renovação de DAP | |
| Ausência de incentivo a população a consumir produtos da região – necessidade de campanhas informativas sobre os riscos à saúde mediante ao consumo de alimentos transgênicos | |
| Ausência de investimentos aos programas sociais que potencializem a produção de alimentos agroecológicos e orgânicos, respeitando a cultura de produção local | |
| Burocratização de acesso ao crédito para Jovens e Mulheres | |
| Ausência de assessoria continua aos grupos, empreendimentos da Agricultura Familiar e da Economia Solidária na área gerencial, jurídica e comercial | Existência de organizações (ONGs, universidades, cooperativas e associações) que desenvolvem atividades no território |

| LIMITES | POTENCIALIDADES |
|---|---|
| Ausência de um pólo territorial de agroindústrias capazes de promover reestruturação produtiva e criação de referenciais | Maior entroncamento rodoviário do Norte Nordeste o que facilita o escoamento |
| Não cumprimento da Lei que garante os 30% da Agricultura Familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) | Acesso aos editais do Bahia Produtiva |
| Concentração de indústrias e de comércio no município de Feira de Santana que não visibilizam a riqueza do território do Portal do Sertão | Potencial ecoturístico dos rios Paraguaçu e Jacuípe |
| | Riqueza artístico-cultural (samba de roda, cordel, bata de feijão, reisado, capoeira, artesanatos de cerâmica). |

1.3.2. Dimensão Sociocultural e Educacional

A Dimensão Sociocultural e Educacional procura identificar e resgatar a história da formação dos territórios, e as características sócio demográficas das diversidades culturais, bem como as suas relações com os direitos à educação, saúde e o fortalecimento da identidade cultural, visando à construção da sustentabilidade democrática do desenvolvimento dos territórios. Quanto à educação, deve ser vista como mecanismo sistêmico de reprodução social e cultural dos novos valores, comportamentos imaginários e simbólicos da sustentabilidade dos territórios.

Quadro 7. Diagnóstico do desenvolvimento sustentável do Território do Portal do Sertão na Dimensão sociocultural e Educacional

| LIMITES | POTENCIALIDADES |
|---|--|
| Educação | |
| Ausência de uma política de formação continuada de professores do campo e para o campo, e valorização dos professores oriundos das comunidades | Atuação das Universidades (UFRB e UEFS) na qualificação e aproveitamento dos profissionais do campo no desenvolvimento das comunidades |
| | Ausência de critérios nos editais de concursos públicos que priorizem professores de Educação do Campo das próprias comunidades, aproveitando os saberes e valores das comunidades |
| Baixa qualificação profissional dos trabalhadores do campo e da cidade e inexistência de sistema de formação continuada | Sistema S, Instituto Federal (IFBA) e Centro de Educação Profissional (CETEP) - PRONATEC e Cursos Técnicos e Programa Estadual de Estágio para jovens das escolas técnicas estaduais |
| Êxodo Rural da Juventude do Território | |
| Dificuldade de acesso às tecnologias da informação (internet) nas comunidades rurais, que resultam em prejuízo nas trocas de informações em tempo real e acesso a mercados | Existência de Centros de Inclusão Digital - CDCs nos municípios do território |
| Desvalorização e desconhecimento da metodologia aplicada nas Escolas Familiar Agrícola (EFAs) | Formação de jovens nas Escolas Família Agrícola – existência de EFA no município de Irará |
| Fechamento das escolas e precarização do campo: ausência de acesso e publicidade dos dados das pesquisas e marcos legais da Educação do Campo; ausência de justificativa técnica para o fechamento das escolas e de formação adequada para os gestores municipais | |
| Saúde | |
| Deficiência na disponibilização de serviços públicos de saúde, de qualidade para o território, e dificuldade dos municípios em acessar os equipamentos de saúde regionais situados em Feira de Santana | Existência de Hospitais Regionais em Feira de Santana |
| Comunidades Tradicionais | |
| Necessidade de ampliação de reconhecimento e de demarcação das comunidades quilombolas | Articulação e fortalecimento das comunidades quilombolas na valorização da economia solidária e criativa para desenvolvimento local |
| Descontinuidade das gerações novas aos saberes e fazeres tradicionais das comunidades | |

| LIMITES | POTENCIALIDADES |
|--|---|
| Cultura | |
| Dificuldades na articulação em redes: cultura e educação | Atuação do Representante Territorial de Cultura da Secretaria de Cultura do Governo do Estado |
| Ausência de qualificação aos gestores de associações e cooperativas e agentes culturais | |
| Poucos cineclubes em pleno funcionamento | |
| Ausência de ações, programas e projetos de memória, preservação e salvaguarda dos bens culturais | |
| Ausência de amadurecimento dos grupos culturais no que concerne a profissionalização | Existência de grupos culturais praticantes da economia solidária e/ou criativa |
| Perda considerável do patrimônio material e mortandade de grupos culturais dos municípios | |
| Ausência e/ou ineficiência de políticas públicas de cultura que atendam as demandas e necessidades de grupos das culturas populares e identitárias, quadrilhas, fanfarras e filarmônicas | Realização do I Fórum Territorial de Cultura e levantamento preliminar dos bens patrimoniais (material e imaterial) do território |
| Ausência de programas, ações e projetos que incentivem e fomentem o consumo, produção, difusão e circulação do livro, leitura e literatura | Existência e considerável crescimento do número de produções audiovisuais do território |
| Inexistência de estruturas e organizações para formação em artes, cultura popular, produção, arquivistas, bibliotecários e museólogos | |
| Poucos equipamentos e espaços culturais | Manutenção dos Pontos de Cultura |
| Ausência de canais e veículos de comunicação para vinculação das ações e projetos culturais | |
| Inexistência de um calendário cultural territorial | |
| Inexistência de Conselhos Municipais de Cultura em alguns municípios | Grande número de Conselhos Municipais de Cultura formados no Território |
| Baixa autonomia dos Conselhos Municipais de Cultura | |
| Inexistência de linhas de fomento e financiamento da produção audiovisual | |
| Inexistência de sistemas municipais de informação e indicadores culturais | |
| Baixo índice de criação e sanção de Planos Municipais de Cultura | |
| Baixo índice de implementação da Lei 10639/03 | |
| Inexistência e/ou ineficácia de políticas públicas de cultura transversais nas esferas municipais | |
| Insuficiência de incentivo dos poderes públicos municipais para valorização salvaguarda incremento e ampliação das manifestações e mestre da cultura locais | |
| Inexistência de Fundos Municipais de Cultura e instituição territorial para fomento e financiamento da cultura em funcionamento | |
| Ausência de arquivos públicos nos municípios com equipamentos e formação aos servidores | |

| LIMITES | POTENCIALIDADES |
|--|---|
| Segurança e Política Pública | |
| Crescimento da violência à mulher e extermínio da juventude negra | Existência de marcos legais: - Lei Maria da Penha - Estatuto da Mulher - Estatuto da Igualdade Racial - Estatuto da Juventude |
| Deficiência na disponibilização de estruturas físicas (DEAM, Casa Abrigo, Centro de Referência) e de equipe técnica adequada para as necessidades de atendimento das mulheres em situação de violência | |
| Infraestrutura | |
| Prejuízo no funcionamento das agroindústrias em detrimento da não disponibilização de rede elétrica com corrente compatível com a linha de produção. | Acesso de alguns grupos produtivos a editais de infraestrutura para as agroindústrias |
| Ausência de manutenção das estradas estaduais que interligam os municípios do território e das estradas vicinais em cada município. | Parceria com o Consórcio Público, para auxiliar a partir do Programa Patrulha Mecanizada |
| Existência de Posto do SAC em apenas um município do território | Existência de Posto de SAC em Feira de Santana |
| Ausência de estudos das políticas direcionadas a ampliação dos CRAS nos municípios | Existência dos CRAS nos municípios |
| Ausência de Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) nas regiões rurais | |
| Necessidade de ampliação para o programa de Habitação Rural | |
| Turismo | |
| Ausência de investimentos nas comunidades que tem perfil para desenvolver o Ecoturismo | Turismo cultural e ecológico nas trilhas e nascentes: caminhos sertão, gastronômico |
| Ausência de programas de esportes e de cultura do meio rural através de espaços que permitam a prática das mais diversas atividades esportivas e culturais | Grande potencial para estimular o turismo sustentável e solidário através da cultura, religiosidade e riquezas naturais. |
| Ausência de ações que estimulem o turismo cultural | Existência do samba de roda - riqueza das manifestações culturais populares nos municípios |

1.3.3. Dimensão Ambiental

A Dimensão Ambiental consiste na valorização e na avaliação da situação das questões e dos componentes do meio ambiente e seu bioma, assim como a identificação dos passivos ambientais em busca da sustentabilidade.

Quadro 8. Diagnóstico da Dimensão Ambiental do Território do Portal do Sertão

| LIMITES | POTENCIALIDADES |
|---|---|
| Universalizar acesso a águas com construção de cisternas de placas para consumo e produção | Existência de cisternas de 1ª e 2ª águas de placas em determinadas localidades do território |
| | Existência de tecnologias sociais de captação e armazenamento de água da chuva, como as cisternas de calçadão |
| Inexistência de planos municipais de saneamento básico | Existência de Plano Nacional de Resíduos Sólidos |
| Ausência de aterros nos municípios | Potencializar campanhas de preservação ambiental |
| Ausência de coleta seletiva nos municípios | |
| Necessidade de ações de estruturação e de fortalecimento das cooperativas de catadores de materiais recicláveis | Existência de organizações de catadores em alguns municípios (COOBAFES, ARTEMARES, entre outros) |
| Ausência de programas que levem aos agricultores informações e orientações sobre o uso adequado de agrotóxicos | Existência de Comitês de Bacias Hidrográficas |
| Ausência de implantação de Núcleos de educação ambiental nos municípios | Existência de Conselhos Municipais de Meio Ambiente |
| Ausência de fiscalização dos órgãos competentes quanto à comercialização de produtos agrotóxicos | Existência de atuação do INEMA / IES |
| Ausência do CETRAS, COPPA e PSA | |
| Existência de caça predatória e ilegal de animais silvestres | |
| Existência de pesca predatória de alevinos | Ações de ampliação de quantidade de reservatórios para criação de peixes |
| Ausência de ampliação das redes de abastecimento de água | Existência de áreas de preservação ambiental nos municípios |
| Existência de práticas de contaminação dos rios e lagoas, como o direcionamento de esgotos | |
| Práticas de desmatamento de nascentes | |
| Assoreamento dos rios e de afluentes | |
| Ações de degradação das matas ciliares | Existência de ações de recuperação das matas ciliares |
| Ausência de mapeamento e preservação de nascentes. | |
| Ausência de fiscalização na extração em pedreiras e areais | |
| Ausência de informação sobre o CEFIR | Existência de ações ATER da CAR/CEFIR |

1.3.4. Dimensão Político-Institucional

A Dimensão Político-Institucional consiste na análise das estruturas de poder e das representações sociais nos espaços políticos dos territórios para compreender as relações entre políticas públicas, os projetos políticos que as representam, as institucionalidades a elas vinculadas e a governabilidade sócio territorial, na perspectiva da configuração de uma moderna esfera pública ampliada, democrática e com protagonismo dos atores locais.

Quadro 9. Diagnóstico do desenvolvimento sustentável do Território do Portal do Sertão na Dimensão Político-Institucional

| LIMITES | POTENCIALIDADES |
|---|---|
| Fragilidade das organizações sociais – ausência de pertencimento e participação efetiva nos Conselhos e Colegiados | Recomposição do colegiado, garantindo a participação da Sociedade Civil |
| | Câmaras Técnicas funcionando e apresentando demandas |
| | Aumento da participação no colegiado |
| Ineficiência dos Conselhos Municipais | Realização das Conferências Municipais e Territoriais |
| Ausência de formação Política, para os membros do colegiado territorial para municiar os conselhos municipais nas suas atividades | Existência de organizações aptas para a Formação de conselheiros |
| Necessidade de certificação e titularização das comunidades quilombolas | Existência de organizações políticas representativas no território |
| Ausência da garantia de direitos para população em situação de rua | |
| Ausência de fiscalização para os condomínios que estão localizados na zona rural (ITR ou IPTU) | |

CAPÍTULO II

2.1. MATRIZ DE OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E METAS

Este capítulo apresenta uma matriz de planejamento para o CODETER – Portal do Sertão para o período de 2017 a 2026. Sabe-se que a prática de planejamento é um processo de acompanhamento e de atualização situacional, com vistas para contribuir na promoção do desenvolvimento sustentável e solidário, em especial para a estruturação e o fortalecimento da relação campo e cidade do Território do Portal do Sertão. Para tanto, existem desafios de superação das desigualdades históricas constituídas no acesso e na garantia de direitos básicos de vida.

Esta matriz de planejamento foi construída pelos sujeitos que participam do CODETER – Portal do Sertão em 2016, a partir de resgate de documentos de atividades territoriais realizadas anteriormente. Esta matriz é formada por principais objetivos, com as respectivas estratégias e metas voltadas para o desenvolvimento sustentável e solidário, que agregam quatro eixos: desenvolvimento econômico e ambiental com inclusão socioprodutiva; estrutura fundiária e acesso a terra; formação e organização social; e infraestrutura e serviços públicos.

O eixo de desenvolvimento econômico e ambiental com inclusão socioprodutiva foi trabalhado na perspectiva de consolidar a agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção, do acesso ao mercado e ao crédito rural. O foco foi no desenvolvimento de sistemas produtivos potenciais do Portal do Sertão, com a estruturação e o fortalecimento das organizações da agricultura familiar e dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável, através de acesso a ATER e de suas estruturas organizacionais, e de promoção de políticas de conservação e de preservação ambiental. Entre as estratégias, está a construção de uma identidade territorial para acesso aos mercados, a partir de garantia de integração de políticas públicas que articulem as condições de produção, de beneficiamento e de comercialização da agricultura familiar.

O eixo de estrutura fundiária e acesso a terra é voltado para a necessidade de reforma agrária a partir da regularização fundiária e da democratização de seu acesso, com garantia das condições de crédito rural e de ATER. O eixo de formação e organização social aborda a permanência de composição do CODETER de maneira ampla, a partir da diversidade organizacional dos sujeitos do Portal do Sertão, com a elaboração e o acompanhamento do PTDRSS. Além do CODETER, indica a necessidade de garantia de fortalecimento dos

Conselhos e Câmaras de representação para o controle social voltado para a promoção do desenvolvimento sustentável e solidário, de maneira a visibilizar e garantir acesso as informações. Apresenta como estratégia a implementação de programas de formação e de garantia de educação para os sujeitos do Portal do Sertão, voltado para a inclusão social, principalmente para os jovens como forma de promover a autonomia e a emancipação através da qualificação das políticas educacionais e da organização produtiva.

E por fim, o eixo de infraestrutura e serviços públicos que aborda a necessidade de garantia de infraestrutura de oferta de água, de ampliação e implantação de rede de tratamento dos esgotos, de energia elétrica, de ampliação de banda larga, de mobilidade rural e urbana. Apresenta ainda a necessidade de garantia de programas para pessoas em situação de riscos e vulnerabilidade social; de moradias dignas e combate a favelização; de atendimento e de garantia de participação política das mulheres, com promoção a autonomia; de diminuição dos índices de violência; de serviços de saúde com qualidade; de ressocialização dos dependentes químicos na sociedade; e de promoção de inclusão no mercado de trabalho. Este eixo detalha importantes estratégias de fortalecimento da cultura regional, através da implantação e da consolidação dos Sistemas Municipais de Cultura e de Preservação da Memória, bem como de promoção do turismo sustentável voltado para a integração social.

É importante considerar que estes eixos possuem complementaridade entre si e que devem ser considerados de maneira integrada para na promoção do desenvolvimento sustentável e solidário do Território do Portal do Sertão, com princípios de defesa e de respeito à cultura, à diversidade, à cidadania e à vida.

2.1.1. EIXO I - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E AMBIENTAL COM INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA

OBJETIVO: Promover a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, através da inclusão sócio-produtiva que possibilite a agregação de valores a sua produção, através de práticas adequadas e sustentáveis para os sistemas produtivos existentes e potenciais do Território do Portal do Sertão

| ESTRATÉGIAS | METAS |
|--|---|
| Garantir a qualidade da produção e do beneficiamento da caprinovinocultura como alternativa de renda dos agricultores familiares, de maneira eficiente e sustentável | Recuperar, o rebanho de ovinocaprino cultura no território portal do sertão e assegurar produção em 10 % de eficiência para a produção de leite e o seu beneficiamento, a partir da ampliação da oferta de caprinos e ovinos em 10% |
| | Possibilitar os processos de comercialização com a diversificação da produção em 20%, através de desenvolvimento de pesquisas que possibilite a garantia da qualidade dos produtos |
| | Implantar uma unidade de abate de ovinocaprino cultura, com garantia de técnicas adequadas a partir legislação vigente de inspeção sanitária |
| Assegurar condições para o aumento e qualidade da produção, beneficiamento e comercialização da pesca e aquicultura | Instalação do escritório da Bahia Pesca no Território, para potencializar a prática da piscicultura, bem como a conservação e revitalização das nascentes do Território |
| | Ampliar em 70% a quantidade de reservatórios para criação de peixes |
| Fortalecer a cadeia da Apicultura e Meliponicultura | Implantação de 20 Unidades de Beneficiamento dos produtos da colmeia em 02 anos |
| | Ampliar em 40% a diversificação dos produtos originados da colmeia |
| | Promover 50 cursos para os apicultores |
| | Garantir a oferta da ATER |
| Fortalecer o cultivo e beneficiamento da mandioca, contribuindo para o aumento da produtividade e competitividade do produto no mercado | Ampliar em no mínimo 50% oferta de assistência técnica a partir das empresas públicas de ATER |
| | Ampliar em 50% a oferta de crédito para o plantio, beneficiamento e Comercialização, bem como garantir a desburocratização do acesso ao crédito |
| | Assegurar a formação dos produtores de mandioca para melhor aproveitamento dos subprodutos da mandioca |
| | Reestruturar as unidades de beneficiamento da mandioca no território e ampliar a partir da implantação de 20 unidades em 02 anos com plantas adequadas a demanda existente, espaço social e que atendam as normas sanitárias vigentes |

| ESTRATÉGIAS | METAS |
|---|---|
| Fortalecer a cadeia produtiva da horticultura | Realizar 50 cursos de aperfeiçoamento para os jovens na área de irrigação |
| Fortalecer a cadeia produtiva da avicultura | Construção de 04 abatedouros de aves, respectivamente: Feira de Santana (Distrito de Humildes), São Gonçalo, Antônio Cardoso e Santa Bárbara |
| | Finalizar o abatedouro de aves de Irará até final do ano de 2017 |
| Destacar a cultura regional como ferramenta de crescimento econômico e turístico | Realizar eventos de café da manhã/ exposições/ feiras/ CAFÉ FILOSÓFICO para visibilizar os produtos |
| | Promover o ecoturismo nos rios Paraguaçu e Jacuípe |
| | Promover o ecoturismo rural em comunidades com perfil |
| | Implantar 03 espaços culturais para apresentação e comercialização dos produtos e exposição de materiais culturais |
| Ofertar Editais de Chamada Pública por cadeias produtivas | Realizar oficinas formativas de acesso aos editais nos 17 municípios |
| Combater o uso indiscriminado de agrotóxico na Agricultura Familiar | Aumentar em 50 % o manejo agroecológico |
| | Ampliar a divulgação de sistema de produção agroecológica com apoio a comercialização e intercâmbio, dando mais incentivo a agricultura familiar |
| | Propor a implantação de programas de Educação Ambiental na grade curricular nos municípios do território |
| Fortalecer a cultura e saberes popular e do sistema produtivo agroecológico nas associações, cooperativas, assentamentos e comunidades tradicionais | Promover a produção e comercialização dos produtos de origem agroecológica a partir de feiras, PAA e PNAE, valorizando a cultura local |
| | Garantir que no mínimo 50% da aquisição do PAA e PNAE sejam de mulheres agricultoras familiares rurais |
| Apoiar a reestruturação e criação de novas cooperativas, associações e empreendimentos solidários | Realizar 30 cursos/capacitações sobre gestão e prestação de contas, sendo 02 a nível territorial e 28 <i>in lócus</i> nos municípios do território. |
| | Buscar junto ao governo do estado apoio fiscal e contábil para subsidiar a gestão dos empreendimentos do território |
| | Propor a implantação de 2 projetos comunitários para geração de renda por município do território |

| OBJETIVO: Promover o desenvolvimento cultural a partir da valorização e da visibilização da diversidade de manifestações da identidade territorial do Portal do Sertão | |
|---|--|
| ESTRATÉGIAS | METAS |
| Realização de festivais e feiras do Portal do Sertão para a valorização da identidade territorial consolidação do território de identidade, criação de uma rede produtiva territorial e de um momento que incentive a solidariedade entre os grupos do portal | Virada Cultural: realização de feiras culturais em cada município, com o objetivo de resgatar e promover o conhecimento do patrimônio imaterial local e regional, além de oferecer aos grupos culturais um espaço para difusão e comercialização dos bens e serviços culturais |
| | Realizar um festival gastronômico anual, com o objetivo de dar visibilidade a diversidade gastronômica do território |
| | Gerar um catálogo e registro audiovisual das feiras realizadas |

| OBJETIVO: Promover a Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas para o fortalecimento da agricultura familiar, visando a melhoria da qualidade de vida, a partir da agroecologia, da diversificação produtiva e do fomento a cooperação | |
|---|---|
| ESTRATÉGIAS | METAS |
| Fortalecimento da produção e da comercialização de produtos agroecológicos do Portal do Sertão | Identificar/ mapear as iniciativas de produção agroecológicas nos municípios do Território do Portal do Sertão |
| | Implantar uma unidade demonstrativa municipal de produção agroecológica |
| | Implantar a campanha de consumo consciente e de alimentos saudáveis |
| | Realizar cursos de capacitação anualmente para orientação de produção agroecológica para as equipes técnicas de ATER |
| | Agricultores familiares??? |
| | Implantar um Sistema de Certificação Agroecológica Participativa |
| | Implantação de um espaço de comercialização de produtos agroecológicos do Território do Portal do Sertão |
| Ter controle, através dos CMDS, das ações dos técnicos de ATER de cada município | Criar um comitê de acompanhamento das entidades prestadoras de ATER |
| Realizar estudos de manejo e conservação do solo para melhorar a produção dos alimentos | Garantir o retorno, para as comunidades rurais, das análises do solo realizadas pelo serviço de ATER do Governo do Estado |
| | Realizar análises de solo nos municípios |

| ESTRATÉGIAS | METAS |
|--|---|
| Orientar as chamadas de ATER para que os sujeitos (na relação com a diversidade) possam acessar as bolsas dos projetos e assegurar o recorte étnico-racial com 20% dos profissionais (igual a Chamadas do MDA/ATER) e a DAP Quilombola | Assegurar o recorte étnico-racial com 20% dos profissionais das Chamadas Públicas |
| Universalizar e qualificar de forma permanente os serviços de ATER, com fortalecimento das estruturas e órgãos públicos, em todos os municípios do território, com prioridade para mulheres, jovens e comunidades tradicionais, com garantia de visitas técnicas periódicas e voltadas para Agricultura Familiar de base Agroecológica | Promover a formação continuada em Assistência Técnica e Extensão Rural para Técnicos, agentes, agricultores familiares, assentados de reforma agrária, povos e comunidades tradicionais |
| | Assegurar dentro da política de ATER nos municípios a contratação de jovens técnicos em percentual de no mínimo 30% |
| | Identificar as experiências de ATER para a juventude no Território |
| | Promover intercâmbios para conhecer experiências de ATER para a juventude a partir de iniciativas existentes |
| Garantir a melhoria da estrutura do SETAF | Construir uma marca para o Portal do Sertão para acesso ao mercado |
| Criação do SEMAF, garantindo postos municipais com ATER e que tenham informações sobre as cadeias produtivas locais | Implantação dos SEMAFs nos 17 municípios do território |
| | Emissão e renovação das DAPs com priorização para as mulheres |
| Garantia do serviço de ATER em todo Território Portal do Sertão | Ampliação das chamadas Públicas para ATER, a nível Municipal, Estadual e Federal, direcionadas para a agricultura Familiar |
| | Implementação do sistema de ATER, através da criação do fundo nacional, estadual, municipal e empresa pública com servidores concursados para o fomento e execução dos serviços ATER |
| | Garantir que 30 % das chamadas Públicas contratem de Jovens para ATER |
| Intensificar a instalação de sistemas produtivos, com apoio a comercialização, incentivando a agroindustrialização, da pesca e a aquicultura para agricultura familiar. | Fomentar projetos de reestruturação e de implantação de agroindústrias com equipamentos adequados |
| | Assistir as famílias com serviços de ATER |
| | Disponibilizar apoio técnico aos empreendimentos agroindustriais da agricultura familiar |

| OBJETIVO: Promover o acesso das Políticas de Crédito Rural | |
|---|---|
| ESTRATÉGIAS | METAS |
| Assegurar a Política de acesso ao crédito rural | Garantir que os agentes financeiros tenham como metas as modalidades de PRONAF, não apenas por volume de recursos, priorizando o PRONAF mulher e jovem |
| | Divulgar e orientar o acesso à linha de crédito do PRONAF Agroecologia e PRONAF Semiárido, através de realização 05 de Oficinas por micro regiões por ano. |
| | Oferecer ao menos dois cursos por ano de capacitação dos comerciantes em atendimento a cliente e consultoria em marketing de vendas em parceria com o sistema S |
| | Oferecer 03 linhas de crédito para financiamento e capital de giro no comércio – MPE – Micro e Pequena Empresa; MEI – Micro Empreendedor Individual; CREDIAMIGO – Setor Informal. |
| | Realizar 03 oficinas de gestão de estoques por ano. |
| | Realizar 03 cursos de capacitação sobre gestão financeira por ano. |
| | Aplicar em 2017 R\$ 15 milhões na agricultura familiar do Território nas diversas linhas do PRONAF |
| | Realizar 03 Oficinas de capacitação em associativismo e cooperativismo em parceria com o SEBRAE/SENAR |
| | Participar das reuniões dos CMDs nos municípios e divulgar as linhas de crédito do Pronaf e acesso ao financiamento |
| | Participar das assembleias dos STRs e CMDs e divulgar as leis e resoluções de renegociações de dívidas |
| | Realizar 03 palestras sobre PAA/PNAE em municípios do Território |

2.1.2. EIXO II - ESTRUTURA FUNDIÁRIA E ACESSO À TERRA

| OBJETIVO: Assegurar os meios para o assentamento de famílias sem-terra, ou criar condições para regularização fundiária dos agricultores com pouca terra | |
|---|--|
| ESTRATÉGIAS | METAS |
| Garantir linhas de crédito de ATER/ATES para as famílias assentados e de povos e comunidades tradicionais | Beneficiar 1.000 famílias do território por ano. |
| Empreender medidas para a titulação das terras ocupadas pelos agricultores familiares, através dos Programas de Reforma Agrária e do Crédito Fundiário | |
| Ampliar e acelerar os processos de desapropriação de terras para fins de reforma agrária (áreas já ocupadas e áreas indicadas para vistorias), respeitando a legislação ambiental vigente, com assistência técnica, com educação ambiental e fiscalização para assentamentos, agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais que estão sem acesso a terra. | Atender as famílias com entrega de título de propriedade |
| Acompanhar os trabalhos do consórcio com o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais - CEFIR | Realizar 2.500 CEFIR, por ano, no território Portal do Sertão. |
| | Realizar reuniões bimestrais com equipe do Consórcio, para monitoramento da execução dos trabalhos |
| Desburocratizar os processos de demarcação e delimitação de territórios de povos e comunidades tradicionais e a regularização fundiária para garantir acesso às políticas públicas. | Promover a regularização de toda área quilombola entregando os títulos a cada associação até o ano de 2020. |
| | Promover a regularização fundiária nas propriedades das comunidades tradicionais |
| | Auxiliar, em parceria com o Consórcio Público Portal do Sertão, no processo de reconhecimento de 12 comunidades quilombolas perante a Fundação Cultural Palmares |

| OBJETIVO: Ampliar as Políticas Públicas que estimulem a permanência no campo, com acesso a terra | |
|--|---|
| Estruturar redes de troca e produção de saberes e conhecimentos no âmbito da agricultura familiar e da convivência com os biomas atendendo para as especificidades dos povos e comunidades tradicionais. | Dialogar com os centros de formação Profissional e tecnológica no ensino superior |
| | Criação de um Fórum de Comunidades Tradicionais do Portal do Sertão |

2.1.3. EIXO III - FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

| OBJETIVO: Elaborar o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PTDRSS | |
|---|---|
| ESTRATÉGIAS | METAS |
| Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial | Estabelecer um grupo de acompanhamento, com pelo menos 02 representantes (sociedade civil e poder público) de cada município do território. |
| Sistematização de versão para apresentação nas Câmaras e Colegiado | Apresentação da sistematização de dados para o Colegiado Territorial |
| | Lançamento do PTDRSS até abril de 2017 |

| OBJETIVO: Fortalecer a base de composição dos diversos conselhos e do Colegiado Territorial em suas instâncias (Núcleo Diretivo e Câmaras Temáticas) | |
|---|---|
| Rever a composição e a coordenação das Câmaras Temáticas (a partir das listas de presenças das atividades). | Realização de 12 reuniões ordinárias, por ano, do Núcleo Diretivo. |
| | Realização de 12 reuniões ordinárias, por ano, das Câmaras Temáticas. |
| | Realização de 03 Plenárias Territoriais por ano. |
| | Mobilizar os diversos segmentos do território para garantir a participação e diversidade dos atores no Colegiado (LGBT, Economia Não Formal, Segmentos Religiosos, entre outros). |
| | Homologação de todas as Câmaras Temáticas até novembro de 2017 |
| | Criar e garantir forma de pagamento de diárias para representantes da sociedade civil em exercício de interesse público |
| Fortalecimento dos Conselhos Municipais, principalmente do CMDS | Criar o Fundo para manter as ações de acompanhamento e fiscalização do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – CMDS, para efetivação do Controle Social |
| Contribuições dos conselhos dos direitos da mulher e dos movimentos feministas e de mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres em sua diversidade e especificidades | Criar e implementar o Conselho Territorial de Direitos para Mulheres (com orçamentos), até 2018 |
| Ampliar o número de conselhos municipais de defesa dos direitos das mulheres, bem como de organismos de políticas para as mulheres no Portal do Sertão. | Criar e implantar Conselhos Municipais de Direitos da Mulher, em no mínimo, 70% dos municípios do Território Portal do Sertão até 2018 |

| OBJETIVO: Construir um Programa de Formação para o Território do Portal do Sertão | |
|--|--|
| Instituir um Grupo Técnico, através das instituições de ensino, para o Programa de Formação. | Temas a serem abordados: Desenvolvimento Territorial Políticas Públicas e Compras Institucionais da Agricultura Familiar Leis Ambientais Educação Ambiental Cooperativismo e Associativismo Boas Práticas de Manipulação de Alimentos, Relações de Gênero, Conselheiros Municipais, Gestores e agentes Culturais Regularização Fundiária, Educação Escolar Quilombola e Educação do Campo Tecnologias Sociais, Manejo Agroecológico, Captação de Água Convivência com o Semiárido, Segurança Pública, Consumo Consciente Educação Patrimonial. |
| | Promover capacitação para mulheres da agricultura familiar, incentivando a criação de grupos produtivos, ajudando na produção, no beneficiamento e comercialização. |
| | Criar espaços de formação política e empoderamento das mulheres dentro do território, garantindo maior participação popular nos espaços de poder e decisão. |

| OBJETIVO: Contribuir na visibilidade e no acesso as informações do Território do Portal do Sertão | |
|--|---|
| Ampliar acesso a informação de Políticas Públicas no Território Portal do Sertão | Construção de materiais informativos e educativos: • Coletânea de Cartilhas (meio ambiente, agroecologia, mulheres, quilombolas, DAP's) • Cartazes • Folderes • Sites. |
| | Ampliar acesso à informação sobre os critérios e vantagens das DAP e melhorar os serviços de concessão aos agricultores/as e EES dos municípios |
| | Realizar campanha contra o fechamento das Escolas do Campo. |
| Utilizar os meios digitais como ferramenta de divulgação e promoção da cultura do território | Criar e publicar o Site do Portal do Sertão, até 2017, dando enfoque nas redes produtivas com o objetivo de garantir a visibilidade e a divulgação das ações, das artes e das produções; promover a geração de emprego e renda; facilitar a articulação entre os municípios do território; promover o desenvolvimento econômico e social. |
| | Criação e divulgação de um calendário do Portal do Sertão com eventos culturais de todos os municípios. |
| | Publicar catálogo cultural do Portal do Sertão para reunião e divulgação de produtos e serviços culturais disponíveis nos municípios do território. |

| OBJETIVO: Garantir a oferta de profissionais capacitados para desenvolvimento comercial do território | |
|--|---|
| Manter parceria com o Sistema S | Garantir oferta de cursos técnicos de acordo com a realidade do Território Portal do Sertão |

| OBJETIVO: Formação e Construção de Conhecimento na ATER | |
|--|---|
| Assegurar a educação como forma de integração social na relação com os pais e alunos no contexto educacional e cultural | Realizar formação em áreas de planejamento de políticas, gestão participativa, administração financeira e monitoramento |
| Promover a formação continuada das entidades de ATER | Realizar 02 módulos por ano de formação com os temas: relações étnico raciais, manejo de solo, transição agroecológica, acesso a políticas públicas, tecnologias sociais, entre outros. |
| Democratizar a localização dos centros de formações profissionais e tecnológica, existentes no território de forma a atender a diversidade agrícola, cultural, de gênero e étnico racial | Incluir a formação dos professores tendo em vista a realidade de cada município, incluindo os territórios das comunidades quilombolas e tradicionais |
| Ampliação da política estadual para as EFAs | Criar um fundo de manutenção para apoio ao funcionamento, garantindo sua autonomia. |
| Fortalecer o PRONERA, PRONATEC e PRONACAMPO no território | Articular com instituições responsáveis pelos cursos do PRONATEC / Centros de Educação Profissional |
| Buscar o compromisso das instituições de ensino superior em nível de pós-graduação na oferta de cursos voltados para as demandas de formação do campo, como por exemplo, especialização, mestrado e doutorado em Agroecologia e extensão rural | Aumentar em 50 % a oferta de cursos com vagas específicas para população do campo |
| Investir em cursos pré-vestibulares que capacitem os estudantes para acesso às universidades públicas | Aumentar em cerca de 50% o número de estudantes do Portal do Sertão |
| Ampliar o número de vagas em cursos de universidades públicas com acesso e política de permanência, principalmente para estudantes em situação de vulnerabilidade e risco social, pessoas com deficiência, comunidades tradicionais, população do campo e em situação de rua | Ofertar cursos de graduação presencial |
| Expandir e consolidar cursos técnicos em escolas de ensino médio e profissional com ampliação e descentralização das vagas, principalmente para a zona rural através da educação do campo com concurso público para professores | Executar projetos para expansão da educação profissional e da educação do campo |
| | Garantia de concurso público como única via de acesso ao serviço público |

| OBJETIVO: Promover a inclusão social de jovens e adultos através da alfabetização | |
|--|---|
| Realizar mapeamento das comunidades com jovens e adultos analfabetos | Solicitar da Secretaria de educação a implantação do TOPA nas comunidades |

| OBJETIVO: Oferecer formação de qualidade voltado para o fortalecimento da integração do aluno no processo de aprendizagem | |
|--|--|
| Implantação da educação do campo para os jovens e crianças rurais para atendimento das demandas de desenvolvimento do campo | Construir e criar escolas do campo e de educação quilombola que atendam a educação básica (desde creches) e profissional, com proposta pedagógica contextualizada e professores com qualificação inicial e continuada para a realidade do campo |
| | Criar e fortalecer os Centros de Educação do Campo e EFAS (Escolas Famílias Agrícolas) com cursos profissionalizantes, e fortalecer a convivência com o semiárido e agricultura familiar com o foco na agroecologia, economia solidária e sustentabilidade |
| | Ofertar vagas para jovens rurais nas universidades estaduais e federais que garanta a permanência e fortalecimento dos mesmos no campo |
| | Criar dentro do núcleo territorial de educação a coordenação de educação do campo |
| | Construir escolas de ensino médio nas comunidades quilombolas de Lagoa Grande e Matinha dos Pretos (Feira de Santana); e escolas de ensino fundamental e médio nas comunidades quilombolas de Paus Altos e Gavião (Antonio Cardoso); e nas comunidades quilombolas certificadas verificar as demandas e garantia de construção de unidades escolares |
| | Garantia de formação inicial e continuada de gestores e professores nas temáticas: educação para relações étnico raciais; educação escolar quilombola e educação especial. |
| | Realizar a valorização e formação inicial e continuada para professores e profissionais da educação |
| Garantir suprimentos regulares às unidades escolares | Criação/ampliação de salas multifuncionais com laboratório, internet, biblioteca, salas de ensaio e garantir o material didático, bem como, o suporte pedagógico e técnico no ensino básico |

| OBJETIVO: Afastar os jovens dos riscos da criminalidade e das drogas | |
|---|--|
| Redução do índice de evasão escolar e violências nas escolas | Inserir a prática de esportes, nas escolas do território, incentivando a participação em projetos e manifestações culturais e sociais. |
| Intensificar campanhas de prevenção ao consumo de drogas nas escolas de educação básica | Realizar palestras semestrais nas escolas sobre as consequências do uso das drogas |

2.1.4. EIXO VI - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

| OBJETIVO: Garantir a oferta de água para as comunidades urbanas e rurais, garantindo a permanência no campo e produção da Agricultura Familiar | |
|---|--|
| ESTRATÉGIAS | METAS |
| Ampliação do sistema de abastecimento de água tratada através da Embasa na zona rural e urbana, incluindo a empreendimentos produtivos comunitários | Aumentar em 50% o número de abastecimento em 02 anos |
| Oferecer capacitação aos agricultores/as sobre boas práticas de irrigação e aproveitamento da água | Realizar capacitação para agricultores em todos os municípios do território |
| Aumentar a implantação do projeto de captação de água de chuva para consumo, produção de alimentos e dessedentação animal | Implementar 2.000 tecnologias sociais para captar e reservar água da chuva, no Território Portal do Sertão, em 03 anos |
| | Aumentar em 10 % o número de perfuração de poços artesianos |

| OBJETIVO: Ampliar e implantar rede de tratamento dos esgotos, para evitar o entupimento das vias e viabilizar o tratamento dessas águas pela EMBASA | |
|--|--|
| Cobrar junto a Embasa a ampliação das redes de esgotamento sanitário e saneamento básico | Aumentar em 80% a cobertura sanitária em todo território |
| | Aumentar em 80% Construção de rede de drenagem de águas pluviais |
| | Implantar 35% de sistemas de saneamento na área rural de cada município em 05 anos |

| OBJETIVO: Garantir que todas as propriedades da zona rural tenham acesso à energia elétrica | |
|--|--|
| Realizar levantamento das comunidades rurais que ainda não dispõe de energia | Aumentar em 100% a cobertura de energia no território em 03 anos |

| OBJETIVO: Promover a mobilidade urbana nos municípios do território, e sistema territorial de transporte rural e urbana | |
|--|---|
| Oferecer aos municípios, condições de tráfego e transporte garantindo maior mobilidade. | Elaborar planos de mobilidade urbana para as regiões metropolitanas e aglomerações urbanas |
| | Duplicar a BA 502 que liga os municípios de Feira de Santana x São Gonçalo dos Campos x Conceição da Feira até a BR 101 até 2018. |
| | Pavimentar a BA 120 que liga Santo Estevão a Serra Preta até 2018. |
| | Pavimentar a BA 084 que liga Iará a Água Fria até 2018. |

| OBJETIVO: Promover a conservação e a preservação ambiental | |
|---|--|
| Implementar a política de saneamento básico, voltada à universalização do acesso à água e dos serviços de esgotamento sanitário e tratamento de resíduos sólidos. | Elaboração dos 17 planos municipais de saneamento básico até 2017 |
| | Realizar campanhas de conscientização da população sobre o descarte correto de lixo e resíduos sólidos |
| | Realizar coleta de lixo nas comunidades urbanas e rurais |
| | Implementar Coleta Seletiva nos municípios |
| | Construção de 16 aterros sanitários até 2022 |
| Ampliar e intensificar a fiscalização. | Fomentar a criação e instrumentalizar a COPA (Companhia de Polícia Ambiental) e CETAS |
| Evitar a contaminação do lençol freático e das nascentes que abastecem o território. | Implantar programa de revitalização dos mananciais do território e conservação do solo e da água como base de sustentabilidade produtiva da agropecuária |
| | Fiscalizar a utilização de defensivos agrícolas em lavouras e plantações. |
| | Cobrar do poder público que ofereça apoio técnico e manutenção das reservas, parques florestais e rios. |
| | Implantação de estação de tratamento dos afluentes domésticos e industriais |
| | Criar plano diretor da Pedra do Cavalo |
| Implementar programas de restauração florestal em áreas prioritárias e estratégicas com assistência técnica para todo o território | Promover campanhas de prevenção de doenças causadas pelo descarte indevido do lixo e contaminação das águas por agrotóxicos |
| | Implantar 05 viveiros de árvores nativas adaptadas (frutíferas ou não) |

| OBJETIVO: Garantir que os programas e projetos sociais contemplem todas as comunidades em situação de riscos e vulnerabilidade social | |
|--|--|
| Desenvolver o trabalho da rede sócio assistencial no atendimento aos grupos e indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social. | Garantir Concurso Público nos territórios com ênfase para assistência social e saúde |
| | Implantar os CRAS e CREAS itinerantes no território, ampliando o atendimento destes equipamentos nos municípios. |
| | Realizar o cadastramento de todas as famílias, grupos e indivíduos que estão dentro do perfil no programa bolsa família. |
| | Implantar o Bolsa Família móvel (itinerante), em todos os municípios do território garantindo a atendimento as comunidades mais distantes. |
| | Ampliar os serviços de Convivência e fortalecimento de vínculos em todas as comunidades do território. |

| OBJETIVO: Oferecer moradias dignas e combater a favelização do território | |
|--|---|
| Construção de casas para população de baixa renda e população em situação de rua | Reduzir o déficit habitacional no território em 90%, até 2020. |
| Ampliação do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR | Construir 5.000 casas na zona rural do território, até 2020. |
| Ampliar a construção de casas pelo Programa Minha Casa Minha Vida | Garantir a entrega de 10.000 unidades habitacionais em 02 anos. |

| OBJETIVO: Obter organismos especializados em atendimento para as mulheres no âmbito municipal, estadual e federal | |
|---|---|
| Assegurar a extensão dos atendimentos dos órgãos de políticas para mulheres. | Implantar e ampliar o atendimento das unidades móveis para atendimento de mulheres em situação de violência no campo e nas comunidades tradicionais e na zona urbana do território. |
| | Criação de Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres. |
| | Criação e ampliação do número de conselhos municipais de defesa dos direitos das mulheres. |
| Garantir a participação das mulheres (raça/etnia, orientação sexual, idade, rural ou urbana) no mercado de trabalho e nas atividades políticas e sociais. | Construção e ampliação de 200 Creches e escolas que acolham em tempo integral as crianças com idade de 0 a 12 anos, até 2020. |
| | Ampliação e participação nos debates sobre os direitos e as políticas públicas para as mulheres e setoriais para as mulheres |
| Direcionar orçamento para implantação de Centro de Referência Territorial que reúna as demandas para atender as mulheres e suas múltiplas necessidades, como autonomia financeira, atendimento psicológico e proteção à mulher em situação de violência, garantindo também a efetivação territorial da Casa Abrigo em Feira de Santana, bem como fiscalizar a destinação dos recursos públicos voltados à política de mulheres. | Implantar Centros de Referências de atendimento as mulheres nos municípios do território que ainda não possui ou criar Centros Territoriais. |
| Aprovar o plano territorial de Políticas para as mulheres do Portal do Sertão. | Executar o plano territorial de políticas para as mulheres com a participação da sociedade civil organizada e determinação de orçamento repassado pelos municípios ao Consórcio Portal do Sertão. |

| OBJETIVO: Melhorar a qualidade de vida da população e o sentimento de bem estar, diminuindo os problemas sociais e os índices de violência | |
|---|--|
| Investir na melhoria dos parques públicos e urbanização das praças esportivas e de lazer | Construção (onde não possui) de praças poliesportivas nas zonas rurais dos municípios do Território. |
| Criar, ampliar e fortalecer o número de DEAMS e delegacias de idoso no Território garantindo o funcionamento em tempo integral | Criação e efetivação de 03 DEAMS e delegacias de idoso Intermunicipais. |
| | Ampliar em 90% o número do quadro efetivo de funcionários até 2020. |
| Equipar a polícia civil e militar, garantindo a maior presença do efetivo na zona rural. | Aumentar em 90% o efetivo nas zonas rurais |
| | Implantar módulos policiais nas comunidades rurais do território |
| Expandir os postos do SAC que atenda a demanda do território (portal do sertão), com qualificação do atendimento. | Ampliar em 80% o número de visitas do SAC móvel nos municípios do território Portal do Sertão. |
| | Criação de 03 novos postos do SAC, com abrangência intermunicipal. |
| Programar políticas de enfrentamento à discriminação étnico racial, de orientação sexual, de ordem etária e de gênero. | Criar 01 de unidades de atendimento especializada em cada município do território. |
| | Garantir que no mínimo 40% dos profissionais obtenham qualificação com ênfase nessas questões |
| Obter cobertura do corpo de bombeiro em todo o território. | Ampliação do segundo grupamento de bombeiros militar ou construção de outra unidade para aperfeiçoar os serviços até 2020. |

| OBJETIVO: Sistema político com participação das mulheres e igualdade | |
|---|---|
| Exigir o cumprimento do financiamento paritário e efetivo de campanhas eleitorais entre homens e mulheres, exigindo prestação de contas dos partidos ao TSE comprovando o investimento para que as candidatas tenham iguais condições de elegibilidade. | Ampliar em no mínimo 30% o número de mulheres nas Câmaras Municipais. |

| OBJETIVO: Ampliar o acesso a banda larga para o desenvolvimento Socioeconômico e sustentável | |
|--|---|
| Instalar sistema público de comunicação, com expansão da rede de fibra ótica, TV e rádios públicos no território e internet gratuita e de qualidade. | Disponibilizar acessos a banda larga acima de 25Mbps em unidades públicas |

| OBJETIVO: Atender a população urbana e rural em serviços de saúde com qualidade rapidez e eficiência | |
|---|--|
| Diminuir os índices de mortalidade em consequência da demora no atendimento diversas regiões. | Construção de policlínicas 24h em diversas regiões |
| | Implantação dos serviços do SAMU através de uma central de regulação territorial, atendendo os 17 municípios do território. |
| | Contratação de novos agentes de saúde |
| | Implantação de PSF em regiões mais afastadas |
| | Construção de 15 unidades básicas de saúde nas comunidades quilombolas dos municípios de Antônio Cardoso, Água Fria e Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos, Santanópolis e Conceição da Feira. |
| Disponibilizar remédios mais baratos para população | Implantação de uma Farmácia Popular em cada município do território. |
| Garantir a oferta de serviços especializados. | Regionalizar os hospitais municipais de Santo Estevão, Irará, Conceição do Jacuípe e Santa Barbara. |
| | Construir outro hospital Geral em Feira de Santana (Sistema territorial/regional de saúde), até 2022. |
| | Implantar uma unidade de apoio especializado em cada município do território |
| | Contratar pelo menos 02 profissionais especialistas de cada área para cada unidade de saúde nos municípios do território |

| OBJETIVO: Fortalecer as ações de Vigilância e Proteção à Saúde | |
|---|--|
| Ampliar e fortalecer a fiscalização dos serviços de saúde e da aplicação dos recursos públicos na saúde | Desenvolver ações de vigilância em saúde nos municípios, conforme resolução Comissão Intergestora Bipartite |
| Ampliar e fortalecer a atenção básica, articulada com a vigilância e saúde, com ênfase na expansão e qualificação das estratégias em saúde da família | Consolidar estratégias de gestão e humanização do trabalho nas unidades de saúde da Secretaria de Saúde da Bahia |
| Fortalecer a gestão regionalizada e descentralizada da saúde e assistência social, priorizando a intersetorialidade, a humanização do atendimento, a promoção e prevenção, implementando a política de humanização no SUS e SUAS, capilarizando-a | |

| OBJETIVO: Promoção de trabalho, emprego e renda | |
|--|---|
| Desenvolver a produção industrial no território | Realizar pesquisa territorial para implantação de Indústrias |
| | Oferecer incentivos fiscais para atrair indústrias ao território. |
| | Criar leis municipais que garantam que 70% do quadro de funcionários sejam de cidadãos residentes nos municípios onde as empresas serão alocadas. |

| OBJETIVO: Ressocializar os dependentes químicos na sociedade e promover a inclusão no mercado de trabalho | |
|--|---|
| Garantir atendimento da rede de atenção psicossocial integrada de cuidados às pessoas e familiares com transtorno mental e ou outros tipos de doenças psíquicas. | Implantar 02 clínicas públicas de tratamento / reabilitação no território até 2020. |
| | Implantar CAPS em cada município do território que ainda não possui. |
| | Qualificar 100 profissionais que atuam no campo do álcool, crack e outras drogas, nos municípios com maiores índices de crimes letais intencionais do território. |
| | Organizar ações de saúde psíquico mental na atenção básica dos municípios |

| OBJETIVO: Fortalecer a cultura regional como instrumento de turismo sustentável, desenvolvimento e integração social | |
|---|--|
| Oferecer apoio institucional às iniciativas dedicadas à preservação e revitalização das manifestações culturais | Fomentar o conveniamento de todos os municípios do território com de instituições de cultura populares e identitárias aos fundos Municipais de cultura |
| Criar e garantir roteiros e inventários turísticos locais a partir das potencialidades ambientais, culturais e econômicas do território | Englobar os 17 municípios do Portal do Sertão em roteiros turísticos. |
| Estimular o debate de Políticas culturais associada a implementação do turismo rural, religioso, histórico e cultural | Organizar aos menos uma vez por ano Fóruns e Seminários para debater sobre o tema. |
| Promover a valorização das feiras literárias no sertão como estratégias de formação de público com foco na leitura e na escrita inserção das feiras literárias no calendário cultural do sertão potencializar o turismo e o comércio das cidades mediadoras | Envolver as escolas através da SECULT na organização das feiras, promovendo concurso de produção literária. |
| | Inserir no roteiro turístico a participação nas feiras literárias e de arte. |

| OBJETIVO: Contribuir no fortalecimento da cultura e da memória do Portal do Sertão | |
|---|---|
| Garantir o acesso a Políticas Públicas, permitindo a expansão dos diversos grupos do território nos diversos segmentos | Realização de Seminários Itinerantes sobre Educação Patrimonial nos municípios |
| | Montar Cine Clube itinerante |
| | Criar um CETEP cultural que auxilie a produção cultural territorial, fomentando assim a criação, difusão e circulação de espetáculos dos mais diversos segmentos culturais |
| | Prospectar a criação do museu de música onde se tenha a memória dos artistas na defesa do seu estilo musical, sua obra, sua história (II Conferência Territorial de Cultura) |
| | Executar projetos para expansão cultural |
| Mapeamento, registro (áudio e vídeo), arquivamento (CDS, DVDS, cartilhas, folhetos, sites) dos acervos orais, para sua divulgação e releitura nas escolas | Realização de 05 pesquisas e produção áudio visual para peças publicitárias sobre os acervos orais a cada 2 anos |
| Estabelecer políticas públicas de incentivo aos pequenos grupos culturais, apoio no figurino, instrumentos musicais, deslocamentos para grupos folclóricos, fanfarras, filarmônicas, quadrilhas, maculelê, puxada de rede, cordel, outros | Cobrar que os 17 municípios do território façam as adesões ao programa municípios culturais |
| | Ampliar em 30% o número de editais culturais. |
| Preservar os bens materiais históricos resgatar e valorizar a história dos municípios, garantindo que as novas gerações se apropriem de sua história; elaborar documentários municipais com o registro dos bens materiais de relevância histórica para fins de preservação, tombamento ou registro e fomento de elaboração de legislação municipal de proteção do patrimônio cultural | Criação de premiações para incentivar a escrita e publicação de livros sobre a memória dos municípios |
| | Criar um Programa de criação e/ou organização de arquivos públicos municipais |
| | Incentivar a criação da Lei Municipal de salvaguarda nos 17 municípios do território. |
| Elaborar um programa de criação e manutenção de bibliotecas públicas em todos os municípios do território e atualização/ampliação dos acervos das existentes (DVDs, CDs, periódicos) | Garantir parceria com os 17 municípios do território, para criação e manutenção de pelo menos uma biblioteca por município. |
| Criar um Programa de incentivo a leitura, com núcleo de ação nas escolas, objetivando a valorização de escritores locais, regionais e nacionais, o incentivo a criação e recriação dos diversos gêneros literários, além da realização de encontros, fóruns, seminários, festivais e feiras e periódicos nos municípios do Portal do Sertão oportunizando o conhecimento e o intercâmbio entre as comunidades leitoras e os escritores locais e regionais | Solicitar ao Consórcio a criação e execução de um projeto transversal de valorização e intercâmbio dos mestres e escritores da cultura popular, no ambiente escolar, onde os resultados sejam exibidos em um festival territorial que deverá acontecer pelo menos uma vez por ano para promoção de incentivo ao livro e leitura |

| OBJETIVO: Promover e apoiar ações de formação em cultura | |
|---|---|
| Utilização de centro de formação em audiovisual, qualificação e requalificação, no espaço do Centro Universitário de Cultura e Arte - CUCA para atender ao território do Portal do Sertão, inclusive com o desenvolvimento de programa de empréstimo de equipamentos para produções independentes | Buscar apoio institucional na área audiovisual capacitando os municípios |
| | Garantir a compra e estruturação de equipamentos e pessoal para atender as demandas dos centros. |
| Criação e implementação de cursos na área de artes | Acompanhamento e avaliação pela Câmara Temática e Cultura. |
| Criação de escolas de nível técnico nas diversas linguagens artísticas nos municípios do Portal do Sertão | Implantação de pelo menos uma escola em cada município do território, oferecendo as diversas linguagens, garantindo a manutenção através dos 05 municípios conveniados. |
| Promover capacitação e formação para acervistas através de cursos especializados e campanhas de preservação dos arquivos | Realizar convênio com a Fundação Pedro Calmon para oferecimento das capacitações. |
| Acompanhar e buscar garantir a presença constante do mobilizador cultural da Secretaria de Cultura no território (Representante Territorial de Cultura) | Garantir continuidade do Representante Territorial de Cultural por pelo menos mais 02 anos. |
| | Contratação de agentes de cultura nos 17 municípios do território |

| OBJETIVO: Apoiar ações de implementação e/ou institucionalização dos Sistemas Municipais de Cultura | |
|--|---|
| Movimento de cultura e artes: cadastrar e fomentar os grupos e manifestações culturais já existentes incentivar a participação de jovens nas atividades culturais promovendo cursos de capacitação e aperfeiçoamento dos artistas da terra, estimular o comércio local, bem como atrair visitantes para o turismo, incentivar a criação de novas manifestações culturais elevar e divulgar a cultura do interior | Mapear e cadastrar todos os artistas, produtores culturais e agentes para a criação de um banco de dados das artes. |
| | Criar mecanismo de divulgação e fomento ao cadastro unificado através do SAC. |
| Fomentar espaços para discussão de políticas públicas a partir de três elementos concernentes ao sistema municipal de cultura: conselho, fundo e plano de cultura | Realizar anualmente no território um Seminário para avaliação e monitoramento das Políticas Públicas Culturais. |
| Incentivar a participação de todos os dirigentes municipais do Portal do Sertão no Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura | Realizar em parceria com o Consórcio uma ação pactuada com os prefeitos para programar o sistema e seus elementos até 2017. |

| OBJETIVO: Apoiar, promover e fomentar projetos transversais de cultura | |
|---|---|
| Propor e realizar projetos de valorização e perpetuação dos saberes e fazeres das culturas populares e identitárias com foco na comunidade escolar. | Promover uma vez por ano, em todas as cidades do território oficinas, cursos e seminários sobre a Cultura Popular. |
| | Implantar um sistema até 2017 para difundir as manifestações culturais de caráter regional (matriz africana, quilombolas, sertanejas e indígenas) estimulando o ensino da educação patrimonial nas cidades. |
| | Promover ações em parceria com instituições educacionais, assistenciais e de inclusão digital para difusão da arte e cultura popular em meios digitais. |
| Incentivo a transversalidade cultural e ambiental: salvaguardar os bens naturais através de planos e metas das manifestações culturais para conservação do ambiente em que vive e criar políticas públicas para a revitalização das nascentes, matas, matas ciliares e lagos como também a valorização, incitar o debate na sociedade sobre o risco da exploração de minério das jazidas, com incentivo ao turismo ecológico junto a agricultura familiar | Promover ao menos uma capacitação por ano nas áreas: Patrimônio material e imaterial e salvaguarde de bens naturais nas diversas cidades do Território. |
| | Promover no mínimo quatro trilhas ecológicas no território com cardápio de produtos da agricultura familiar e mostra de manifestação cultural local |
| Promover o fortalecimento e promoção das diversidades culturais no currículo escolar: capacitar os profissionais de educação das escolas públicas do território, inserir no currículo das escolas municipais as diretrizes nacionais da temática de culturas populares e identitárias, integrar a escola e comunidade fortalecendo as características culturais no território | Cadastrar todos os mestres da cultura popular de cada município do território até 2017. |
| | Propor parceria com as Secretarias de Educação Estadual e Municipal para realização de oficinas semestrais em escolas públicas, ministradas pelos mestres da cultura popular. |
| | Realizar uma Feira de Atividades artísticas itinerantes nas escolas públicas de cada município |
| | Criação de projetos voltados para a literatura nas escolas, onde serão estudadas temáticas propostas pelos escritores regionais |
| | Promover ao menos um concurso de poesias/textos literários nas escolas por ano, tendo conhecimento prévio dos escritores locais, elegendo-os como apoiadores de um Festival literário para divulgação dos melhores trabalhos |
| | Descongestionar o Faz Cultura e socializar as verbas com a criação de banco comunitário cultural territorial, com fundos oriundos do Estado e empresas privadas, onde a sociedade civil através de um projeto consiga verba para a execução |
| | Propor reserva nos Fundos de Culturas para a produção audiovisual com garantia de veiculação e distribuição dos produtos (obras) |

| | |
|--|---|
| OBJETIVO: Apoiar e fomentar a criação de espaços culturais, acompanhar a sua gestão e programação de forma que sejam inclusivas e diversas | |
| Fomentar a criação de centros de cultura em cada município e criação de programa de manutenção para os existentes, com o objetivo de divulgar e valorizar a cultura do Portal do Sertão, envolvendo em sua gestão os líderes de manifestações e grupos culturais | Criar Centros culturais itinerantes do Portal Expresso - cultura itinerante do Portal do Sertão: dotar os 17 municípios do território com 5 centros culturais móveis com infraestrutura para apresentações artísticas |
| Apoio ao movimento cultural afro descendente movimentos quilombolas, centro de umbanda, samba de roda onde esses centros se transformem em mobilizadores culturais para visitação e estudo dessas culturas | Promover e monitorar junto aos municípios pelo menos 01 projeto por ano de reconhecimento e valorização destas culturas através de Políticas que fomentem as atividades dessas organizações |
| Incentivar a apoiar a aquisição de Biblioteca itinerante: integrar os dezessete municípios através da biblioteca itinerante | Articular a compra de uma biblioteca itinerante para atender aos municípios do Portal do Sertão |

CAPÍTULO III

3.1. INSTRUMENTOS ESTRATÉGICOS DE GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO

A gestão do PTDRSS Portal do Sertão tem como principal sujeito o CODETER Portal do Sertão, através de seu acompanhamento, monitoramento e avaliação. O Colegiado é composto por representantes da sociedade civil e do poder público que atuam no Portal do Sertão, em que na sua composição prevalecem as organizações da sociedade civil. Assim, o CODETER exerce como um espaço de articulação e de integração de ações no âmbito territorial, como também de construção e de execução de políticas públicas de forma mais democrática e participativa.

O CODETER representa um espaço de governança voltado para criação de ambientes e de organizações que promovam a coesão social, a partir de ampliação de oportunidades de diversificação das economias locais (FAVARETO, 2010). No estado da Bahia, o CODETER representa um espaço de consulta para a construção do Plano Plurianual Participativo – PPA – P, através da realização de plenárias de escuta social na construção de uma matriz de propostas estratégias dos territórios. Portanto, este PTDRSS está em consonância com as consultas realizadas e representa um instrumento sistematizado das prioridades do Portal do Sertão que serão atualizados ao longo do período de sua execução.

A SDT (2005) chama atenção para que a gestão social não seja apenas um espaço formal de consulta e de fiscalização, ou melhor, que os espaços de governança não assumam uma postura liberal de estrutura apenas consultiva. Espera-se que a gestão social possa, de fato, adentrar para promoção de um controle social do papel do Estado, voltado para a formulação e implementação de ações de maneira sistêmica, bem como de integração de ações das organizações no ambiente territorial.

Neste contexto, este PTDRSS será acompanhado anualmente pelas estruturas regimentais do CODETER: nas Plenárias ordinárias anuais, em momento de avaliação e de planejamento; nas Câmaras Técnicas, a partir das temáticas inerentes as suas abordagens e atuações; e no Núcleo Diretivo, que será responsável pela organização destes espaços, junto com a assessoria técnica do NEDET/UFRB.

As Câmaras Técnicas do CODETER serão estratégicas para acompanhamento, monitoramento e avaliação do PTDRSS, considerando que posteriormente os eixos da matriz de objetivos, estratégias e metas serão sistematizados para os respectivos planos de ação das

Câmaras existentes no Portal do Sertão: Juventude; Reforma Agrária e Comunidades Tradicionais; Economia Solidária e Mercados, Mercado Informal e Organização Produtiva; Mulheres e Diversidade Sexual; Pesca, Meio Ambiente e Aquicultura; Agricultura Familiar e Agroecologia; Cultura e Comunicação; e Educação e Diversidade.

O acompanhamento ao PTDRSS também se dará a nível estadual, a partir da relação do CODETER – Portal do Sertão com a CET e com as estruturas do Governo do Estado que possuem unidades específicas para esta finalidade: Diretoria de Planejamento Territorial da SEPLAN e Superintendência de Políticas Territoriais e Reforma Agrária – SUTRAG da SDR.

Para tanto, considerando a rotatividade dos membros no CODETER, uma das estratégias que está neste plano refere-se à realização de formações voltadas à elaboração e execução de políticas públicas, programas e projetos, nas temáticas relacionadas como prioritárias para a promoção do desenvolvimento sustentável e solidário.

As ações de formações serão realizadas em dois níveis: um primeiro, a partir do próprio CODETER a partir de temáticas específicas, em articulação com as organizações de atuação territorial; e segundo, em consonância com o desenvolvimento de atividades do Governo do Estado da Bahia no Portal do Sertão, com as estruturas de atuação de políticas públicas e de programas da SEPLAN, SESAB, SEC, SDR (SUTRAG, CAR, BAHATER), SECULT, SETRE, INEMA/SEMA, SSP, entre outros.

Outra ação fundamental é a articulação do CODETER aos CMDS dos municípios do Portal do Sertão, a partir de Planos Municipais que deverão orientar e organizar as ações em consonância com as prioridades voltadas para a transformação da realidade. Estes conselhos municipais representam a articulação do Poder Público Municipal e das organizações da sociedade civil como um das principais instâncias de garantir o exercício da participação voltado para a promoção do desenvolvimento sustentável e solidário.

A representação diversificada do CODETER é um elemento importante para sua gestão. Existem na sua estrutura associações comunitárias da agricultura familiar e da cultura e uniões de associações; sindicatos dos trabalhadores rurais, dos camelôs de Feira de Santana e Pólo Sindical; FETRAF e FETAG; Assentamento de Reforma Agrária e MST; Cooperativas da Agricultura Familiar; UNICAFES e UNISOL; Cáritas Brasileira; e organizações não governamentais – ONGs que atuam diretamente com os Serviços de Assistência Técnica e Extensão – ATER; SEBRAE; Prefeituras Municipais; CMDS; Universidades e Institutos Públicos; BAHATER e CAR/SDR.

Assim, espera-se que a gestão social seja rica e diversa como a base do CODETER. Isso porque as capacidades institucionais têm relação direta com a composição do

CODETER, relacionadas às dinâmicas das organizações para as construções dos arranjos institucionais e materializadas nas diferentes territorialidades construídas no Portal do Sertão. Buscam-se, portanto a construção de *novas institucionalidades* e práticas integradas na relação campo e cidade, principalmente no exercício de participação voltado para a construção de autonomia e de emancipação dos sujeitos territoriais, implicados com a transformação social e econômica do Portal do Sertão.

REFERÊNCIAS

FAVARETO. A abordagem territorial e as instituições do desenvolvimento rural. In: NEVES, D. P. (org.). **Políticas públicas: reflexões em transversalidade**. Rio de Janeiro: Rede de Estudos Rurais, Dossiê n. 02, 2010. p.19-39.

FLORES, C. D. **Territórios de Identidade na Bahia: saúde, educação, cultura e meio ambiente frente à dinâmica territorial**. Salvador – BA: UFBA/ Instituto de Geociências, 2014. (Dissertação de Mestrado).

FREITAS, N. B. Formação Territorial de Feira de Santana: uma relação entre Sertão e Litoral. **VI Congresso Ibeamericano de Estudios Territoriales y Ambientales**. São Paulo, Estudios Territoriales, 8 a 12 de setembro de 2014. p. 2008-2025. Disponível em: <<http://6cieta.org/archivos-anais/eixo1/Nacelice%20Freitas.pdf>>. Acesso em: agosto 2016.

INCRA. **Sistema Nacional de Cadastro Rural Índices Básicos de 2013**. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf. Acesso em: agosto de 2016.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Bolsa Família e Cadastro Único no seu município – Relatório**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: abril 2017.

Mda. <http://smap14.mda.gov.br/extratodap/PesquisarDAP> .

MOTA, D. M.; SCHMITZ H. Pertinência da categoria rural para análise do social. **Ciênc. Agrotec.**, Lavras, v.26, n.2, p.392-399, mar /abr, 2002.

SDT. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Referências para a Gestão Social de Territórios Rurais**. Brasília: MDA, 2005. (Documento Institucional nº 3).

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Estatísticas dos Municípios Baianos – EMB – Portal do Sertão**. Salvador: SEI, V. 4, N. 19, 2013.

SILVA, J. G. Sobre a delimitação do rural e do urbano no Brasil: testando as aberturas geográficas das novas Pnads. In: **Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural: O público e o privado na agricultura brasileira**, 35, Natal, RN, 1997. Anais. Brasília: SOBER, p. 114-45, 1997.

VELLOSO, T. R. Uma nova institucionalidade do desenvolvimento rural: a trajetória dos territórios rurais no estado da Bahia. São Cristovão – SE: UFS, 2013. (Tese de Doutorado).

ANEXO

Anexo 1. Relação de Documentos utilizados na construção do PTDRSS:

- Relatório da Escuta do Plano Plurianual Participativo – PPA – P - 2007
- Relatório da Escuta do Plano Plurianual Participativo – PPA – P – 2011
- Relatório do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS – Portal do Sertão – 2012
- Relatório da Conferência Territorial de Cultura – Portal do Sertão – 2013
- Caracterização dos Territórios de Identidade - Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE - 2014
- Relatório da Conferência Territorial de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER – Portal do Sertão - 2015
- Relatório da Conferência Territorial de Mulheres – Portal do Sertão - 2016
- Relatório da Conferência Territorial de Juventude Rural – Portal do Sertão – 2016
- Relatório da Conferência Territorial de Segurança Alimentar e Nutricional – Portal do Sertão - 2016
- Planejamento da Câmara Técnica de Cultura e Juventude – 2016
- Planejamento da Câmara Técnica de Mulheres e Diversidade Sexual – 2016
- Planejamento da Câmara Técnica de Pesca e Meio Ambiente – 2016
- Planejamento da Câmara Técnica de Agricultura Familiar e Agroecologia – 2016
- Planejamento da Câmara Técnica de Economia Solidária e Mercado Não Formal – 2016
- Planejamento da Câmara Técnica de Reforma Agrária e Comunidades Tradicionais – 2016
- Planejamento do Colegiado Territorial do Portal do Sertão – 2016

Anexo 2. Atividades realizadas pelo Colegiado Territorial do Portal do Sertão:

- Conferência Territorial de Segurança Alimentar e Nutricional (06/06/11)
- Seminário para Capacitação sobre Habitação Rural (11 e 12/08/11)
- **6ª Oficina do PLANEHAB** - Plano Estadual de Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária (08 e 09/09/11)
- Capacitação sobre Regularização Fundiária (26/04/12)
- I Seminário Estadual de Juventudes Rurais cujo tema: “Juventudes Rurais: Rompendo Paradigmas em Busca de Autonomia e Permanência no Campo”. (agosto de 2012)
- Plenária Territorial de Economia Solidária (16/08/12)
- Assembleia Geral Extraordinária - PROINF 2012 (30/11/12)
- Ações sobre convivência e Combate a Seca (2012)
- Conferência Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (17 e 18/07/13)
- Oficina Territorial dos Editais 2013 – Inclusão Produtiva Vida Melhor no Campo (30/08/13)
- Videoconferência sobre Implantação/Reestruturação dos CMDs (07/10/2013)
- Audiência Pública do ZEE (14/11/13)
- Entrega de 611 Títulos de Terra nos municípios: Água Fria (11), Antonio Cardoso (10), Coração de Maria (44), Feira de Santana (141), Ipecaetá (133), Iramá (139), Santa Bárbara (07), Santanópolis (09), Santo Estevão (117) – (dezembro de 2013)
- Participação no Seminário Interterritorial da Educação Profissional da Bahia (11/04/14)
- Assembleia Geral Extraordinária - Zoneamento Ecológico - ZEE/BA (15/04/14)

Anexo 3. Lista da Organizações que participaram da 1ª, 2ª e/ou 3ª Oficinas de Requalificação do PTDRSS - 2016

| Município | Organizações |
|--------------------|--|
| Água Fria | Federação dos Cultos Afro Brasileiro de Serrinha / Associação de Agropecuaristas de Água Fria |
| | Associação Comunitária Unidos da Varjota |
| | COOJOPRAF - Cooperativa de Jovens Produtores Rurais da Agricultura Familiar |
| | Sindicato dos Pequenos Produtores Rurais de Água Fria |
| | Secretaria Municipal de Agricultura |
| Amélia Rodrigues | Associação Comunitária Viver com Artes |
| Anguera | Associação Comunitária Rural João de Barro |
| | STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anguera |
| Antonio Cardoso | UAMAC - União das Associações do Município de Antonio Cardoso |
| | ACRUL - Associação Comunitária Rural União do Limoeiro |
| | ASCORTAPA - Associação Comunitária Rural Tabuleiro de Paus Altos e Adjacências |
| | ACOSA - Associação Comunitária Rural de Orobó e Salgado |
| | Secretaria Municipal de Ação Social |
| Conceição da Feira | SEAPMA - Secretaria Agricultura, Pesca e Meio Ambiente |
| | SINTRAF - Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Conceição da Feira |
| | COOPAFAC - Cooperativa Agropecuária dos Agricultores Familiares de Conceição da Feira |
| Coração de Maria | SMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social |
| | STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Coração de Maria |
| Cruz das Almas | CODETER Recôncavo |
| Feira de Santana | MNPR - Movimento Nacional População de Rua (Núcleo Feira de Santana) |
| | CÁRITAS |
| | MOC |
| | CEDITER |
| | Associação dos Produtores Rurais e Pescadores do Distrito Governador Durval Carneiro - FSA |
| | Consórcio Público Portal do Sertão |
| | BNB |
| | COMU - Coletivo de Mulheres de Feira de Santana |
| | SINTRAF - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar do Município de Feira de Santana |
| | ECOBAlRRO |
| | PROEXT - UEFS |
| | ACUP - Associação Comunitária União e Progresso |
| | COOPESER |
| | DISOP |
| | SESC |

| | |
|------------------------|---|
| | CUCA |
| | Conselho Municipal do Idoso |
| | UNIPOP - Instituto Universidade Popular |
| | Dispensário Santana |
| | UFRB |
| | CAR |
| | COOBAFS - Cooperativa de Beneficiamento e Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar de Feira de Santana |
| | CMAS |
| | APAEB - Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Feira de Santana – BA |
| Ipecaetá | ACRFP - Associação Comunitária Rural da Fazenda Poções |
| | STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ipecaetá |
| Irará | Associação Rural da Serra do Urubu |
| Pedrão | CODETER LITORAL NORTE |
| Salvador | SEPLAM / DPT |
| | SECULT - BA |
| Santa Barbara | Associação Comunitária da Chapada |
| | SECULT - Santa Barbara |
| | STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Barbara |
| | Associação Comunitária da Chapada |
| Santanópolis | UNISAN - União das Associações Rurais e Urbanas do Município de Santanópolis |
| Santo Estevão | SEMAS - Sec. Munipal De Assistência Social de Santo Estevão |
| | SENTRAFSE - Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Santo Estevão |
| São Gonçalo dos Campos | Secretaria Municipal da Agricultura |
| | Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Gonçalo dos Campos |
| | ACBRQ - Associação Comunitária Bete II Revivência Quilombola |
| | COOPEFRAN |
| | Instituto Pensar |
| Teodoro Sampaio | Associação Comunitária do Canto Escuro |
| Terra Nova | STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Terra Nova |
| | Terreiro de Candoblé de Terra Nova |
| | Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais e Outra |
| | Assoição 3 de Abril - Assentamento |
| | Associação Comunitária Cana Brava Terra Nova |
| | SECULT - Terra Nova |

Anexo 4. Composição da Câmara de Economia Solidária e Mercados, Mercado Informal e Organização Produtiva do CODETER – Portal do Sertão – 2015/2017

| Município | Organização |
|----------------------|---|
| Antonio Cardoso | ASCORTAPA - Associação Comunitária Rural Tabuleiro de Paus Altos e Adjacências |
| Conceição da Feira | ACRPA - Associação Comunitária Rural Pedro Amorim |
| Conceição do Jacuípe | Associação dos Pequenos Aquicultores e Piscicultores de Conceição do Jacuípe |
| | ASCOMBAC - Associação dos Moradores do Bairro do Cemitério |
| | Associação dos Produtores Orgânicos de Conceição do Jacuípe |
| Feira de Santana | SINDICAME – Sindicato dos Camelôs de Feira de Santana |
| | ECOSOL |
| | CESOL |
| | CAR |
| | CEDITER |
| | SINTRAF - Feira de Santana |
| | UNICAFES |
| | MST - Regional |
| | ACOMAQ - Associação Comunitária de Maria Quitéria |
| | CARITAS |
| | CUT |
| | AMA - Associação dos Moradores de Alecrim e Adjacências |
| | Feira Produtiva |
| | FETRAF |
| | COOPSER |
| Ipecaetá | Sindicato dos Trabalhadores Rurais - Ipecaetá |
| Irá | ACRMA - Associação Comunitária Rural de Massaranduba e Adjacência |
| Santa Barbara | Sec. Agricultura - Santa Barbara |
| | CMDS - Santa Barbara |
| | Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Barbara |
| | COAFASB - Cooperativa Mista de Agricultores Familiares e Produtores de Leite de Santa Barbara |
| Santanópolis | UNISAN - União das Associações Rurais e Urbanas do Município de Santanópolis |
| Teodoro Sampaio | Associação Samba Chula União Teodoreense. |
| | Associação Comunitária do Canto Escuro |
| Terra Nova | Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Terra Nova |
| | Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda Cana Brava 1 |

Anexo 5. Composição da Câmara de Reforma Agrária e Comunidades Tradicionais do CODETER Portal do Sertão – 2015/2017

| Município | Organização |
|------------------------|---|
| Água Fria | Associação Comunitária Unidos da Varjota |
| Antonio Cardoso | UAMAC - União das Associações do Município de Antonio Cardoso |
| | ACRUL - Associação Comunitária Rural União do Limoeiro |
| | ASCORTAPA - Associação Comunitária Rural Tabuleiro de Paus Altos e Adjacências |
| | |
| Conceição da Feira | Associação Ubanda Caboclo Gentil |
| | ACRPA - Associação Comunitária Rural Pedro Amorim |
| | SEAPMA (Prefeitura Conceição da Feira) |
| Conceição do Jacuípe | Sec. Agricultura (Prefeitura Conceição do Jacuípe) |
| | Associação dos Pequenos Aquicultores e Piscicultores de Conceição do Jacuípe |
| | Sec. De Agricultura Conceição do Jacuípe |
| Feira de Santana | FETAG – BA |
| | SETTDEC (Prefeitura de FSA) |
| | ACOMAQ - Associação Comunitária de Maria Quitéria |
| | Cáritas |
| | MOC |
| | CEDITER |
| | Cooperlago |
| | Consórcio Público Portal do Sertão |
| | Associação Comunitária da Chapada |
| | FETRAF |
| Irará | ARUBA - Associação Rural da Baixinha - ARUBA |
| Santanópolis | UNISAN - União das Associações Rurais e Urbanas do Município de Santanópolis |
| São Gonçalo dos Campos | Sec. Agricultura (Prefeitura São G. dos Campos) |
| | Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Gonçalo dos Campos - BA |
| | ACBRQ - Associação Comunitária Bete II Revivência Quilombola |
| Teodoro Sampaio | Associação Comunitária do Canto Escuro |
| Terra Nova | Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Terra Nova |

Anexo 6. Composição da Câmara de Mulheres e Diversidade Sexual do CODETER do Portal do Sertão - 2016

| Município | Organização |
|------------------------|---|
| Antonio Cardoso | UAMAC - União das Associações do Município de Antonio Cardoso |
| | ASCORTAPA - Associação Comunitária Rural Tabuleiro de Paus Altos e Adjacências |
| | Sec. Ação Social (Prefeitura) |
| Conceição da Feira | ACRPA - Associação Comunitária Rural Pedro Amorim |
| Coração de Maria | APLB - Coração de Maria |
| | SMAS (Sec. Ação Social) |
| Feira de Santana | MOC |
| | Coletivo de Mulheres |
| | Cooperede |
| | SEAGRI - FSA |
| | BAHIATER |
| | IFBA |
| | MOMDEC |
| | ALMA/FORMEEQ |
| | COJUVE/SJDHDS |
| | Centro Referência Mulher Maria Quitéria |
| | Coletivo Quitérias |
| | Coletivo de Empoderamento das Mulheres |
| | FETRAF |
| | COMU – Coletivo de Mulheres de Feira de Santana |
| | Coopeser |
| | PROEXT - UEFS |
| | UNICAFES |
| Santa Barbara | Associação Comunitária da Chapada |
| Santanópolis | UNISAN - União das Associações Rurais e Urbanas do Município de Santanópolis |
| Santo Estevão | Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Santo Estevão |
| São Gonçalo dos Campos | Instituto Pensar |
| | Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Gonçalo dos Campos - BA |
| Salvador | SPM |
| | SDR |
| Teodoro Sampaio | Associação Comunitária do Canto Escuro |
| Terra Nova | Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Terra Nova |
| | Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais e Outra |
| | Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Terra Nova |

Anexo 7. Composição da Câmara de Pesca, Meio Ambiente e Aquicultura do CODETER do Portal do Sertão – 2015/2017

| Município | Organização |
|----------------------|---|
| Conceição do Jacuípe | Associação dos Pequenos Aquicultores e Piscicultores de Conceição do Jacuípe |
| | ASCOMBAC - Associação dos Moradores do Bairro do Cemitério |
| Feira de Santana | COOOPERLAGO |
| | BAHIATER |
| | IPAES - Instituto de Planejamento e Assessoria para Empreendimentos Sociais |
| | IDASB - Instituto de Desenvolvimento do Associativismo e Cooperação Solidária |
| | BAHIATER |
| | FETRAF |
| | CARITAS |

Anexo 8. Composição da Câmara de Agricultura Familiar e Agroecologia do CODETER do Portal do Sertão – 2015/2017

| Município | Organização |
|------------------------|---|
| Conceição da Feira | ACRPA - Associação Comunitária Rural Pedro Amorim |
| | SEAPMA |
| Conceição do Jacuípe | Sec. De Agricultura |
| Feira de Santana | BNB |
| | CODETER |
| | CAR |
| | APAEB |
| | MOC |
| | COOPERREDE |
| | FETAG |
| Feira de Santana | FETRAF |
| Ipecaeta | Sindicato dos Trabalhadores Rurais - Ipecaetá |
| Santanópolis | CMDS - Santonópolis |
| São Gonçalo dos Campos | Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Gonçalo dos Campos - BA |
| Terra Nova | Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Terra Nova |

Anexo 9. Composição da Câmara de Cultura e Comunicação do CODETER do Portal do Sertão - 2015/2017

| Município | Organização |
|------------------------|---|
| Água Fria | Federação dos Cultos Afro Brasileiro de Serrinha / Associação de Agropecuaristas de Água Fria |
| Amelia Rodrigues | Associação Comunitária Viver com Artes |
| Antonio Cardoso | Sec. Ação Social (prefeitura) |
| | ASCORTAPA - Associação Comunitária Rural Tabuleiro de Paus Altos e Adjacências |
| Feira de Santana | ACUP - Associação Comunitária União e Progresso |
| | Mandado do Deputado Estadual Zé Neto |
| | SENAC |
| | Sec. De Cultura |
| | FUNTITEC |
| | CEDITER |
| | FETRAF |
| | CUCA |
| Salvador | SECULT |
| São Gonçalo dos Campos | Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Gonçalo dos Campos - BA |

Anexo 10. Composição da Câmara de Juventude do CODETER do Portal do Sertão – 2015/2017

| Município | Organização |
|------------------|--|
| Amélia Rodrigues | Associação Comunitária Viver com Artes |
| Antonio Cardoso | UAMAC - União das Associações do Município de Antonio Cardoso |
| | SDR |
| | Associação comunitária Rural do Orobó e Salgado |
| | ASCORTAPA - Associação Comunitária Rural Tabuleiro de Paus Altos e Adjacências |
| Feira de Santana | Sec. De Educação |
| | COJUVE/SJDHDS |
| | Consórcio Público Portal do Sertão |
| | Levante P. da Juventude |
| | CÁRITAS |
| | Mandato do Deputado Estadual Zé Neto |
| | UNIPOP |
| | ALMA |
| Feira de Santana | FETRAF |
| Santanópolis | UNISAN - União das Associações Rurais e Urbanas do Município de Santanópolis |
| Santo Estevão | Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Santo Estevão |

Anexo 11. Composição da Câmara de Educação e Diversidade do CODETER do Portal do Sertão – 2015/2017

| Município | Organização |
|------------------------|---|
| Antonio Cardoso | ASCORTAPA - Associação Comunitária Rural Tabuleiro de Paus Altos e Adjacências |
| Feira de Santana | INEMA |
| | BAHIATER |
| | UFRB |
| | FETRAF-BA |
| | SEDUC |
| | PROEXT - UEFS |
| São Gonçalo dos Campos | Sec. Agricultura (Prefeitura São G. dos Campos) |
| | Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Gonçalo dos Campos - BA |
| | Instituto Pensar |

APÊNDICES

Quadro 10. Os municípios que compõem o Território do Portal do Sertão com o número total de habitantes e sua distribuição na zona urbana e rural per capita e em percentual e número de pessoas ocupadas na agricultura – 2010

| Municípios | Número de Habitantes | | | | | Nº Pessoas Ocupadas na Agricultura |
|------------------------|----------------------|-------------|----------------|-------------|----------------|------------------------------------|
| | Urbano | % | Rural | % | Total | |
| Água Fria | 5.777 | 36,7 | 9.954 | 63,3 | 15.731 | 7.445 |
| Amélia Rodrigues | 19.957 | 79,2 | 5.233 | 20,8 | 25.190 | 2.751 |
| Anguera | 4.326 | 42,2 | 5.916 | 57,8 | 10.242 | 2.515 |
| Antônio Cardoso | 3.225 | 27,9 | 8.329 | 72,1 | 11.554 | 5.637 |
| Conceição da Feira | 13.137 | 64,4 | 7.254 | 35,6 | 20.391 | 2.765 |
| Conceição do Jacuípe | 23.539 | 78,1 | 6.584 | 21,9 | 30.123 | 2.435 |
| Coração de Maria | 9.400 | 42,0 | 13.001 | 58,0 | 22.401 | 9.230 |
| Feira de Santana | 510.635 | 91,7 | 46.007 | 8,3 | 556.642 | 29.983 |
| Ipecaetá | 2.637 | 17,2 | 12.694 | 82,8 | 15.331 | 11.646 |
| Irá | 11.246 | 40,9 | 16.220 | 59,1 | 27.466 | 9.899 |
| Santa Bárbara | 8.669 | 45,5 | 10.395 | 54,5 | 19.064 | 4.824 |
| Santanópolis | 1.684 | 19,2 | 7.092 | 80,8 | 8.776 | 5.287 |
| Santo Estevão | 27.690 | 57,8 | 20.190 | 42,2 | 47.880 | 14.666 |
| São Gonçalo dos Campos | 16.505 | 49,6 | 16.778 | 50,4 | 33.283 | 4.693 |
| Tanquinho | 5.711 | 71,3 | 2.297 | 28,7 | 8.008 | 1.598 |
| Teodoro Sampaio | 6.341 | 80,3 | 1.554 | 19,7 | 7.895 | 1.282 |
| Terra Nova | 11.488 | 89,7 | 1.315 | 10,3 | 12.803 | 855 |
| Total | 681.967 | 78,1 | 190.813 | 21,9 | 872.780 | 117.511 |

Fonte: IBGE (2010).

Quadro 11. Renda *per capita* em reais dos municípios do Território do Portal do Sertão e o percentual de extrema pobreza e de vulnerabilidade à pobreza e o índice de Gini – 2010

| Municípios | Renda per capita (R\$) | % de Extrema Pobreza | % Vulnerabilidade à pobreza | Índice de Gini |
|-----------------------------|------------------------|----------------------|-----------------------------|----------------|
| Água Fria | 211,37 | 28,80 | 81,70 | 0,54 |
| Amélia Rodrigues | 369,84 | 11,26 | 73,08 | 0,57 |
| Anguera | 266,89 | 14,26 | 87,04 | 0,57 |
| Antônio Cardoso | 283,59 | 22,49 | 77,63 | 0,56 |
| Conceição da Feira | 258,27 | 15,33 | 83,75 | 0,57 |
| Conceição do Jacuípe | 309,61 | 8,96 | 81,56 | 0,50 |
| Coração de Maria | 293,12 | 22,92 | 82,48 | 0,52 |
| Feira de Santana | 212,22 | 5,38 | 79,42 | 0,61 |
| Ipecaetá | 254,99 | 31,84 | 84,91 | 0,53 |
| Irárá | 242,58 | 12,96 | 83,18 | 0,50 |
| Santa Bárbara | 973,00 | 21,75 | 46,63 | 0,53 |
| Santanópolis | 304,18 | 22,40 | 77,19 | 0,54 |
| Santo Estevão | 540,38 | 17,49 | 65,49 | 0,59 |
| São Gonçalo dos Campos | 245,38 | 8,81 | 87,23 | 0,57 |
| Tanquinho | 301,39 | 17,31 | 81,16 | 0,49 |
| Teodoro Sampaio | 560,73 | 21,43 | 62,31 | 0,56 |
| Terra Nova | 231,92 | 11,54 | 86,56 | 0,46 |
| Território Portal do Sertão | 344,67 | - | - | 0,61 |

FONTE: SEI (2010).

Quadro 12. Famílias cadastradas no Programa Bolsa Família e valor nominal total do repasse, valor médio por família e percentual da população em relação à estimativa de pobreza no município beneficiada do Território de Identidade Portal do Sertão – Bahia – Março de 2017

| Municípios | Nº de Família | Valor Repassado Total | Valor Médio/ Família | % da população à estimativa pobreza |
|------------------------|---------------|-----------------------|----------------------|-------------------------------------|
| Água Fria | 2.629 | R\$ 548.233,00 | R\$ 208,53 | 38,89 |
| Amélia Rodrigues | 3.095 | R\$ 473.506,00 | R\$ 152,99 | 74,45 |
| Anguera | 1.628 | R\$ 287.814,00 | R\$ 176,79 | 37,34 |
| Antônio Cardoso | 1.925 | R\$ 444.756,00 | R\$ 231,04 | 43,82 |
| Conceição da Feira | 3.444 | R\$ 650.013,00 | R\$ 188,74 | 40,31 |
| Conceição do Jacuípe | 3.883 | R\$ 674.364,00 | R\$ 173,67 | 32,53 |
| Coração de Maria | 4.607 | R\$ 931.965,00 | R\$ 202,29 | 48,35 |
| Feira de Santana | 32.137 | R\$ 3.703.963,00 | R\$ 115,26 | 13,01 |
| Ipecaetá | 2.377 | R\$ 529.330,00 | R\$ 222,69 | 37,58 |
| Irárá | 5.679 | R\$ 1.495.176,00 | R\$ 263,28 | 48,74 |
| Santa Bárbara | 4.186 | R\$ 973.072,00 | R\$ 232,46 | 51,09 |
| Santanópolis | 1.209 | R\$ 318.591,00 | R\$ 263,52 | 34,69 |
| Santo Estevão | 7.421 | R\$ 1.535.110,00 | R\$ 206,86 | 37,06 |
| São Gonçalo dos Campos | 3.981 | R\$ 665.881,00 | R\$ 167,26 | 29,86 |
| Tanquinho | 1.285 | R\$ 253.032,00 | R\$ 196,91 | 37,69 |
| Teodoro Sampaio | 1.465 | R\$ 223.565,00 | R\$ 152,40 | 39,38 |
| Terra Nova | 2.097 | R\$ 357.903,00 | R\$ 170,67 | 38,86 |
| Portal do Sertão | 83.048 | R\$14.066.274,00 | R\$ 196,00 | 40% |

Fonte: Adaptado do MDS – CadÚnico (2017).

Quadro 13. Taxa de analfabetismo dos municípios do Território do Portal do Sertão – Bahia para população com idade superior a 15 anos - 2000 e 2010

| Município | 2000 | 2010 |
|-------------------------|-------------|-------------|
| Água Fria | 39,8 | 27,4 |
| Amélia Rodrigues | 16,4 | 13,3 |
| Anguera | 25,5 | 23,7 |
| Antônio Cardoso | 33,6 | 27,3 |
| Conceição da Feira | 19,7 | 16,3 |
| Conceição do Jacuípe | 18,9 | 12,7 |
| Coração de Maria | 28,7 | 20,9 |
| Feira de Santana | 12,9 | 8,8 |
| Ipecaetá | 31,7 | 27,2 |
| Irará | 28,2 | 22,6 |
| Santa Bárbara | 28,0 | 21,7 |
| Santanópolis | 29,7 | 21,5 |
| Santo Estevão | 29,8 | 22,0 |
| São Gonçalo dos Campos | 22,0 | 14,4 |
| Tanquinho | 22,7 | 19,2 |
| Teodoro Sampaio | 27,5 | 23,2 |
| Terra Nova | 18,1 | 13,4 |
| Portal do Sertão | 17,7 | 12,6 |
| Bahia | 22,1 | 16,3 |

Fonte: IBGE (2000; 2010).

Quadro 14. Número total e percentual de Escolas do Campo fechadas nos municípios do Portal do Sertão – 2007 a 2014

| Município | Total de Escolas do campo fechadas entre 2007 e 2014 | % de Escolas do campo fechadas entre 2007 e 2014 |
|-------------------------|---|---|
| Água Fria | 15 | 42,9 |
| Amélia Rodrigues | 1 | 5,9 |
| Anguera | 14 | 50,0 |
| Antônio Cardoso | 11 | 31,4 |
| Conceição da Feira | 8 | 27,6 |
| Conceição do Jacuípe | 1 | 11,1 |
| Coração de Maria | 16 | 30,2 |
| Feira de Santana | 36 | 25,7 |
| Ipecaetá | 38 | 64,4 |
| Irará | 34 | 56,7 |
| Santa Bárbara | 7 | 15,6 |
| Santanópolis | 7 | 25,0 |
| Santo Estevão | 9 | 26,5 |
| São Gonçalo dos Campos | 23 | 50,0 |
| Tanquinho | 10 | 66,7 |
| Teodoro Sampaio | 7 | 70,0 |
| Terra Nova | 2 | 25,0 |
| Portal do Sertão | 239 | 36,71 |

Fonte: INEP (2016)

Quadro 15. Número de pessoas com Ensino Superior e percentual da população com Ensino Superior do Portal do Sertão - 2010

| Município | Número de Pessoas com Ensino Superior | % da População com Ensino Superior |
|-------------------------|--|---|
| Água Fria | 149 | 0,95 |
| Amélia Rodrigues | 410 | 1,63 |
| Anguera | 112 | 1,09 |
| Antônio Cardoso | 75 | 0,65 |
| Conceição da Feira | 252 | 1,24 |
| Conceição do Jacuípe | 566 | 1,88 |
| Coração de Maria | 258 | 1,15 |
| Feira de Santana | 24.458 | 4,39 |
| Ipecaetá | 38 | 0,25 |
| Irá | 565 | 2,06 |
| Santa Bárbara | 175 | 0,92 |
| Santanópolis | 92 | 1,05 |
| Santo Estevão | 741 | 1,55 |
| São Gonçalo dos Campos | 410 | 1,23 |
| Tanquinho | 124 | 1,55 |
| Teodoro Sampaio | 62 | 0,79 |
| Terra Nova | 188 | 1,47 |
| Portal do Sertão | 28.675 | 3,29 |

Fonte: IBGE (2010)

Quadro 16. Número de ocorrências de violência no Portal do Sertão de acordo com a tipologia, com destaque para os municípios com maior número de casos - período de 2012 a 2015

| Tipologia de Violência | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Homicídios Dolosos do Portal do Sertão | 513 | 428 | 444 | 400 |
| Homicídios Dolosos em Feira de Santana | 411 | 332 | 348 | 299 |
| Homicídios Dolosos em São Gonçalo dos campos | 18 | 15 | 6 | 28 |
| Homicídios Dolosos em Santo Estevão | 8 | 17 | 22 | 21 |
| Homicídios Dolosos em Amélia Rodrigues | 17 | 8 | 15 | 15 |
| Lesão Corporal seguida de morte do Portal do Sertão | 7 | 3 | 4 | 5 |
| Lesão Corporal seguida de morte em Feira de Santana | 7 | 1 | 2 | 3 |
| Roubo seguido de morte do Portal do Sertão | 30 | 13 | 19 | 14 |
| Roubo seguido de morte em Feira de Santana | 22 | 10 | 15 | 10 |
| Ocorrência de casos de Estupro do Portal do Sertão | 181 | 244 | 188 | 225 |
| Ocorrência de casos de Estupro em Feira de Santana | 128 | 185 | 148 | 154 |
| Ocorrência de casos de Estupro em Conceição do Jacuípe | 14 | 10 | 4 | 11 |
| Ocorrência de casos de Estupro em Tanquinho | 2 | - | 5 | 13 |
| Ocorrência de casos de Estupro em Santa Bárbara | 4 | 4 | 1 | 8 |
| Roubo de Veículos do Portal do Sertão | 1.375 | 1.541 | 1.456 | 1.592 |
| Roubo de Veículos em Feira de Santana | 1.170 | 1.252 | 1.177 | 1.200 |
| Roubo de Veículos em Amélia Rodrigues | 30 | 39 | 31 | 50 |
| Roubo de Veículos em Conceição do Jacuípe | 54 | 81 | 87 | 105 |
| Roubo de Veículos em Santo Estevão | 60 | 59 | 7 | 48 |
| Roubo de Veículos em São Gonçalo dos Campos | 16 | 17 | 38 | 34 |
| Pessoas detidas por uso ou porte de substâncias entorpecentes do Portal do Sertão | 331 | 427 | 569 | 348 |
| Pessoas detidas por uso ou porte de substâncias entorpecentes em Feira de Santana | 262 | 339 | 493 | 245 |
| Pessoas detidas por uso ou porte de substâncias entorpecentes em Santo Estevão | 21 | 26 | 11 | 46 |
| Pessoas detidas por uso ou porte de substâncias entorpecentes em São Gonçalo dos Campos | 17 | 12 | 29 | 9 |
| Pessoas detidas por uso ou porte de substâncias entorpecentes em Irará | 6 | 16 | 7 | 8 |
| Pessoas detidas por uso ou porte de substâncias entorpecentes em Amélia Rodrigues | - | - | 9 | 5 |
| Furto de Veículos do Portal do Sertão | 218 | 439 | 278 | 413 |
| Furto de Veículos em Feira de Santana | 174 | 272 | 196 | 339 |
| Furto de Veículos em Santo Estevão | 24 | 18 | 6 | 27 |
| Furto de Veículos em Conceição do Jacuípe | 9 | 10 | 30 | 16 |
| Roubos em Ônibus do Portal do Sertão | 122 | 89 | 68 | 94 |
| Roubos em Ônibus em Feira de Santana | 110 | 71 | 56 | 81 |

Fonte: SSP (2016).

Quadro 17. Localização nos municípios e comunidades dos projetos financiados pela CAR no período de 1996 a 2015, por tipo de unidade de beneficiamento e situação do projeto – 2016

| Município | Comunidade | Tipo de Projeto | Situação do Projeto |
|--------------------|--------------------------------------|--|-----------------------------------|
| Água Fria | Pedra Branca | Casa de Farinha | Concluído e não esta em atividade |
| | Maracaia | Casa de Farinha | Concluído e em atividade |
| | Barra | Modulo para Feira (16 boxes) | Concluído e não esta em atividade |
| | Topo | Unidade de processamento de frutas, polpas e doces | Concluído e em atividade |
| Amélia Rodrigues | São Bento do Inhatá | Modulo para Feira (16 boxes) | Concluído e em atividade |
| | Cento e Quinze | Fabrica de Artefatos de Cimento | Concluído e não esta em atividade |
| Anguera | Sede | Unidade de processamento de frutas, polpas e doces | Adiantado |
| Antônio Cardoso | Núcleo Ieda Barradas | Piscicultura de engorda | Paralisado |
| | Pernambuco | Piscicultura de engorda | Concluído e não esta em atividade |
| | Paus Altos | Unidade de beneficiamento de mel | Concluído e em atividade |
| Conceição da Feira | Pedreira Progressiva | Casa de Farinha | Concluído e em atividade |
| | Murici | Casa de farinha | Concluído e em atividade |
| | Grota | Casa de farinha | Paralisado |
| | Pinheiro | Padaria | Concluído e não está em atividade |
| Coração de Maria | Encarnação | Casa de farinha | Concluído e não esta em atividade |
| | Pedra Nova | Casa de farinha | Concluído e em atividade |
| | Sucupira | Casa de farinha | Concluído e não esta em atividade |
| | Conjunto Residencial Joselito Amorim | Casa de farinha | Concluído e em atividade |
| | Mangueira | Casa de farinha | Concluído e em atividade |
| | Papagaio | Casa de farinha | Concluído e não esta em atividade |
| | Itacava | Fábrica de utensílio de alumínio | Concluído e não esta em atividade |
| | Itacava | Padaria | Concluído e não esta em atividade |
| | Senhor do Bomfim | Fábrica de fécula e farinha de mandioca | Concluído e não esta em atividade |
| | Amélia Amorim | Galpão de comercialização | Concluído e não esta em atividade |
| | Cordeiro | Unidade de beneficiamento de mel | Adiantado |

| Município | Comunidade | Tipo de Projeto | Situação do Projeto |
|------------------|-------------------------|--|-----------------------------------|
| Feira de Santana | Candeal I | Casa de farinha | Concluído e não esta em atividade |
| | Capim Grosso | Casa de farinha | Concluído e em atividade |
| | Ovo da Ema | Casa de farinha | Concluído e em atividade |
| | Alecrim Miúdo | Casa de farinha | Concluído e em atividade |
| | Tiquaruçu | Casa de farinha | Concluído e em atividade |
| | Jaíba | Cozinha Comunitária | Adiantado |
| | Olhos d'aguas das moças | Fabrica de Fécula e farinha de mandioca | Concluído e em atividade |
| | Diversas | Unidade de processamento de frutas, polpas e doces | Adiantado |
| | Sede | Unidade de triagem e reciclagem de resíduos sólidos (equipamentos) | Concluído e em atividade |
| | Sede | Beneficiamento de leite/ unidade de laticínio | Não sabe avaliar |
| Ipecaetá | Sede | Modulo para Feira (28 boxes) | Concluído e em atividade |
| Irará | Pedra Branca | Casa de farinha | Concluído e não esta em atividade |
| | Bento Simões | Casa de farinha | Concluído e não está em atividade |
| | Catete | Casa de farinha | Concluído e em atividade |
| | Saco | Fabrica fécula e farinha mandioca | Concluído e não está em atividade |
| | Urucuia | Galpão de armazenamento e produção da agricultura familiar | Atrasado |
| | Urucuia | Abatedouro e frigorífico de galinha caipira | Atrasado |
| | Urucuia | Auditório | Concluído e em atividade |
| | Sede | Mercado | Adiantado |
| Santa Bárbara | Cruzeiro | Casa de farinha | Concluído e não esta em atividade |
| | Santiago | Casa de farinha | Concluído e em atividade |
| | Água Pequena | Beneficiamento de leite/ unidade de laticínio | Em execução Normal |
| | Matadouro | Centro de comercialização de animais | Concluído e em atividade |
| | Sítio das Flores | Modulo para feira (16 boxes) | Concluído e em atividade |
| Santanópolis | Rumo | Casa de farinha | Concluído e não esta em atividade |
| | Cacimba | Casa de farinha | Concluído e não está em atividade |
| | Sede | Padaria | Concluído e não esta em atividade |

| Município | Comunidade | Tipo de Projeto | Situação do Projeto |
|------------------------|--------------------|--|-----------------------------------|
| Santo Estevão | Baraúna | Beneficiamento de castanha de caju | Concluído e não esta em atividade |
| | Caatiguinha | Moinho de milho | Concluído e não está em atividade |
| | Várzea da Casa | Oficina de corte e costura | Concluído e em atividade |
| | KM 50-Pereira | Padaria | Concluído e não está em atividade |
| | Mamona | Piscicultura | Concluído e não está em atividade |
| | Porto Castro Alves | Piscicultura | Concluído e não está em atividade |
| | Triangulo | Unidade de produção de mudas | Não encontrado |
| | Paiaia | Oficina de corte e costura | Concluído e não está em atividade |
| São Gonçalo dos Campos | Jaqueira | Casa de Farinha | Paralisado |
| | Sobrado | Casa de Farinha | Concluído e em atividade |
| | Boa Hora | Fabrica de derivados da mandioca | Concluído e não esta em atividade |
| | Tapera | Padaria | Concluído e não está em atividade |
| Tanquinho | Sede | Fabrica de Vassoura | Concluído e não esta em atividade |
| | Noventa | Oficina de corte e costura | Concluído e não está em atividade |
| | Sede | Modulo para Feira (16 boxes) | Concluído e não esta em atividade |
| | Sede | Moinho de milho | Concluído e em atividade |
| Teodoro Sampaio | Ingai | Beneficiamento de cana de açúcar - Engenho | Concluído e não esta em atividade |
| | Lustosa | Casa de Farinha | Concluído e em atividade |
| | Sede | Modulo para feira (28 boxes) | Concluído e em atividade |
| | Buracica | Padaria | Concluído e não esta em atividade |
| Terra Nova | Canabrava I | Beneficiamento de cana de açúcar - Engenho | Concluído e não esta em atividade |
| | Jacu | Modulo para Feira (16 boxes) | Concluído e em atividade |
| | Rio Fundo | Modulo para feira (16 boxes) | Concluído e em atividade |

Fonte: Trabalho de Campo (NEDET/UFRB, 2016)